



Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, realizou-se, pelas dezanove horas, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por Manuel Joaquim Pisco Lopes, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

### VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS E QUÓRUM

#### a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

**Coligação Democrática Unitária** – Manuel Joaquim Pisco Lopes, Yolande Paule Juliette Cloetens, Afonso Augusto da Silva Luz, Vanessa Alexandra Vilela da Silva, Eusébio Manuel Candeias, Luís Manuel Barreto Leitão, Simão Monteiro Calixto e Diamantino António Caldeira Estanislau.

**Partido Socialista** – Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Maria João Teigas Santos Palma, Eunice Maria Cândido Pratas, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes, Rafaela Isabel Graça Nunes, Manuel Jorge Silva Esteves e Marco Rúben dos Santos Martins Catarino da Costa.

**Partido Social Democrata** – Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, Rui Miguel da Costa Lamim Vieira e Maria Paula Soeiro Cândido.

**CHEGA** – Luís Miguel Leitão Maurício.

**Bloco de Esquerda** – Vitor Manuel Freitas Rosa.

**Pessoas-Animais-Natureza** – Mariana Vieira Crespo.

**Iniciativa Liberal** – Flávio Miguel Matos Lança.

**Presidentes de Junta** – Rui Manuel do Rosário Canas (Presidente da União das Freguesias de Setúbal), Luís Alberto Miranda Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra) e Sónia Cristina Pereira Paulo (Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão).

Estiveram presentes, por parte do órgão Executivo, o Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins, a Sra. Vice-Presidente da Câmara, Carla Alexandra Potrica Guerreiro e os Srs. Vereadores: Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ana Rita da Costa Carvalho, Vitor Manuel Ramalho Ferreira, Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues e Joel Alexandre Neves Marques.

**b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato**

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de substituição, João Afonso Almeida da Silva Luz, Ana Rita Curto de Mesquita Drouillet, Joana Margarida Banito Tomé, Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos e Rogério da Conceição Palma Rodrigues, conforme documentos registados sob os n.ºs 1 a 5, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição, Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, Ilídio Fernandes Ferreira, António Hugo Lindo dos Santos Caracol, Pedro Miguel Pereira Florêncio, Tiago Manuel Rodrigues Pereira, João Miguel Cristóvão Mota de Sousa Fidalgo, Helena Isabel Herrera Ramos Ferreira e António Pedro Mano Loução, conforme documentos registados sob os n.ºs 6 a 13, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PPD/PSD apresentaram pedidos de substituição, António Miguel da Costa Ferreira, Isabel Maria Conde da Silva Ramalho, Alexandre Miguel Cardoso Teles, Rita Maria Lopes de Sousa e Sereno e Natália Jennifer Watts Soares, conforme documentos registados sob os n.ºs 14 a 18, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do CHEGA apresentaram pedidos de substituição, Nuno Miguel da Costa Gabriel e Carla Sofia Carapeto da Silva Couto de Oliveira, conforme documentos registados sob os n.ºs 19 e 20, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Apresentaram pedidos de substituição, o Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião, Luís Miguel Pombo de Magalhães Matos, tendo sido substituído por Ricardo Jorge Tavanez Iria, e a Presidente da Junta de Freguesia do Sado, Marlene Sofia Baião Caetano, tendo sido substituída pela Dora Cristina Soeiro Mira, conforme documentos registados sob os n.ºs 21 e 22, arquivados em pasta anexa à presente ata.

**c) Substitutos e sua posse**

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Nuno Miguel Batista Lopes, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Maria Helena Crispim Pratas, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à verificação de legitimidade e identidade e respetiva substituição, conforme documento registado sob o n.º 23, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Miguel Jorge de Sena Augusto, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Ana Filipa Matos Bonita, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamada a cidadã que se segue na lista do PS, Elisabete Maria Martins Cavaleiro, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Mário Gabriel Costa Pires Aranha, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Óscar Alexandre de Jesus dos Santos, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PPD/PSD, Francisco Miguel Guerreiro Cabral, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PPD/PSD, Eduardo Jorge Ferreira Durand Moreira Pinto, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PPD/PSD, João Manuel Ramos dos Santos, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do CHEGA, José Carlos da Silva Ferreira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Verificando-se a existência de quórum deliberativo, o Presidente deu início à reunião.

#### **A - PERIODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**Presidente da Mesa** – Temos três inscrições e cada munícipe tem 5 minutos para intervir e convém que seja dado cumprimento a este limite de tempo para cada uma das intervenções (conforme documentos registados sob os n.ºs 24 a 26, arquivados em pasta anexa à presente ata).

**Ana Fidanza** – Na sessão que agora se inicia, os senhores terão oportunidade de se pronunciar e votar o novo Regulamento do Ruído Ambiental de Setúbal, aprovado em reunião de câmara, no passado dia 11. Trata-se de um momento importante para a cidade, que desejamos celebrar aqui, se tal for o resultado do voto.

A situação de incumprimento permanente da Lei do Ruído, estará melhor enquadrada, graças a novas medidas de limitação do ruído, produzido pelas atividades ruidosas permanentes, visto que não será mais possível, para os estabelecimentos de diversão noturna, funcionar de portas e janelas abertas e sem limitadores de som.

Mas sabemos desde já por experiência, que este novo Regulamento, não bastará, para que os moradores e visitantes dos bairros mais expostos à atividade de diversão noturna descontrolada, possam, enfim, descansar em paz, por falta de uma fiscalização adequada. Tal sucedia com o Regulamento anterior, e, apesar do nosso parecer, da Associação, à consulta pública, juridicamente fundamentado, apesar das quatro dezenas de participações dos nossos associados e simpatizantes, na consulta pública, e das reservas formuladas por vários Vereadores, nesse sentido, o tema da fiscalização não foi melhorado no novo Regulamento.

A Câmara, continuando a concentrar todos os poderes de fiscalização, quando é do conhecimento de todos, que não existem recursos camarários suficientes.

Vamos imaginar, o que seria viver com um Código de Estrada, sem que exista uma GNR, para prevenir, controlar e sancionar as infrações que irão surgindo, um caos!

Condutores sem escrúpulos, a pôr em perigo a saúde e a integridade física dos outros condutores e passageiros, sem serem incomodados, conflitualidade aumentada entre os condutores que respeitam e os que não respeitam as regras.

É este tipo de caos que vivemos há anos e que continuaremos a viver se nada mudar.

Só este ano, a nossa Associação, fez mais de uma centena de queixas, não tratadas, pelos serviços de fiscalização da Câmara, e até houve novos estabelecimentos, a continuar a abrir, sem quaisquer condições, em total impunidade, pois confiantes, que nunca serão incomodados.

Vou dar um só exemplo, um espaço a céu aberto, cujo proprietário anterior, teve que fechar há dois anos, por não poder conformar-se há necessidade de construir um teto para poder operar, voltou a abrir, com um novo proprietário, organizou no fim de semana passado, uma noite totalmente alucinante com música ao vivo, num espaço aberto, entre as 00:00h e as 06:00h, anunciada com cartazes distribuídos por toda a cidade.



Embora muito esperançosos que o novo Regulamento, seja hoje votado, o nosso trabalho não terminará aqui, convidamos as várias Entidades, responsáveis do bem-estar dos cidadãos e todas as partes envolvidas de boa-fé, que acreditam que é possível desenvolver uma atividade de diversão noturna, sem destruir a vida da vizinhança, a trabalhar connosco, para que, enfim, se inicie um período de consciencialização, de sensibilização e de fiscalização das atividades que continuam em incumprimento. Contamos com a responsabilidade e o sentido do bem público que vos anima, para nos apoiar neste caminho.

**Jean-François Dekimpe** – Venho aqui, perante vós, hoje, no seguimento da intervenção da Presidente da Associação de Direito ao Descanso em Setúbal, como membro da Associação e gerente de uma Sociedade, proprietária de um prédio de habitação na zona ribeirinha, desejo aqui solicitar à senhora Vereadora, Rita Carvalho, a resposta a várias mensagens que enviamos, desde a abertura da Discoteca a céu aberto, “Sky Club”.

A senhora Vereadora, foi alertada por nós, em janeiro de 2024, que este espaço, e pelo qual, o seu serviço, já teve que gerir um processo de incumprimento do Regulamento do Ruído, em 2022, que levou o estabelecimento a fechar, por falta de condições, tinha sido adquirido por um novo proprietário e que estavam a decorar e a fazer obras de embelezamento, em previsão da sua reabertura, sem que o telhado exigido no processo tivesse sido construído.

Informamos imediatamente a senhora Vereadora, por e-mail, quando ocorreu a abertura a 23 de novembro, também fazendo queixa ao serviço de fiscalização.

No fim da semana passada, foi enviada uma terceira queixa, onde é solicitada uma reunião de urgência, pedido que foi depois reforçado, com a indicação comprovativa da situação, no nosso Facebook, com um vídeo de uma vizinha da zona e membro da nossa Associação, desesperada com o barulho às 03:00h e do Instagram do estabelecimento, com um vídeo de um concerto com música ao vivo a céu aberto.

Apesar do histórico do espaço, e da senhora Vereadora, nos ter dito oralmente, que espaços abertos não podem operar com música, quando mencionamos outro caso recente, como do “Laranja”, na Avenida Luísa Todi e do “Viva Setúbal”, do Parque do Bonfim.

Ainda não obtivemos qualquer resposta às nossas várias solicitações, reitero aqui a nossa pergunta.

O que conta fazer o Departamento de Fiscalização, para que cesse esse escândalo o mais rapidamente possível, e que por fim se aplique a Lei!

**António Ventura** – Eu venho aqui falar sobre a minha freguesia! Noto que durante os três anos deste Executivo, pouco ou nada tem sido feito, em Azeitão, nomeadamente na mobilidade.

Foi feito agora um asfalto, na Rua da Mata, mas a Rua de São Gonçalo, é muito mais importante, do que a Rua da Mata.

Os Azeitonenses, para saírem da nossa freguesia, correm riscos, aquela estrada não tem segurança nenhuma, não tem marcações, não tem nada... é quase uma Veneza, como dizem alguns moradores em Azeitão, é Veneza, quando chove.

Qual é a intervenção que a Câmara Municipal, vai fazer, ou se ainda vai fazer durante este Executivo?

O asfalto na freguesia..., a freguesia cresce, e as infraestruturas não existem, as ruas não são asfaltadas!

Em relação ao Auditório, que está prometido à entrada de Azeitão, gostaria de saber quando é que é iniciada a obra e quando é terminada.

O Mercado de Brejos de Azeitão, é uma promessa também já de há muitos anos, até ver, nada foi feito, nem iniciaram a obra!

A pintura das passadeiras, marcações de ruas e estradas de Azeitão, há 3 anos que não são feitas, ou há mais tempo, as ruas estão todas sem marcações, ou seja, a segurança dos cidadãos, está em causa.

Relativamente à Escola Secundária de Azeitão, ela é provisória desde 1974 ou 75, e continua igual.

O Posto da GNR de Azeitão, é uma vivenda, e se calhar, vai continuar a ser uma vivenda durante mais uns quantos anos.

Os Bombeiros, não tem a localização correta, ou seja, os Bombeiros deviam estar localizados, junto à Estrada Nacional 10, e não dentro da Urbanização do Choilo.

Gostaria de saber qual é a resposta do Executivo da Câmara, para estas situações em Azeitão.

Visto que, o senhor Presidente, até mora em Azeitão, por isso é fácil o senhor Presidente, responder aos azeitonenses.

A zona da Salmoura, tem estradas em terra batida, fossas, etc., os azeitonenses gostariam de saber qual a resposta do Executivo, para a zona da Salmoura.

**Presidente da Câmara** – Relativamente às questões, e fundamentalmente, a duas questões que foram aqui colocadas, uma relativamente ao Regulamento do Ruído, que provavelmente a Assembleia Municipal, irá aprovar hoje, e também a uma outra intervenção, sobre algumas questões que também dizem respeito ao ruído, e a esta última intervenção do senhor munícipe de Azeitão.

Relativamente às questões do ruído, naturalmente que nós temos acompanhado com muita preocupação a situação que se vive em Setúbal, pelo que sei, não é uma situação única no nosso País, e, em particular na Área Metropolitana de Lisboa, são situações complexas, e cada vez mais há municípios que intervêm, no sentido de que sejam respeitados os seus direitos.

O que nós temos estado a fazer, em colaboração com a Associação, é de facto, criar as melhores condições, para uma intervenção mais adequada, exatamente na defesa dos direitos dos cidadãos, no que diz respeito às atividades ruidosas.

Há dificuldades, naturalmente, na intervenção, no que diz respeito à Câmara Municipal, e nisso nós temos vindo a intervir e a tratar de forma adequada.

Eu queria salvaguardar, e dizer que, relativamente a estas matérias, não é só a Câmara Municipal que têm responsabilidades, e aí também terei de dizer que, estou à espera que a senhora Ministra da Administração Interna, tenha agenda para receber o Presidente da Câmara de Setúbal, porque já são duas missivas de pedido de reunião, uma com uma situação de normalidade, a segunda com carácter de urgência, e até agora, não houve nenhuma resposta, porque, de facto, nós também temos esse entendimento, de que há a necessidade de haver uma maior intervenção das forças de segurança no nosso território.

Relativamente à questão da fiscalização municipal, abrimos dois concursos, e que eu saiba, apenas desses dois concursos, resultaram o ingresso de três pessoas, que estão a fazer formação, para serem fiscais municipais.

É o estado a que chegou a Administração Pública!

É importante que isto fique na memória de todos nós, pelas responsabilidades que temos, de facto, na situação que se vive.

Naturalmente que, o que nos preocupa em 1.º lugar, é a situação em Setúbal, mas esta é uma situação também do conhecimento que eu tenho e, em particular na Área Metropolitana de Lisboa, em que há lugares de profissionais na Administração, que não são preenchidos, porque ninguém quer ocupar essas funções.

E isto, é uma responsabilidade que não é desta Câmara, nem das Câmaras Municipais, é um alerta que deixamos aqui, para que quem tem essas responsabilidades, e nós, Presidente da Câmara, Executivo, sabemos qual é a nossa responsabilidade, de junto ao Governo fazer sentir essa situação, que se agrava progressivamente.

E, portanto, queria dizer-vos que da nossa parte, sabemos destas dificuldades, temos feito o nosso trabalho, dentro das nossas possibilidades, mas com estas fortes limitações, não é só na fiscalização, há muitos setores profissionais na Administração, que não têm profissionais e os concursos ficam desertos.

Para terminar, queria saudar a Associação, pelo trabalho que tem desenvolvido, no sentido de em conjunto com os serviços municipais, e com as senhoras Vereadoras, que tem acompanhado este processo, o facto de, terem sido dados passos muito importantes, no sentido de defender melhor os direitos dos nossos cidadãos, no que diz respeito ao ruído.

Há sempre um caminho a percorrer, e, portanto, nós estamos sempre disponíveis para percorrer esse caminho, salvaguardando de uma forma equilibrada, os direitos e o respeito dos cidadãos, designadamente nas suas atividades económicas.

Quanto à intervenção do senhor munícipe de Azeitão, é uma opinião, expressou aqui a ideia de que nada tem sido feito em Azeitão, é uma opinião, que nós temos de respeitar, vivemos em democracia, e por isso, cabe-nos respeitar essa opinião.

Eu não tenho tempo para explicitar aqui, toda a intervenção que todos os dias é feita em Azeitão, agora, que há muito por fazer, estamos todos de acordo, há e haverá ainda durante uns largos anos muito por fazer.

Aqueles que vivem há mais tempo em Azeitão e que têm acompanhado o nosso trabalho, certamente têm conhecimento daquilo que nós encontramos, quando assumimos a responsabilidade na Câmara Municipal, em 2002, e a situação que hoje se vive em Azeitão.

Hoje, vive-se em Azeitão com muita qualidade de vida, com espaços verdes, espaços urbanos altamente qualificados, e que não existiam pura e simplesmente, dezenas e dezenas de arruamentos em Azeitão, que hoje, tem infraestruturas, estão pavimentados, faltam apenas dez ou doze arruamentos, para serem pavimentados e com infraestruturas, havia cento e tal, já são muitos anos a memória já me falha, mas são entre os cento e vinte a cento e trinta arruamentos, que não tinham nem infraestruturas, nem pavimento, e, portanto, não se pode vir dizer que não tem sido feito nada em Azeitão.

A requalificação dos espaços públicos em Azeitão, tem progredido progressivamente, tenho feito reuniões com grupos de população em Azeitão, para discutir os projetos que nós vamos desenvolvendo, e que vamos continuar a desenvolver.

Relativamente à Rua de São Gonçalo, ao contrário do que, por aí às vezes, se ouve dizer, é que, eu, comprometi-me a fazer um levantamento, a desenvolver um projeto, para que haja uma intervenção de requalificação de uma parte, que são 2 quilómetros, desde a Estrada Nacional 10 até à Rua da Padaria, e foi esse o compromisso que eu assumi, e esse trabalho está a ser concluído.

Quando estiver concluído, será naturalmente apresentado, para discussão à população, que é a forma como nós trabalhamos, agora, eu não prometi uma intervenção, porque nós estamos a falar de vários milhões de euros de intervenção, é preciso que as pessoas saibam disto, aquilo que nós prometemos, nós cumprimos.

Termino, agradecendo a todos os senhores munícipes que vieram aqui, porque é com a participação dos munícipes que nós também vamos melhorando o nosso trabalho.

## **VOTAÇÃO DA ATA**

### **Ata da sessão ordinária da Assembleia de 27 de setembro de 2024**

Aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão.

### **Ata da sessão extraordinária da Assembleia de 31 de outubro de 2024**

Aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão.

## **B – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

## **I – INTERPELAÇÕES AO EXECUTIVO, RECOMENDAÇÕES E REQUERIMENTOS**

a) Interpelações ao Executivo

**Rui Lamim (PSD)** - Em situações normais, hoje estaríamos a tratar do Orçamento do Município, para o próximo ano, mas não, a proposta da CDU, para 2025, foi rejeitada democraticamente, na reunião de câmara, pois esse Orçamento, era ainda mais cheio de ar, mais empolado e mais fantasioso que Orçamentos de anos anteriores, talvez por 2025 ser ano de eleições.

Quando um político, ou um Partido, afirma o que pretende fazer, então deve ser mesmo para fazer, e não apenas 59%, ou seja, um pouco mais de metade do prometido, 59%, recorde, foi a execução da despesa no ano passado, é imperioso manter a credibilidade no processo democrático.

Assim, o Município, passará a funcionar normalmente com o Orçamento do ano anterior, e com alguns dos novos impostos municipais, que hoje, aqui, vamos fixar, impostos em valores possíveis, apenas os possíveis, no delicado equilíbrio entre a necessidade de prover às despesas municipais, e o esforço dos cidadãos no pagamento dos impostos, e saliento, IMI em 0,37%, e o aumento da devolução de IRS, para 1,7%, entre outros.

Nem mais, nem menos!

É o equilíbrio possível, o equilíbrio que o PSD encontra como adequado, para uma gestão rigorosa e controlada, bem diferente das posições extremadas do PS.

Ao contrário do que foi afirmado pelo senhor Presidente da Câmara, na última Assembleia Municipal, onde se queixou de muitos milhões de euros que queria ter cobrado mais aos setubalenses, e não conseguiu, o Município tem todas as condições para gerir a cidade, como receitas próprias crescentes ou financiamentos e empréstimos aprovados.

Em dados recentes, até novembro, dizem que a Câmara, recebeu em impostos diretos mais 4 milhões e 900 mil euros, que o ano passado, isto é, aumentaram em 13%, haja, portanto, capacidade de gestão.

A vitimização que agora veste, falando de bloqueio ou de boicote da oposição, parece já a criação de uma desculpa, para a má avaliação da sua gestão pela população.

A oposição à CDU, é o PSD e o PS, e nós PSD, aprovamos ou reprovamos Orçamentos da Câmara ou das Juntas de Freguesia, para resolver os problemas reais das pessoas, da vida das pessoas, e por estes dias observamos um fenómeno bem curioso, uma mão amiga, o PS, na viabilização dos Orçamentos das nossas Juntas, e se a gestão da CDU, não descontrolar as contas municipais em 2025, haveremos ainda de ter a oportunidade de continuar a baixar impostos municipais, como a parte municipal do IRS.

Exigimos da CDU, uma gestão controlada, observamos que o progresso da cidade está a passar ao lado de todos nós, dos cidadãos, e pela nossa parte, estamos a cumprir o que prometemos à população e a lutar por resolver os problemas reais da vida das pessoas.

**Presidente da Mesa** – Portanto, a sua interpelação ao Executivo, senhor deputado, consiste nessas considerações, não há interrogações, há afirmações apenas, é mais uma declaração de voto, mas o senhor Presidente, ponderará se tem matéria para responder.

**Vitor Rosa (BE)** – Faço já uma declaração de interesses, moro no Bairro Santos Nicolau, que fica bastante próximo, onde está inserido também, o Mercado do Bairro da Nossa Senhora da Conceição, e é sobre o protocolo entre a Câmara Municipal e a Associação Bairro Cool, criada em 2020, que é a minha questão, relativamente a este período da ordem de trabalhos.

A Câmara, tem dois protocolos estabelecidos com esta Associação, um referente ao Bairro do Troino, protocolo estabelecido em 2021, e o protocolo aprovado no passado dia 11 de dezembro, com o objetivo de dinamização do Mercado do Bairro da Nossa Senhora da Conceição.

Em relação a este último protocolo, o mesmo já tinha ido a reunião de câmara, em dezembro de 2021, sendo na altura, retirada a proposta.

No atual protocolo, é referenciado que em 2022, já tinha sido realizado protocolo com esta Associação, ora, na consulta que efetuei a todas as reuniões de Câmara, do ano de 2022, dos quarenta protocolos aprovados, e uma adenda, não consta qualquer aprovação em reuniões de câmara desse ano, com esta Associação, também o mesmo relativamente a 2023, pelo que solicito a seguinte informação.

Quando, e em que condições foi aprovado esse protocolo, ou se não passa de um lapso de quem elaborou a proposta?

Esta é uma Associação, que da pesquisa efetuada ao seu Site, não tem qualquer informação sobre a sua atividade, nem mesmo a divulgação destes protocolos, aprovados entre a mesma e a Câmara. Tudo isto veio a propósito do estado atual da dinamização, supostamente feita, por esta Associação no Mercado, e se os senhores têm conhecimento.

A Associação, recebe dos comerciantes existentes no espaço protocolado, rendas mensais, que não são referenciadas, nem regulamentadas, neste protocolo, deixando ao livre-arbítrio da Associação, os preços praticados, que, pelos vistos, pouco ou nada servem de investimento no espaço, que a Câmara lhe concede, através deste protocolo.

A maior parte, senão todo o equipamento existente, é propriedade dos comerciantes, e outros materiais foram dados pelo Leroy Merlin e Super Bock.

No atual período natalício, espera, quem visita o Mercado, uma iluminação mínima deste período, atividades que dinamizam o espaço, atividades que promovam o espaço, e que cativem visitas, não só de turistas, mas também de gentes do Concelho, e o que assistimos, é uma cada vez mais, estagnação do mesmo, os números apontados na deliberação, não correspondem de todo à verdade e à realidade atual.

Hoje, no espaço ao ar livre, estão apenas dois espaços de oferta de gastronomia, com equipamento de aquecimento a gás, em que tem de ser os próprios comerciantes do Mercado a pagar, no espaço interior, sem qualquer tipo de aquecimento, tem que ser os próprios comerciantes a ter que providenciar aquecimento próprio.

As bancas de oferta gastronómica, resumem-se hoje, a cinco bancas e ao bar, com a desistência de vários comerciantes, comparativamente há pelo menos um ano, e tudo aponta para mais desistências nos próximos tempos.

No espaço de venda de flores, apenas ocupado por um comerciante, e no seu lado oposto, dedicado ao artesanato, que deveria ter em nossa opinião, uma discriminação positiva de isenção de pagamento, o caminho será em princípio o mesmo, a que acresce, o mesmo problema de aquecimento nesta altura do ano.

A maior parte dos workshops realizados são da autoria dos comerciantes, então pergunta-se!

Qual é o papel da Associação?

Promover festas com DJs?

É este o tipo de dinamização que queremos num espaço tão nobre como aquele!

As dúvidas e pedido de esclarecimento sobre estes protocolos, estendem-se ao seu articulado, nomeadamente, na 1.ª versão, que foi a reunião de câmara em 2021, nos compromissos da Câmara, era assinalado que nesse protocolo, ficavam excluídas transferências financeiras, para a Associação, no âmbito desse protocolo, tal, foi agora retirado no atual protocolo, e pergunto, o porquê?

É que no protocolo entre a Câmara e a Associação, no respeitante ao Bairro do Troino, a condição de exclusão de transferências financeiras mantêm-se, ou será que esse protocolo foi denunciado, se sim, tudo certo, apenas existe um protocolo sobre o Mercado da Conceição.

É que o mesmo protocolo do Bairro do Troino, se não foi denunciado, existe uma cláusula no seu articulado que prevê a sua prorrogação automática por igual período de tempo.

Não vi a sua cessão ou denúncia, ser assinalado em nenhuma reunião da câmara, desde a sua assinatura, até hoje, o que pode criar a contradição objetiva de condição de exclusão financeira constante na alínea d), da cláusula 3.ª, desse protocolo, e o apoio financeiro de 4 mil euros, atribuído à Associação, aprovado unanimemente em reunião de 3 de maio de 2023.

Face a esta situação, pergunto se a Câmara tem conhecimento destas questões? Que tipo de fiscalização da aplicação destes protocolos, tem sido feito pelos serviços? Que plano de atividades têm sido apresentados?

Que contas das ações realizadas têm sido apresentadas?



Que medidas pensa a Câmara exigir, para uma efetiva aplicação dos objetivos consignados nos protocolos?

**Eunice Pratas (PS)** – Hoje, venho reportar uma situação, que chegou à bancada do Partido Socialista, é um assunto sensível, por parte de uma jovem de 30 anos, residente na Avenida da Independência das Colónias, portadora de espinha bífida.

Esta zona, tinha uma oferta insuficiente de lugares para pessoas com deficiência, ao qual ela solicitou à Câmara, para colocar um lugar restritivo para estas pessoas, mas nesta zona, uma zona com Clínicas, e decerto, não é a única residente com portadora de deficiência, estes lugares são insuficientes.

Entretanto, a jovem, com espinha bífida, com uma situação bastante limitadora de mobilidade, são pessoas que tem de se transportar com cadeiras de rodas, pediu então, um lugar para uso exclusivo e pessoal, para conseguir ter independência, para conseguir trabalhar.

Nós já sabemos dos obstáculos, que normalmente estas pessoas têm em se integrar no mercado laboral, e se tiverem limitações a aceder ao espaço exterior, mais restritiva torna-se a sua procura, ou oferta, a que possa concorrer.

No entanto, na troca de emails e cartas com os serviços camarários responsáveis, foi dito que, esse lugar era considerado de uso exclusivo e pessoal, e que, está regulamentado, segundo o Regulamento Municipal, com uma taxa anual de 1295 euros.

Ora, esta jovem, não está a pedir um lugar para ter à porta por uma questão de luxo, esta jovem está a pedir um lugar, com a sua matrícula, para conseguir ter algo tão simples, como a liberdade e possibilidade de se mover na cidade que habita.

Nós já sabemos das dificuldades que as pessoas portadoras de deficiências têm em estar integradas na nossa sociedade e nós temos de pensar quando somos os limitadores disso.

Nós sabemos que ninguém escolhe nascer com certas condições, mas nós que fomos eleitos, podemos escolher dar um passo, para melhorar a vida desta munícipe, e de outros munícipes, que se encontram nesta situação, e acho que hoje devíamos repensar este Regulamento, e esta opção que está no Regulamento.

Estamos a falar de uma jovem com 30 anos, que está a pedir um lugar para deficientes com matrícula, para ter acesso à rua, para ter acesso à liberdade e para ter acesso a se mover, e nós como eleitos, fomos eleitos, para melhorar a vida das pessoas, e o primeiro passo que podemos dar, é discutir esse Regulamento, em sede de Assembleia Municipal.

**Francisco Cabral (PSD)** – Esta pergunta, não é nova, aliás, é bastante redundante, venho questionar novamente, pelo Regulamento de Estágios, que foi dito, pela bancada da Assembleia Municipal da CDU, que existia, mas até ao momento, não nos foi apresentado, bem sei que estão a trabalhar num novo Regulamento, agradecemos esse esforço, consideramos importante, mas, por exemplo, ao analisarmos as informações que nos foram dadas, percebemos que houveram, entretanto, cinquenta e sete pedidos de estágios, e, trinta e dois desses estágios foram deferidos e seis foram indeferidos.

O que neste momento é essencial, é perceber quais é que foram os critérios utilizados, e em que *“águas é que estamos a navegar”*, é, para nós importante haver este meio, este mecanismo de transparência, e impedir aqui, qualquer tipo de inconformidades, promiscuidades.

**Manuel Esteves (PS)** – Subscrevo tudo aquilo que o munícipe de Azeitão, esteve aqui a apresentar, e depois de ouvida a resposta, que o senhor Presidente da Câmara, deu a esse munícipe, quero aqui citar uma situação que foi anunciada pelo mesmo.

O senhor Presidente André Martins, anunciou a 21 de março, em um encontro do *“Ouvir a População e Construir o Futuro”*, realizado na Escola Básica da Brejoeira, um conjunto de investimentos estruturantes, para o desenvolvimento e qualificação do território de Azeitão, cito, *“Um polo cultural multiusos, um pavilhão polidesportivo e a qualificação do mercado de Brejos de Azeitão são os três equipamentos-âncora que integram o compromisso de investimentos programados pela Câmara Municipal de Setúbal com vista à criação de uma nova centralidade em Azeitão”*, até a Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão, Sónia

Paulo, venceu a importância destes novos equipamentos, para o desenvolvimento do território, e que até a esta data, ainda nada foi feito, e era inteiramente de grande utilidade e urgente.

Comparar a Azeitão de há 30 anos, com a Azeitão de hoje, é incomparável, porque Azeitão, não é só aquela parte que está a crescer, é a parte que existe e que sempre existiu, portanto, os azeitonenses esperam uma resposta do senhor Presidente.

Para quando o início destas obras, por si, várias vezes já anunciadas?

**Flávio Lança (IL)** – Sr. Presidente, na vinda aqui para a Assembleia, dei conta de uma notícia, que gostava que nos desse aqui alguns esclarecimentos. A notícia dá conta da aprovação de um apoio financeiro de 15 mil euros, a uma Instituição Social do concelho, no âmbito de uma deliberação camarária, e segundo informação veiculada, a proposta que foi apresentada, foi apresentada e votada favoravelmente por um membro do Executivo, que alegadamente, teria um vínculo familiar direto, com um utente da Instituição beneficiada. Isto não nos levanta nenhum tema, nos apoios financeiros, às Instituições Sociais, desde que haja transparência, e aquilo que nós gostávamos de perceber, porque Setúbal tem sido fustigada por notícias, durante este mandato, que na realidade não beneficiam ninguém, nem o Município, nem ninguém aqui nesta sala. Gostava que o Sr. Presidente, nos esclarecesse, se tinha conhecimento deste potencial conflito de interesses no momento da deliberação? Se foram tomadas medidas, para assegurar que todos os membros do Órgão, respeitem os impedimentos previstos no Código do Procedimento Administrativo?

Que mecanismos estão, ou poderão vir a ser implementados, para reforçar a transparência e imparcialidade na tomada de decisões, especialmente em processos que envolvem Entidades, com ligações familiares a membros do Executivo.

Considera o Executivo, que nesta situação em concreto, foi respeitada a legislação vigente e os princípios constitucionais de imparcialidade e de boa-fé?

#### **b) Intervenção do Executivo**

**Presidente da Câmara** – Irei procurar responder às questões, que os senhores deputados, aqui colocaram, e começando naturalmente, pela primeira, colocada pelo senhor deputado, Rui Lamim, relativamente ao Orçamento.

Naturalmente que o senhor deputado, fez aqui uma intervenção, que é a sua opinião, que é respeitável, como não podia deixar de ser, sobre a questão do Orçamento.

O que eu tenho a dizer sobre isso, e já tornei público essa questão, o Orçamento da Câmara Municipal, para 2025, que o Partido Socialista e o PSD, chumbaram, é naturalmente, o maior Orçamento que já teve lugar nesta Câmara Municipal, desde que existe aqui Poder Local Democrático, é verdade! Agora, as razões, porque é que isto acontece, é que é importante nós avaliarmos, e a questão é esta!

É que também, neste mandato, e, naturalmente, com reflexos neste ano, para 2025, nós temos o maior investimento que já alguma vez aconteceu, no Município de Setúbal.

Estes são dois factos indesmentíveis, os senhores têm acesso a toda a informação e, por isso podem, naturalmente, divagar sobre esta matéria, qualquer um de nós o pode fazer, agora, sobre estes dois factos, eu acho que eles dizem tudo, e por isso, eu não me alongo mais sobre esta matéria, repetindo apenas, temos o maior Orçamento, que foi rejeitado pelo PS e pelo PSD, para 2025, porque temos o maior investimento de sempre em Setúbal, exatamente com os reflexos maiores para 2025.

Relativamente ao senhor deputado do Bloco de Esquerda, pareceu que o senhor deputado fez uma boa investigação sobre esta questão do protocolo, eu queria dizer-lhe que, o protocolo que estava em vigor inicialmente, tem data da reunião de câmara, do dia 5 de maio de 2021, e, portanto, era esse o protocolo que existia, antes da aprovação do protocolo, que agora teve lugar, na Câmara Municipal.

Gostaria também de dizer, que quem conheceu, e quem conhece hoje, o Mercado da Nossa Senhora da Conceição, antes da intervenção que a Câmara Municipal fez, exatamente em 2022, final de 2021, princípio de 2022, e que levou à instalação daquela dinâmica, que por força desta parceria entre a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia e a Associação Bairro Cool, é qualquer coisa que, não tem nada a ver uma coisa com a outra, e nós continuamos a defender estes projetos em concreto.

Este projeto, é um projeto dinâmico, que tem trazido gente de fora do Concelho àquele espaço, e que era um espaço que estava em decadência, a cada dia que passava, e esta foi uma forma que nós encontramos, nesta parceria alargada, de conseguir ter um espaço dinâmico, utilizado e onde os vendedores do Mercado, que lá estavam, continuam, e, naturalmente, com uma dinâmica completamente diferente daquela que lá estava.

Hoje basta ir lá, e falar exatamente com esses vendedores, com esses operadores do Mercado, falar com eles e ouvi-los, sobre como é que eles estavam antes do início deste processo, e como é que eles estão hoje.

Eu agradeço a informação que a senhora deputada, Eunice Pratas, trouxe sobre aquela jovem, naturalmente, que eu não tenho conhecimento em concreto sobre a situação, por aquilo que descreveu, parece-me a mim, não conhecendo também em profundidade o Regulamento, mas parece-me, por aquilo que descreveu, que faz todo o sentido, as questões que colocou, mas eu agradeço a informação que aqui veio, nós vamos naturalmente avaliar.

Relativamente às questões do senhor deputado, Manuel Esteves, o polo cultural, o mercado de Azeitão e o pavilhão municipal desportivo, são compromissos que nós estabelecemos com a população, e quando nós estabelecemos compromissos com a população, eles são cumpridos, a não ser que surjam questões que nos ultrapassem.

Relativamente ao mercado de Azeitão, como sabem, aliás, as questões que os senhores aqui colocam, já agora, gostava também de dizer isto, bastava ir às atas das reuniões de câmara, para saber que estão lá os dados todos, daquilo que foi aprovado, ou seja, do valor dos projetos e do tempo de execução, e, portanto, eles estão dentro do tempo de execução, com exceção do pavilhão desportivo, por razões que também são conhecidas, não se avançou com o pedido de empréstimo, para a construção do pavilhão desportivo, mas isso são razões que nos ultrapassam.

O compromisso foi feito, mantém-se da avaliação que nós fazemos a necessidade de um pavilhão desportivo em Azeitão, sem dúvida nenhuma, aliás, quando nós avançámos com essa proposta, foi porque nós falámos com as Coletividades, que tem dinâmica desportiva em Azeitão, e porque nós, concluímos que esse era um investimento importante a fazer. Por razões que, naturalmente, têm a ver com a disponibilidade financeira da Câmara Municipal, este processo não avançou, mas é uma questão que está identificada, e só não avançou por razões que nos ultrapassam.

Relativamente ao mercado de Azeitão, ele está em construção, como sabe, não é uma construção em betão e, a construção está a ser feita e em breve será feita a montagem, e o mercado será instalado.

Relativamente ao equipamento cultural, também o temos dito, é um processo que está para visto do Tribunal de Contas, e que nós aguardamos que a qualquer momento, o Tribunal de Contas, dê o visto, para nós, naturalmente, procedermos à assinatura dos contratos, porque já há uma adjudicação relativamente a esta obra, e, portanto, senhor deputado, mais uma vez digo, aquilo que nós nos comprometemos, nós cumprimos, a não ser por questões que nos possam ultrapassar.

Relativamente ao senhor deputado, da Iniciativa Liberal, apoio a uma Instituição, por um membro do Executivo, que participou numa votação.

Senhor deputado, eu peço imensa desculpa, mas eu não sei ao que é que se refere, agora, sobre a imparcialidade e a boa-fé, eu acho que não há razão nenhuma para haver dúvidas sobre isso, a não ser que existam situações concretas, que possam ser demonstradas, naturalmente que nós estamos cá para avaliar as situações, eu não conheço este caso que referiu, em particular.

Relativamente à questão que o senhor deputado do PSD levantou, eu pedia à senhora Vice-Presidente, para responder.

**Vice-Presidente da Câmara** – Nós estamos neste momento, a tratar do Regulamento de Estágios, nós tínhamos um Regulamento, aprovado aqui na Câmara Municipal, datado de 2010, e efetivamente, ele necessita de ser revisto. De qualquer forma, nós pedimos um parecer jurídico, relativamente às questões do enquadramento dos estágios neste momento, e aquilo que vos posso dizer é que, relativamente aos estágios curriculares, que são aqueles que a Câmara aceita, o Regulamento, está conforme.

Portanto, o Regulamento, que nós temos hoje atualmente está conforme, porque no caso destes estágios curriculares, não há lugar ao pagamento de nenhuma bolsa, e os encargos dos seguros são das Instituições.

Relativamente às questões que são colocadas, nós até vemos algum impedimento, que possa haver algum pagamento nestes estágios, tendo em conta, o artigo 136.º do CPA, portanto, é o que está aqui em causa.

Nos restantes estágios, nomeadamente, nos estágios profissionais, existe um programa, e é esse programa que rege os estágios na Administração Pública, no nosso caso, é o PEPAL.

O PEPAL, já não abre há muitos anos, e era também importante que isso pudesse acontecer, aliás, quando o último PEPAL abriu, a Câmara, candidatou-se e teve uma série de jovens licenciados a trabalhar no Município, e depois, alguns até concorreram a procedimentos concursais e acabaram por ficar, e esses sim, são remunerados de acordo com o que está na Lei, portanto, existe um programa, para a Administração Central, e outro programa para a Administração Local, e efetivamente, esse programa tem estado parado.

De qualquer maneira, porque o nosso Regulamento já é de 2010, e, entretanto, também houve algumas alterações, nós vamos fazer esse Regulamento de Estágios, e contamos trazê-lo à Câmara Municipal, assim que possível, ele está a ser trabalhado, e com base neste parecer jurídico que tenho, fico descansada com aquilo que temos hoje ainda em vigor, porque não há aqui nada que não esteja correto de acordo com a Lei, mas podemos sim, melhorar aquilo que fazemos.

Normalmente, quando nós não aceitamos os estágios, tem a ver com limitações de espaço, nós temos que acolher os estudantes, com um plano próprio de trabalho e com competências a desenvolver, e não podemos acolher estudantes se não tivermos condições, e precisamos de um mínimo de condições, e às vezes há serviços, que tendo em conta as instalações, não permitem a receção de estagiários, mas normalmente, e se for reparar, para aquilo que são os nossos relatórios, nós acolhemos muito estagiários, das instituições de ensino, do nosso Município, e até de outros Concelhos.

**Presidente da Mesa** – Vamos passar à fase das recomendações e requerimentos. Há uma proposta, que entrou na fase das resoluções, das recomendações e requerimentos, que é apresentada pelo PSD, sobre o “IMI para terrenos de construção”, não vai ser incluída no PAOD, porque sendo uma proposta de deliberação, temos de colocar à Assembleia, a aceitação da entrada da proposta na Ordem do Dia, será um último ponto, tal como, uma outra resolução idêntica que lá está.

### c) Recomendações e Requerimentos

1. Recomendação de “Criação de um Separador “Grupos Municipais” na área da AM no Website do Município de Setúbal” (IL) (conforme documento registado sob o n.º 27, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Mariana Crespo (PAN)** – A recomendação, ora, apresentada, fornece uma louvável iniciativa, para a promoção da transparência e o acesso à informação, sobre as atividades dos Grupos Municipais, por parte dos cidadãos, à semelhança do que acontece em outras Autarquias de Portugal.

Acreditamos que esta é uma iniciativa que não só promove o pluralismo de ideias, como poderá ter o desígnio de promover a participação cidadã na democracia local, motivo pelo qual a iremos naturalmente acompanhar.



Não obstante o seu mérito, não pode deixar de nos preocupar, a possibilidade de ocorrência de um risco de desigualdade na utilização e acesso a este espaço, por naturalmente, os diferentes grupos municipais terem também diferentes recursos e capacidades, bem como o facto de estar insuficientemente claro, de quem ficará responsável pelos devidos mecanismos de moderação editorial a implementar.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação aprovada por unanimidade e em minuta.

**2. Recomendação “Problemática da Prevenção e Segurança Rodoviária no concelho de Setúbal” (PSD)**  
(conforme documento registado sob o n.º 28, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**João Santos (PSD)** – A prevenção rodoviária foi um tema apresentado pelo PSD, em anteriores mandatos, mas que se perdeu na burocracia.

O PSD, sempre deu atenção às irregularidades e insuficiências existentes na mobilidade sustentável do concelho, evidenciando preocupações acrescidas, quer política, quer cívica, sobre as consequências trágicas, quer humanas, quer materiais, em resultado da sinistralidade rodoviária, tendo tomado várias iniciativas em mandatos anteriores, visando a melhoria da prevenção e a redução da sinistralidade rodoviária na cidade e no concelho de Setúbal.

Face ao exposto, o PSD, apresenta medidas no domínio da prevenção e redução da sinistralidade rodoviária na cidade e no concelho:

- 1- Proceder à elaboração do Plano Municipal de Segurança Rodoviária;
- 2- Elaboração de auditorias internas e externas, de segurança rodoviária a todos os acidentes rodoviários que se verifiquem na rede viária e arruamentos da cidade e no concelho;
- 3- Inventariar e programar as obras de correção da implementação de todas as passadeiras para peões na cidade e no concelho, que não respeitam as normas de prevenção de redução da sinistralidade rodoviária;
- 4- Implementar a prática de uma manutenção de pinturas programada semestralmente, para assegurar a qualidade da visibilidade permanente de todas as passadeiras de peões, reduzindo os riscos da sinistralidade com atropelamentos de peões na cidade e no concelho.

**Maria João Palma (PS)** – O PSD, em mandatos anteriores, efetivamente apresentou recomendações idênticas, e nós, neste mandato, também já apresentámos uma recomendação, que se não terá sido a *copy past* desta, será aproximadamente e, portanto, obviamente que o Partido Socialista, acompanhará e votará favoravelmente a esta proposta.

**Simão Calixto (CDU)** – A minha primeira questão, tem a ver com um problema de forma, pois, não se percebe muito bem o que é que a Assembleia Municipal, vai deliberar, porque o PSD diz: “Face ao anteriormente exposto o PPD/PSD na necessidade de se melhorar e implementar...”, mas depois, nunca diz quais são as deliberações da Assembleia Municipal, parece um conjunto de opiniões do PSD, por isso precisava dessa correção.

Para além do que já aqui foi dito, do plágio daquilo que foi “coisas” do PS, já aqui vindas, coisas que já se justificaram, como as passadeiras que são pintadas regularmente, etc., e de um conjunto de outras preocupações que nós acompanhamos, nós vamo-nos abster nesta recomendação.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação aprovada por maioria e em minuta, com 20 votos a favor, 9 do PS, 6 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 17 abstenções da CDU.

**3. Recomendação “Para a criação da Plataforma Setúbal Invest” (PS)** (conforme documento registado sob o n.º 29, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Mário Aranha (PS)** – Esta criação da “*Setúbal Invest*”, tem em vista a dinamização do investimento privado, que é fundamental para garantirmos crescimento económico e prosperidade, não só no presente, mas também no futuro.

Hoje em dia, temos uma competição a nível mundial, não só entre países, mas até entre cidades, para a captação de investimento em setores de alto valor acrescentado, como, por exemplo, as empresas de tecnologia de ponta.

Nós consideramos que Setúbal, está a ficar para trás, na captação deste novo investimento de alto valor acrescentado, mesmo em competição com outros concelhos do País, torna-se absolutamente fundamental redefinir a estratégia de captação, manutenção e reprodução do investimento privado, no nosso concelho.

Nesta medida, a criação de uma plataforma, que agregue várias valências necessárias, para uma verdadeira catalisação do crescimento económico, torna-se absolutamente imprescindível.

À imagem de outros exemplos de grande sucesso, já a funcionar no nosso País, como, por exemplo, a “*Invest Braga*” ou a “*Leiria Invest*”, essa plataforma seria materializada, através de uma empresa municipal, uma associação ou uma fundação, onde teria vários propósitos que passo aqui a enumerar:

- Promover o concelho de Setúbal em eventos nacionais e internacionais, como, por exemplo, na *Web Summit*;
- Captar novos investimentos privados relevantes, incluindo o papel de consultor administrativo junto da Câmara Municipal de Setúbal, numa lógica de “*One Stop Shop*”, dos diferentes Órgãos e Institutos da Administração Central;
- Potenciar as parcerias com o Instituto Politécnico de Setúbal, através de uma incubadora de *Startups* inovadoras;
- Dinamizar projetos que conduzam Setúbal numa evolução para uma *Smart City*;
- Promover a criação de comunidades estratégicas para o desenvolvimento do concelho;
- Ser responsável por eventos empresariais temáticos, como feiras e congressos empresariais relevantes;
- Potenciar a criação de parques empresariais, para empresas tecnológicas e não tecnológicas, como as “*scale-ups*” e as “*mid caps*”.

Deste modo, nós queremos recomendar a criação desta Plataforma, à Câmara Municipal, em termos de deliberação, a Assembleia Municipal de Setúbal, reunida no dia 20 de dezembro de 2024, delibera recomendar a criação da Plataforma “*Setúbal Invest*”, como meio de concretização do potencial de Setúbal e Azeitão, que todos lhe reconhecem, mas, ao fim de mais de 2 décadas continua por se afirmar.

Sabemos, que esta, é uma recomendação ambiciosa nos seus objetivos, para resultados que tem de refletir a ambição natural de toda uma região, da qual Setúbal, é a capital.

**Simão Calixto (CDU)** – Os considerandos do PS estão naturalmente desligados da realidade, é que este mandato tem, de facto, índices de investimento público e privado, como nenhum outro, e Setúbal no seu todo, é um concelho dinâmico, com um conjunto de grandes empresas e um tecido empresarial rico, e que se tem vindo a adaptar às realidades e em todas as freguesias, e, aliás, a mais industrializada, nem é Azeitão, nem nenhuma das da cidade, é mesmo a Freguesia do Sado.

Setúbal afirma-se como um todo, com os serviços e os eleitos da câmara, a trabalhar, e a trabalhar bem, para captar novos investimentos para o nosso concelho e, portanto, dispensamos soluções requestradas do PS, e votaremos naturalmente contra esta proposta.

**Mariana Crespo (PAN)** – O documento, apresenta uma proposta, para a criação da plataforma “*Setúbal Invest*”, destinada a promover o investimento privado no concelho de Setúbal e dinamizar o crescimento económico da região.

Muito embora, o documento reconheça a necessidade de competir pela captação de investimento e ter alguns objetivos bem definidos, o caso da promoção de Setúbal em eventos internacionais, ou a criação de parcerias com o Instituto Politécnico, carece, a nosso ver, de falta de detalhes específicos, nomeadamente quanto aos recursos necessários, para a sua implementação, e não especifica como será garantida a colaboração efetiva entre diferentes instituições e entidades, e parece não abordar de forma específica os desafios de Setúbal.

A nosso ver, a recomendação carece de uma base estratégica mais detalhada, para assegurar a sua devida análise e eventual viabilidade, motivo pelo qual, nos iremos abster.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões dois Deputados Municipais, um da CDU e um do PPD/PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação rejeitada por maioria e em minuta, com 16 votos contra da CDU, 14 votos a favor, 10 do PS, 2 do CH, 1 do BE e 1 da IL, e 6 abstenções, 5 do PPD/PSD e 1 do PAN.

**Nuno Carvalho (PSD)** – Senhor Presidente, queria fazer uma declaração de voto.

**Presidente da Mesa** – Esta proposta não é deliberativa e foi uma abstenção...

**Nuno Carvalho (PSD)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“O Partido Social Democrata, absteve-se nesta recomendação, proposta pelo Partido Socialista, em primeiro lugar, porque a mesma tem a sua característica de semelhança, com a proposta que o PSD fez, e que também foi votada favoravelmente pelo Partido Socialista e pela CDU, no Executivo já no mandato anterior, com a criação do Gabinete para o Investidor, que tinha precisamente a preocupação de captação de investimento, até com mais detalhe, porque efetivamente olhava para uma situação, do ponto de vista da captação de investimento do ponto de vista geográfico e setorial, dentro daquilo que pode ou não servir, num plano de desenvolvimento económico ou socioeconómico, para o nosso concelho.*

*Contudo, essa é a razão como é evidente, sem ilusões, como é óbvio, aqui as questões de copy past, porque acho normal que, os Partidos vão trazer isto na agenda e, naturalmente que, o PSD apenas pela redundância em si, é que tem esta votação, não pelo facto da mesma repetir uma ideia do passado, a repetição das ideias às vezes é saudável, metem-se na agenda e, portanto, é só mesmo porque ela tem o seu “quê” de incompleto, face à proposta que nós colocámos anteriormente”.*

**Presidente de Mesa** – Muito obrigado, pela síntese, foi uma intervenção fora do tempo, podia ter sido feita antes da votação e estava tudo certo, assim ganhou tempo!

## **II – MOÇÕES E RESOLUÇÕES**

- 1. Moção “Direitos Humanos em 2024: Nossos Direitos, Nosso Futuro” (BE)** (conforme documento registado sob o n.º 30, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões três Deputados Municipais, dois da CDU e um do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por unanimidade e em minuta.

2. **Moção “O processo SAAL foi muito mais que habitação!” (BE)** (conforme documento registado sob o n.º 31, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Flávio Lança (IL)** – A Iniciativa Liberal, irá abster-se nesta votação, porque apesar de reconhecermos o mérito histórico do SAAL, nomeadamente, na promoção de uma resposta rápida às carências habitacionais, e no envolvimento das Comunidades, e até no simbolismo desta Moção, mas o seu foco excessivo em soluções estatais e desalinhadas com os valores liberais, leva-nos esta abstenção.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões dois Deputados Municipais, um da CDU e um do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com 27 votos a favor, 16 da CDU, 9 do PS, 1 do BE e 1 do PAN, e 9 abstenções, 6 do PPD/PSD, 2 do CH e 1 da IL.

3. **Moção “Congratulação pela aplicação nacional da Isenção do IMT Jovem” (PSD)** (conforme documento registado sob o n.º 32, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Nuno Carvalho (PSD)** – A própria Moção, penso que é bastante sucinta, esta medida, é uma medida que, naturalmente, tendo sido o Município de Setúbal, o precursor da mesma, representa uma oportunidade que é fundamental para os jovens, através da diminuição do custo de habitação, entenda-se, do capital para a aquisição do imóvel, e por conseguinte, essa mesma diminuição do capital, por via da não imposição do IMT. Deste imposto de aquisição, ela facilita o financiamento, facilita o acesso ao mercado, e, portanto, foi uma medida que foi adotada no Município de Setúbal, por proposta do PSD, mas com o apoio de diferentes forças partidárias, e acho que é naturalmente, com bons olhos que o Município de Setúbal e os jovens de Setúbal, vêm o alargamento da mesma, não apenas para todo o país, mas evidentemente, para condições até que são mais favoráveis, como o aumento do valor, e também com a inclusão do imposto de selo.

E, por isso, evidentemente que tendo sido o Município de Setúbal, o precursor, naturalmente, é bom haver um Governo, que também seja precursor, e que aplique esta medida a nível nacional.

**Simão Calixto (CDU)** – Eu creio que, ainda não estamos em condições de apreciar, se, de facto, estas medidas terão um impacto tão alargado, como diz o PSD, e muito menos que esta constitua um instrumento eficaz de combate à crise da Habitação.

A minoria dos jovens que têm dinheiro, para comprar uma casa, tem ainda de arranjar forma de ter a liquidez necessária, para pagar primeiro, e ser ressarcido depois do pagamento deste imposto.

Como sabemos, também só hoje, é que vai ser aprovado o Regulamento, desta medida municipal e, portanto, parece-nos que não estamos em condições de saudar esta iniciativa, nem do Governo, nem da Câmara, e, portanto, votaremos contra.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões dois Deputados Municipais, um do PS e um do PPD/PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a moção rejeitada por maioria e em minuta, com 18 votos contra, 17 da CDU e 1 do BE, 9 votos a favor, 5 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL, e 9 abstenções do PS.

**Paulo Lopes (PS)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“O Partido Socialista absteve-se, pois entende que ainda está por provar o benefício, digamos, desta isenção do IMT, no médio prazo.*

*No curto prazo, é evidente que veio facilitar a vida a alguns jovens que adquiriram, e daí, nós não estarmos contra a proposta, mas o que é um facto, é que fruto do aumento da procura que a medida, enfim, promoveu, fez com que, os preços das casas subissem, dificultando o acesso à habitação aos jovens, que vão agora a seguir e no médio prazo, ou seja, se nós continuarmos a aumentar a procura e não conseguirmos aumentar a oferta, nunca vamos conseguir haixar o preço das habitações, por isso é que o Partido Socialista,*

*entende que, devem ser feitas mais habitações públicas, promover a habitação pública, porque só com mais oferta é que se consegue estimular o abaixamento do preço do acesso à habitação”.*

**Nuno Carvalho (PSD)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“Efetivamente, é mesmo uma declaração voto, até porque, acho que, não há muito que nos separe, sobre efetivamente esta medida, nós compreendemos a posição das diferentes bancadas, porque seria muito melhor, termos aqui métricas, que nos permitissem neste momento, estar a defender a medida, e, portanto, as nossas métricas são baseadas em projeções, não são baseadas de facto, em realidade.*

*Com muita pena nossa, que no concelho de Setúbal, ainda não tenha sido implementada a medida, como é evidente, com muita pena nossa, e com certeza também, de muitos jovens, mas isso é algo que podemos discutir mais para a frente, e não agora, contudo, não poderemos deixar de afirmar algo que é fundamental, em primeiro lugar que, aqui, não estamos a falar de outro tipo de medidas, como garantias públicas, para financiamentos bancários, que nós sabemos que tem um efeito óbvio e evidente, de estímulo de procura de financiamento bancário, e conseqüentemente de aumento da habitação, outra situação bem diferente, é uma isenção fiscal, que leva a que quem preencha determinados requisitos, e essas pessoas, neste caso, jovens que têm menor capacidade aquisitiva, portanto, menor capacidade de entrar no mercado de consumo imobiliário, que estejam com melhores condições para poder consumir esse produto, neste caso que é o imóvel, e, portanto, não é esse estímulo, quem nos dera a nós, que esse estímulo, levasse a que, de repente houvesse milhares de jovens a conseguir comprar casa, e por essa via, existisse um aumento do preço das casas, outras medidas, poderão induzir e provocar a que isso aconteça, como o financiamento público, é algo que se verá, e algo que há números que falam sobre isso, esta em particular, não cremos que assim o seja. Evidentemente que, temos algo para determinar que consideramos que é inegável, é que reduzir o preço do imóvel, por via da não aplicação do imposto, não deve ser apenas uma questão de contexto, deve ser uma questão definitiva e de justiça, porque se a habitação é um bem essencial, como é, de resto, dito e afirmado por todos os Partidos, esta situação no nosso entender, não é uma situação apenas de contexto e não parece que nenhum Partido se oponha a isso, sobre esta questão de ser um bem fundamental, e de ser um bem, que naturalmente, por essa mesma via, deva ter uma isenção do imposto do IMT”.*

**Vanessa Silva (CDU)** – Senhor Presidente, um ponto de ordem à Mesa.

**Presidente da Mesa** – Faça favor, senhora deputada.

**Vanessa Silva (CDU)** – A CDU, gostava de apenas fazer um ponto de ordem, porque é assim, é Natal, mas nós temos regras, e se as regras são para todos, são para todos, e, portanto, as declarações de voto, são declarações de voto, as abstenções, já clarificamos que não têm declarações de voto. Portanto, não faz sentido nenhum, nós entrarmos outra vez, naquele registo em que usamos as declarações de voto, para nos respondermos uns aos outros, que a “gente” não temos tempos no período próprio para o fazer, e, aliás, os Partidos que intervieram, até tinham tempo, podiam tê-lo utilizado.

É só um apelo que fazemos, naturalmente através do senhor Presidente, mas ao conjunto das bancadas, senão vamos entrar no mesmo, daqui a bocado nós vamos apelar, que também é Natal, para nós, porque a CDU também tem direito ao Natal, e vamos continuar nisto.

**Presidente da Mesa** – Tenho de replicar o ponto de ordem, para os senhores deputados. Neste caso, era mesmo uma declaração de voto vencido a que tinha direito, se incluiu a argumentação que podia ter feito antes, enfim, foi uma questão que ao deputado diz respeito, mas, neste caso era uma declaração de voto. Nos outros dois, não era propriamente uma declaração de voto vencido, mas era Natal, e já agora deixem-me justificar a minha benevolência, ou macieza, ou fraqueza, na condução dos trabalhos.

Eu estou a tentar corresponder ao Órgão, que aconselha a Mesa, na direção dos trabalhos, e na última Comissão Permanente, o apelo que veio, dos representantes de cada força política, era que houvesse não um corte imediato nos tempos, mas alguma flexibilidade, estou a tentar fazer isso, mas não escapo, se vou pela esquerda, como da direita, se vou pela direita, como da esquerda.

Portanto, e com isto já perdemos o tempo de várias propostas e de várias discussões.

Vamos todos ganhar mais autocontrolo na utilização do tempo, as declarações de voto, quando elas têm de ser feitas, têm direito a fazê-las, são três minutos, e temos de controlar o relógio.

Muito bem, está recebido o recado, recebo os reparos à esquerda e à direita, e vamos em frente.

**4. Moção “Pelo funcionamento em pleno da Docapesca. Garantir a frescura do Pescado” (CDU)**  
(conforme documento registado sob o n.º 33, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Flávio Lança (IL)** – Senhor Presidente, queria fazer aqui, um ponto de ordem à Mesa, por favor.

**Presidente da Mesa** – Também um ponto de ordem...

**Flávio Lança (IL)** – Também um ponto de ordem...deve ser o meu primeiro, mas aproveito, e é Natal!

**Presidente da Mesa** – Faça favor...

**Flávio Lança (IL)** - Eu só queria um esclarecimento da Mesa, relativamente a esta moção, porque no final acaba por ser uma recomendação, a uma Entidade, que nem sequer é o Executivo, é uma Entidade externa, e queria questionar a Mesa, da legitimidade desta moção.

**Presidente da Mesa** – Tem de ir à noção das figuras que utilizamos, a noção da figura da Moção e da Recomendação.

A Recomendação, normalmente é um documento, é uma postura, é uma posição, ou uma tomada de posição dirigida a um Órgão, que pode ser externo ao Município, ou interno ao Município, normalmente é ao Executivo.

Uma Moção, pode conter apenas uma declaração de posição, ou endossá-la a alguém, e com isso já tem uma parte de recomendação.

Podíamos ter chamado Moção/ Recomendação, ou só Recomendação, é isso que quer dizer?

**Flávio Lança (IL)** – Não! É se podemos fazer recomendações?

Como não somos um Órgão Executivo, se podemos estar a fazer recomendações a Entidades externas, que não o Executivo, ou pedir ao Executivo para recomendar, era esse o meu ponto.

**Presidente da Mesa** – Senhor deputado, têm sido feitas várias vezes, em moções, tomadas de posição, ou em recomendações, intituladas de Recomendação, recomendações ou contestações a Órgãos externos, ao Governo, nomeadamente.

Uma Moção, tem uma declaração política, uma posição sobre uma matéria, uma Recomendação, pede que se execute a um Órgão externo que execute alguma ação, que corresponda à nossa pretensão, várias vezes isso tem sido feito, se tem um pouco de noção de Recomendação, se calhar, é uma questão de forma.

**Miguel Sena (CDU)** – Esta Moção, tem o objetivo de dar a conhecer a situação que se passa na Docapesca, atualmente, com a mudança do horário dos trabalhadores da Docapesca, das 22:30H até às 05:00H, que deixaram de estar presentes, e passou a estar presente um vigilante.

Nesse horário é o vigilante que recebe o pescado, o pescador, desembarca o pescado, acondiciona o pescado, gela o pescado, mete em cima da balança e pesa, o vigilante apenas se limita a apontar o que o pescador lhe diz, ou seja, o pescador, é obrigado a fazer o trabalho dos trabalhadores da Docapesca, ou seja, é um acréscimo para o seu horário de trabalho.

A juntar a isto, há a questão do preço do gelo, começou a ser cobrada uma taxa, por caixa, inicialmente 4 Kg de gelo por caixa, após haver os protestos dos pescadores, reduziram para 2 Kg, o que é exorbitante também, 2 kg por caixa de gelo, que é colocada dentro da Docapesca, a crescer a isso, o pescado que é colocado durante este horário, tem que obrigatoriamente pagar o frigorífico, o peixe não pode ficar na rua, e o frigorífico também tem de ser pago pelo pescador.

O que é que depois acontece, de manhã, quando chegam os trabalhadores da Docapesca, às 08:00H quando pegam ao serviço, retiram esse peixe todo do frigorífico, ou seja, o peixe fica ao ar, e depois vão introduzi-lo no computador, e posteriormente, é colocado no frigorífico novamente, ou seja, no Inverno não influencia muito, mas no Verão, o peixe acaba por perder o gelo, acaba por perder a frescura, porque esse peixe só vai ser vendido às 19:00H, ou seja, é quase 24 horas, se o peixe chegar por volta das 22:00 horas, só é vendido às 19:00h, do outro dia, é uma situação, em que a Docapesca já foi alertada, e que não arreda pé das decisões que tomaram.

É essa parte que nós trazemos aqui, a juntar a isto, a máquina de gelo é inexistente há anos, temos a promessa que vai ser reparada, mas estamos à espera, o gelo é comprado nos fornecedores adjacentes à Docapesca, que produzem gelo, a água salgada é inexistente, se se quiser lavar um peixe dentro da Docapesca, não há água salgada, a água salgada tem de ser retirada do fundo da Doca, ou seja, com as contaminações que a água da Doca tem.

É esta a situação que eu queria trazer aqui!

**Presidente da Mesa** – É uma Moção, que em vez de lhe dar a forma de protesto, que é patente, na intervenção que é feita a justificar esta Moção, há aqui um protesto, de uma condição que devemos ajudar a que se altere, penso eu que esta é óbvia, não tem grandes discussões, e depois é formalmente, a chamada de recomendação à Secretaria de Estado, ou um aconselhamento, dirige-se a um Órgão que tem tutela nesta matéria, e, portanto, discutir se é uma Moção ou se é uma Recomendação, materialmente não tem importância, formalmente podia ser aperfeiçoada, mas julgo que podemos tratá-la como está.

**Miguel Sena (CDU)** – Em vez de dizermos recomendar, podíamos eventualmente dizer, exigir!

**Presidente da Mesa** – É isso mesmo, as palavras podiam ser outras, a questão formal, todos entendemos o que se passa e ao que é que estamos a chamar a atenção.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com 30 votos a favor, 17 da CDU, 9 do PS, 2 do CH, 1 do BE e 1 da IL, e 7 abstenções, 6 do PPD/PSD e 1 do PAN.

**5. Moção “Contra a Guerra e o Fascismo – Pela Paz” (CDU)** (conforme documento registado sob o n.º 34, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Flávio Lança (IL)** – A Iniciativa Liberal, vota contra esta Moção, por considerar que ela apresenta uma visão parcial e ideológica dos conflitos internacionais, ignorando factos essenciais, e propondo soluções irrealistas. Em primeiro lugar, rejeitamos a condenação da NATO, e o apelo à sua dissolução. A NATO, é um pilar fundamental, para a segurança coletiva e a defesa dos valores democráticos, especialmente num contexto de ameaças crescentes, à soberania e à liberdade dos povos, como é o caso da invasão russa à Ucrânia.

A dissolução da NATO, enfraqueceria Portugal e os seus aliados, colocando-os à mercê de regimes autoritários.

Em segundo lugar, esta Moção, falha em reconhecer as responsabilidades de regimes, que desrespeitam o direito internacional e violam os direitos humanos, como é o caso da Rússia.

A promoção da Paz, exige imparcialidade e realismo, não a culpabilização unilateral das democracias ocidentais.

Defendemos o diálogo e uma solução justa, para todos os povos afetados por conflitos, incluindo palestinianos e israelitas, mas repudiamos posições desequilibradas e simplistas que apenas contribuem para a polarização.

**Luís Maurício (CH)** – A começar pelo título, é logo brilhante, mas mesmo assim, o Partido Chega, reafirma o seu desejo de Paz mundial e a sua convicção que todos os conflitos devem ser resolvidos de forma pacífica, contudo, ao analisar a Moção, em questão, torna-se evidente que a origem do Partido que manifesta apoio a Nicolas Maduro e a Putin, compromete seriamente a sua credibilidade e relevância, além disso, a proposta de dissolução da NATO, apresentada nas conclusões desta Moção, reflete uma visão política desalinhada na realidade contemporânea, especialmente no contexto de crescentes desafios globais, que vivemos em tempos de grande instabilidade e insegurança internacional, nos quais, uma NATO, robusta e eficaz é essencial, para garantir a segurança e estabilidade das Nações democráticas.

O Partido Chega, vai votar completamente, não, a esta Moção.

**Paulo Lopes (PS)** – O Partido Socialista, não se revê nesta Moção, porque no essencial, coloca a guerra e o fascismo, como o principal protagonista, os povos europeus, os Estados Unidos e a NATO, quando nós entendemos, que é o mundo ocidental, como nós o conhecemos, que tem levado a Paz, durante anos e anos aqui no nosso Continente e noutros sítios, através exatamente da NATO.

O que seria do nosso Continente, sem a proteção da NATO, bom, muito possivelmente, seria aquilo que é hoje a Ucrânia, sem essa proteção, invadida pelos verdadeiros imperialistas, que falam aqui na vossa Moção, mas que estão com o azimute virado para o Ocidente e não para o Oriente.

O Partido Socialista, não se revê em nada, nesta matéria, a não ser, naquilo que penso que todos nós nesta sala, se solidarizam com o povo palestiniano e da sua brutal agressão, com aquilo que está a acontecer na Síria e com aquilo que está a acontecer em vários pontos do mundo, pela fome, pela guerra e por tudo aquilo, que é a ausência de uma efetiva comunidade internacional, que existe na Europa, que é a NATO, e que os senhores, são contra.

**Simão Calixto (CDU)** - Todos os meus camaradas, estão aqui a dizer, e bem! Que o próprio Mário Soares, era contra a NATO!

**Paulo Lopes (PS)** – Contra a NATO?!

**Simão Calixto (CDU)** – Sim, sim! Numa entrevista em 2003, o próprio Mário Soares, reconheceu que a NATO, se tornou numa ferramenta dos Estados Unidos da América, para promover a guerra, para atacar os pobres, e até lhe digo mais, porque aquilo que aconteceu na Jugoslávia, os bombardeamentos da NATO, em Belgrado, com o uso de munições com urânio empobrecido, foi uma agressão da NATO, na Europa, a um País soberano, está a ver senhor deputado, como a NATO, é um instrumento da guerra, e que não promove a defesa da Europa, antes, pelo contrário, promove a guerra, e promove a violência, e promove a morte, que é disso que nós também falamos hoje.

Porque, só na Palestina, já morreram mais de 45 mil pessoas, desde 7 de outubro do ano passado, e nestas, 17 mil são crianças, e isto apoiado pelos Estados Unidos da América e pela NATO, uma agressão genocida, por parte do Estado de Israel, sim senhores deputados, é disto que também aqui falamos, quando falamos desta Moção...

**Luís Maurício (CH)** – E pela Rússia...

**Simão Calixto (CDU)** – Uma das deliberações que aqui está, é a solidariedade com os povos sírio, libanês, iemenita, ucraniano e iraquiano, e com todos as outras vítimas de agressões externas e da guerra, e, em particular com povo heroico palestino.

(comentários inaudíveis na sala)

**Presidente da Mesa** – Dá-me licença que interrompa, senhores Deputados, podemos ter os óculos que temos, na visão, na perspetiva, sobre as questões da guerra e da Paz, só que o assunto é demasiado sério, para ser discutido como se estivéssemos numa mesa do café ou numa Taberna, com esta emoção toda.

Acho que devíamos saber discutir como se a guerra e a paz, fossem coisas nossas, que nos tocam, não nos tocaram por sorte, mas não foi proteção de, enfim.

A responsabilidade é de parte a parte, e a perspetiva que uns têm sobre quem faz a guerra, normalmente muitas vezes é a inversa, da que os outros tem, de quem a provoca, e nós temos posições diversas, sim, mas temos que as respeitar, para conseguir debater, porque senão nós nunca levamos a sério, as questões da paz e da guerra.

Podemos fazer esse debate e devemos, mas sobretudo, não tentem calar os outros, que têm uma perspetiva diferente da vossa, e temos que fazer isto de parte a parte, respeitar a ideia contrária, porque a gente, vê, sabe aquilo que vê, e o que nos dizem, quando pesquisamos melhor, ou quando temos outra perspetiva, a realidade mostra-se diferente, e isso tem que se admitir, mas não vamos tentar calar a boca uns aos outros.

O assunto é importante, não é um assunto de “Lana caprina”, não é um assunto corriqueiro, e estamos debaixo de ameaças muito sérias, e estas coisas só se percebem depois de acontecerem.

Quem é que teve a culpa?

E quem é que sofreu as piores consequências?

Portanto, não é um assunto para brincar, não é um assunto para fazer chacota, devemos levar isto a sério.

Senhor deputado, agradeço-lhe que termine a sua intervenção, e que, quem quiser intervir, pedem para intervir, e faz, e diz, a opinião que tiver, e temos que ouvir todos.

**Simão Calixto (CDU)** – Como estava a dizer, estamos num tempo em que ouvimos intervenções, como do novo Secretário-Geral da NATO, e passo a citar: “..é tempo de mentalidade de guerra.”, outra citação, “..precisamos de uma fração da despesa, que é feita no estado social, saúde, pensões e Segurança Social, sem a qual a Defesa não sobrevive.”, nova citação, “..os 2% para a Defesa não são suficientes”, isto são as citações destes senhores, que querem promover a guerra, que nos querem levar a nós trabalhadores, para o abismo, no perigo que existe hoje, na escalada da guerra, seja na Ucrânia, seja na Síria, com provocações à Rússia, ao Irão ou a outros países, com o perigo que isso significa, com o desenvolvimento numa era nuclear, em que vivemos.

A Paz, não se constrói com mais guerra, nem com mais armas, nem com mais violência, constrói-se no cumprimento da Carta das Nações Unidas, no respeito pela Ata final da Conferência de Helsínquia, e constrói-se acima de tudo connosco, com Portugal e o nosso Estado, a cumprir a sua Constituição e o seu artigo sétimo, a pugnar pela solução pacífica dos conflitos, pela dissolução da NATO, sim, porque isso vem na Constituição, e pelo estabelecimento de um sistema de segurança coletiva e pelo desarmamento geral e simultâneo e contra a corrida aos armamentos.

É isso que está na nossa Constituição, e é isso que nós temos que procurar fazer cumprir aqui, em Portugal.

**Mariana Crespo (PAN)** – Naturalmente, este é um tema digno de nota nesta Assembleia, considerando a empatia que nos merecem os povos vítimas de guerra.

Contudo, o conteúdo do texto, é a nosso ver, um discorrer de ideologia, do Partido que a propõe, com a qual não podemos concordar.

Desde o ataque à NATO, como a tentativa de culpar a União Europeia e os Estados Unidos, pela guerra, o que a nosso ver, não passa de uma simplificação estrondosa da realidade.

Por estes motivos, não podemos em consciência acompanhar esta Moção, por causa dos seus considerandos, e pelo ponto 4, da parte deliberativa.

**Presidente da Mesa** – Muito obrigada, vamos livremente expressar os nossos votos e com respeito de parte a parte.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a moção rejeitada por maioria e em minuta, com 19 votos contra, 9 do PS, 6 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL, e 18 votos a favor, 17 da CDU e 1 do BE.

### **III – SAUDAÇÕES, VOTOS DE LOUVOR E DE PESAR**

#### **1. Saudação “Melhoria da frequência dos comboios da Fertagus” (PSD) (conforme documento registado sob o n.º 35, arquivado em pasta anexa à presente ata)**

**Francisco Cabral (PSD)** – Primeiro queria fazer uma interpelação à Mesa, senhor Presidente. No 1.º parágrafo, onde está neste momento escrito, “*o Grupo Municipal do PSD Setúbal expressa...*”, queremos corrigir para “*Esta Assembleia Municipal expressa...*”.

**Presidente da Mesa** – Está correto como está inicialmente... apresenta e vai recolher o apoio dos demais Grupos Municipais, ou não...

Mas pode-se proceder à alteração... em vez de Grupo Municipal, para a Assembleia Municipal expressa...

**Francisco Cabral (PSD)** – Obrigado, Sr. Presidente. Então, esta Assembleia, expressa o seu reconhecimento ao Governo liderado pelo PSD, pela recente melhoria da frequência dos comboios da Fertagus entre Setúbal e Lisboa. Desde o passado domingo, dia 15, a circulação ferroviária nessa ligação passou a realizar-se com intervalos de 20 minutos, substituindo o anterior regime de comboio por hora, e de 30 minutos, nas horas de ponta.

Essa alteração, representa um progresso significativo para os utentes, com mais alguns lugares disponíveis e uma redução do tempo de espera e de estadia.

A melhoria na oferta de transportes públicos, reforça o compromisso com a qualidade de vida das populações, promovendo a utilização de meios de transporte, mais sustentáveis, e contribuindo, para a atração e fidelização dos passageiros.

**Flávio Lança (IL)** – A minha intervenção é muito rápida, nós vamos acompanhar aqui, esta saudação do PSD, com todo o gosto, mas gostaríamos também de puder saudar o nível de serviço, porque aquilo que também se tem constatado, por quem anda nos comboios, é que, na realidade, a falta de capacidade das linhas, começa a provocar atrasos nos comboios, portanto, saudamos com todo o gosto a frequência.

Gostaríamos de saudar rapidamente, também, que os comboios tivessem a capacidade de passar sem atrasos.

**Simão Calixto (CDU)** – Eu creio que, esta Saudação, traz só uma parte, e uma pequena parte, daquilo que foram, os envolvidos nesta importante medida, claro que todos valorizamos e que ainda assim é insuficiente, porque os comboios precisam de ir até às Praias do Sado, precisam de ir até Lisboa Oriente, precisamos da reposição da Linha Regional para o Alentejo e para o Sul do Distrito, e também são coisas que o Governo, não parece querer e não dá provas, de querer fazer avançar esses investimentos estruturantes, parece nos

que não é fácil saudar o Governo, como aqui vem, por esta medida que tomou, mas também tomou, graças à pressão, que foi sendo feito ao longo destes últimos anos, pela Câmara de Setúbal e pelas populações residentes neste concelho.

E, portanto, não estamos em condições de acompanhar esta Saudação.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a saudação aprovada por maioria e em minuta, com 19 votos a favor, 9 do PS, 6 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL, 1 abstenção do BE e 17 votos contra da CDU.

**2. Saudação “Reabilitação do Museu de Setúbal – Convento de Jesus” (CDU)** (conforme documento registado sob o n.º 36, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Flávio Lança (IL)** – Nós, reconhecemos o mérito da reabilitação do Convento de Jesus, um património valioso que merece ser preservado e colocado ao serviço da comunidade, no entanto, não podemos ignorar a incoerência deste Executivo, que escolhe substituir-se ao Estado nesta intervenção, enquanto deixa escolas degradadas, com o argumento de que é responsabilidade do Estado.

Falha na habitação prometida, e recorre a empréstimos, para despesa corrente.

Uma gestão responsável exige prioridades claras e coerência, na utilização dos recursos públicos.

Por isso, abtemo-nos, reconhecendo o valor da obra, mas criticando a falta de estratégia e rigor financeiro deste Executivo.

**Manuel Fernandes (PS)** - O Partido Socialista, saúda também a decisão política da reconstrução desta obra, e queria associar mais três saudações, que não constam aqui.

Queria saudar o Fundo de Salvaguarda do Património Cultural, na ordem de 1 milhão e 100 mil euros que contribuiu, para a recuperação do Forte de São Filipe, queria saudar o Programa Regional Operacional de Lisboa, que financiou 90% desta obra e queria saudar os mecenas, que contribuíram para a recuperação do Forte de Albarquel.

Obrigado, assim é fácil tomar decisões políticas!

Não havendo mais intervenções, foi a saudação aprovada por maioria e em minuta, com 37 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 6 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do BE e 1 do PAN e 1 abstenção da IL.

**3. Saudação “Pelo centenário de Mário Soares” (PS)** (conforme documento registado sob o n.º 37, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Simão Calixto (CDU)** – Recordamos em Mário Soares, o participante de décadas de luta antifascista, no apoio às candidaturas de Norton de Matos e de Humberto Delgado, no MUD e no MUD Juvenil, e na luta comum pelo derrubamento do fascismo, que travou com os comunistas.

Mas este reconhecimento, não apaga o que nunca silenciámos na crítica, e também no combate ao papel negativo que Mário Soares, desempenhou para travar a revolução e viabilizar o processo contrarrevolucionário, na sua opção de procurar o apoio, para a sua ação nas forças de direita, e mesmo em quem, a partir do estrangeiro, conspirou contra Abril e a jovem Democracia.

Após a cessação de funções, como Presidente da República, Mário Soares, manteve uma intervenção política de que nunca abdicou, com elementos diferenciados, que, no entanto, não eliminam, as opções cujas consequências negativas, são as visíveis na realidade do País, e com isto digo que, a CDU, se vai abster nesta Saudação.

**Luís Maurício (CH)** – Mário Soares foi uma figura central na política portuguesa, com um papel determinante em momentos cruciais da democracia. Destacou-se no 25 de novembro de 1975, preservando a liberdade e como impulsionador da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1985, enquanto Primeiro-Ministro.

Contudo a sua trajetória não é isenta de controvérsias, críticas apontam, para o seu alegado papel de favorecimento de um sistema de clientelismo e corrupção associado ao Partido Socialista, e na desproteção dos portugueses após a descolonização de África.

A frase controversa, sobre os portugueses e África, “atirados aos tubarões”, reflete as difíceis decisões na época.

Assim, a análise de uma figura, exige um equilíbrio, entre os seus eleitos, e faz reconhecimento que a história é composta por figuras humanas, em virtudes e defeitos.

O Partido Chega, vai votar contra, esta Saudação.

**Óscar Santos (PS)** – Quero só dizer que fico muito feliz, pelo Chega, votar contra esta Moção.

Mário Soares, foi um grande defensor da liberdade e da democracia, e esteve do lado certo da história, portanto, fico mesmo muito feliz, que o Chega, tenha votado, hoje, contra.

Não havendo mais intervenções, foi a saudação aprovada por maioria e em minuta, com 19 votos a favor, 10 do PS, 6 do PPD/PSD, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, 17 abstenções da CDU e 2 votos contra do CH.

**4. Voto de Pesar “Pelo falecimento de Camilo Mortágua” (BE)** (conforme documento registado sob o n.º 38, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Vitor Rosa (BE)** – Senhor Presidente, aproveitava o momento, se assim o for possível, de trazer aqui também à Assembleia, lembrar a figura de Carlos Almada Contreiras, antigo oficial da Marinha, que participou no 25 de Abril, e que indicou a canção, “Grândola, Vila Morena”, como senha da operação militar, que morreu na passada quarta-feira.

Apresentou o voto de pesar: “*Foi conselheiro de Estado, conselheiro de Revolução, e Diretor do Serviço de Coordenação de Informações, em 1975.*”

*Participou ativamente no 25 de Abril de 1974, e na redação do Programa do Movimento das Forças Armadas, sendo considerado o mais importante membro do MFA, dentro da Marinha.*

*Foi Carlos de Almada Contreiras, que indicou a canção “Grândola, Vila Morena”, como senha da operação militar, que resultou na revolução.*

*Contreiras, que nasceu em Aljustrel, Beja, em 1941, e fez os seus estudos secundários, no Liceu de Setúbal, tem entre várias condecorações, a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade, de acordo com uma nota biográfica, na página da Internet, da Comissão Comemorativa dos 50 anos, do 25 de Abril”.*

Trazia dentro deste âmbito, dos Votos de Pesar, a lembrança deste homem de Abril.

**Presidente da Mesa** – Está a propor que se faça conjuntamente, o Voto de Pesar, por estas duas figuras.

Há alguma objeção a esta inclusão?

Está a ser proposto que se adote a inclusão deste voto de pesar, pelo Comandante Almada Contreiras, há alguma objeção?

Se houver alguma objeção, a Assembleia, decide.

**Flávio Lança (IL)** – Senhor Presidente, eu tenho uma objeção, porque acho que são duas personalidades distintas, não faz sentido ter as duas juntas e votarmos as duas juntas.

**Presidente da Mesa** – Completamente! Podem ser separadas, não é isso que eu estou a dizer.



**Flávio Lança (IL)** – Incluir, não tenho problema nenhum, votar em conjunto, é que não.

*Foi aceite a inclusão do voto de pesar, pelo Comandante Almada Contreiras, apresentado pelo BE.*

**Presidente da Mesa** – Há intervenções sobre o Voto de Pesar, pelo falecimento de Camilo Mortágua?

**Luís Maurício (CH)** – Tudo parece justificável, se for feito pelo lado certo da História. Afinal, a Liberdade é a causa que santifica qualquer combatente e legítima qualquer ação revolucionária.

Depois do PREC, assistimos agora em Portugal ao “PBEC – *Processo de Beatificação em Curso*”.

Vamos a factos, no dia 22 de janeiro de 1961, o paquete “Santa Maria”, da Companhia Colonial de Navegação, foi tomado de assalto pelo Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação (DRIL).

O grupo, liderado por Henrique Galvão, resultou de uma fusão entre exilados portugueses e espanhóis, dirigidos por Jorge de Sotomaior, ex-combatente comunista.

O DRIL, estava classificado pela CIA, como organização terrorista, devido a vários atentados em Espanha.

O assalto em águas venezuelanas, pretendiam levar o navio até Luanda, para desencadear uma revolta contra Lisboa. Depois de abaterem a tiro, o oficial Nascimento Costa, e de colocarem em risco quase um milhar de pessoas, acabaram por aportar em Recife, no Brasil, no dia 2 de fevereiro, mas, como dissemos, foi uma ação revolucionária, e por isso, goza de uma santificação imediata.

Camilo Mortágua, participou no assalto do “Santa Maria”, foi um início de uma carreira de assaltos, questionados por serem talvez mais rentáveis do que revolucionários.

O CHEGA, respeita o luto da família, e não usa a morte de Camilo Mortágua, como arma política, mas não votará a favor, do branqueamento da História.

**Flávio Lança (IL)** – A proposta de voto de pesar que nos é apresentada, remete-nos para um período complexo e doloroso da nossa história, marcado pela ausência de liberdade e pela resistência ao regime autoritário do Estado Novo.

No entanto, é importante afirmar com clareza, que os meios escolhidos para esta resistência, nem sempre respeitaram os princípios fundamentais que hoje defendemos como democratas.

A luta pela liberdade deve ser conduzida através de métodos pacíficos e comparáveis com o Estado de direito e as instituições democráticas.

A Iniciativa Liberal, não ignora o contexto histórico, nem o valor da resistência à ditadura, mas acredita que os métodos utilizados, devem ser avaliados à luz dos valores e critérios que hoje consideramos essenciais, a liberdade, a responsabilidade e o respeito pelas normas democráticas.

Por este motivo, e sem desvalorizar a dimensão pessoal desta perda, votamos contra, esta proposta de voto de pesar, consideramos que homenagens públicas, devem refletir os valores que sustentam a nossa democracia liberal, pautando-se por critérios que honrem o respeito pela liberdade e pelas regras do Estado de direito.

**Presidente da Mesa** – Temos a democracia liberal, porque alguns atuaram, alguns se sacrificaram, é por isso que temos a democracia liberal.

Não há mais intervenções, agora, estamos só a decidir sobre este voto de pesar de Camilo Mortágua.

Não havendo intervenções, foi o voto de pesar aprovado por maioria e em minuta, com 28 votos a favor, 17 da CDU, 9 do PS, 1 do BE e 1 do PAN, 1 abstenção do PS e 9 votos contra, 6 do PPD/PSD, 2 do CH e 1 da IL.

**5. Voto de Pesar “Pelo Falecimento do Comandante Almada Contreiras” (BE) (apresentado oralmente pelo deputado municipal, Vítor Rosa e transcrito na presente ata)**

**Presidente da Mesa** – Vamos passar ao voto de pesar, pelo falecimento do Comandante Almada Contreiras, que foi proposto pelo Bloco de Esquerda, que se associasse também, um voto de pesar pelo falecimento do Comandante Almada Contreiras. A expressão é simples, é essa e, portanto, eu coloquei a questão à Assembleia, se admitia a inclusão neste período de antes da ordem do dia, e não houve objeções. Há declarações, e há posições, nas intervenções que entenderem fazer, podem fazer, e dizer, se estão contra ou a favor, mas é simples, é um voto de pesar, pelo falecimento, de uma figura, que nós sabemos, o que representou no percurso pós 25 de Abril.

**Rui Lamim (PSD)** – Senhor Presidente, caros membros, desta Assembleia, é necessário que nós saibamos, e eu não me sinto de todo confortável, em votar este tipo de moções, de objetos, de temas, quando não há uma apreciação prévia, uma demonstração prévia, e por mais votos de pesar. Uma pessoa faleceu, obviamente, que é lamentável o seu desaparecimento, mas não estamos a falar acerca da morte, estamos a falar acerca do contributo em vida dessa mesma pessoa. Eu confesso a minha completa ignorância, acerca do contributo em vida dessa mesma pessoa, pelo que, ou ele é apresentado, ou nos dão um tempo, para averiguar tal “coisa”, ou então estamos aqui a votar no ar, e eu, no ar, não voto.

**Simão Calixto (CDU)** – Quero só dizer que, a CDU, subscreve este voto de pesar, obviamente, ao Comandante Almada Contreiras, e a intervenção do Vítor Rosa, foi clara também, naquilo que este homem representou na luta pela liberdade e democracia, e, portanto, não temos nenhuma objeção, e antes, pelo contrário, associamo-nos a ela.

**Paulo Lopes (PS)** – É só para dizer que, efetivamente, a votação de aceitação foi aprovada, e, portanto, não há razão para estas dúvidas, que deviam ter sido levantadas no momento da aceitação da proposta. O Partido Socialista, associa-se ao voto de pesar, mas também, se assim for o entendimento da Assembleia, quiser dar algum tempo, e votarmos este voto de pesar, mais no fim da Assembleia, para que os deputados do PSD, se possam informar, também nada a opor.

**Presidente da Mesa** – Ninguém está a obrigar a votar a favor. Estamos a falar de uma figura histórica, ninguém vai em segundos ou minutos, fazer uma pesquisa histórica de quem foi uma figura da Revolução de Abril, ou se sabe quem é a figura, ou não se sabe, ou se concorda, ou se discorda. Ninguém está a obrigar ninguém, a votar a favor, nem a abster-se, nem a votar contra. Portanto, cada um tem a sua posição, e é o que disse há pouco, temos é que saber respeitar as posições uns dos outros.

**Luís Maurício (CH)** – Senhor Presidente, nós também concordamos, com o que o PSD e o Rui Lamim, disse há pouco, acho que devia ser previamente, atribuído a cada membro da Assembleia, porque não podemos fazer um voto em branco de quem foi a pessoa, porque nem todos temos um conhecimento sobre a pessoa. Podemos saber o que fez no 25 de Abril, mas no pós 25 de Abril, podemos não saber o que fez em vida, pode ter feito coisas muito boas no 25 de Abril, mas depois do 25 de Abril, fazer coisas menos boas, e assim vamos estar a fazer um voto em branco.

**Presidente da Mesa** – Mas essa posição já foi derrotada aqui na Assembleia, já decidimos se aceitávamos, ou não! É um voto do mais simples que há, lamentamos a morte desta figura histórica, que é uma figura histórica que se trata, e temos uma posição favorável, ou contrária, ou nos abstemos, mas essa fase já passou, agora, são as últimas considerações para passar a votos.



**Vanessa Silva (CDU)** – Era só para corroborar, com o que o senhor Presidente, acabou de dizer! Essa fase já foi, vamos agora proceder à votação do voto de pesar, que aliás, foi lido pelo Bloco de Esquerda, e que, será certamente entregue à Mesa e que constará da ata, portanto, passamos à votação.

Nem todos conhecemos todos, já vimos isso, temos visões da história bastante diferentes.

**Presidente da Mesa** – Temos de ser pacientes, sabemos que o embrulho das formas é sempre uma maneira de afastar o conteúdo, e nós, complicamos a forma, para afastar o conteúdo, mas não resulta sempre, é evidente.

Vamos votar, este voto de pesar pelo falecimento de Almada Contreiras.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do PS.

Não havendo intervenções, foi o voto de pesar aprovado por maioria e em minuta, com 28 votos a favor, 17 da CDU, 9 do PS, 1 do BE e 1 do PAN e 9 abstenções, 6 do PPD/PSD, 2 do CH e 1 da IL.

Fez-se um minuto de silêncio em honra dos falecidos.

## **C – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

1. **Informação escrita do Presidente da Câmara acerca do Relatório de Atividades de setembro, outubro e novembro – 2024** (conforme documento registado sob o n.º 39, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Paula Soeiro (PSD)** – Uma questão para o Sr. Presidente do Executivo, na página 18 do relatório vem mencionado que foi elaborada uma candidatura ao PORLisboa 2030, denominada “VagaLume – Mundos dentro e fora de nós”, com vista à promoção do sucesso educativo. Tendo oportunidade para consultar a página do PIPSE não encontramos o resultado da candidatura, mas ela teve de ser apresentada até 31 de agosto, e teremos todo o interesse em saber, porque os objetivos gerais conhecemos. Se o Sr. Presidente puder então esclarecer, agradeceríamos.

**Mário Aranha (PS)** – Relativamente a este relatório, o que nos apraz dizer é que a Câmara tem um ponto que continua imbatível, que é a cobrança de impostos. Realmente destaca-se em ser supereficiente.

Os impostos diretos, nestes últimos três meses, subiram 13% no acumulado do ano, portanto, foram mais 4,9 milhões de euros cobrados em impostos diretos, que fez com que o total das receitas correntes em final de novembro já batesse nos 82,5 milhões de euros, ou seja, mais 8 milhões de euros relativamente ao ano passado, o que dá uma subida de 11%. Não é por falta de receita que não há obra e que a nossa cidade não avança.

Sou de referir que, em termos de despesas correntes, também houve uma subida, continua a ser uma estrutura ineficiente, perfazendo uma quantia de 80 milhões de euros, ou seja, a Câmara gasta por mês para despesas de funcionamento, 7,27 milhões de euros. Vou repetir, a Câmara gasta por mês 7,27 milhões de euros em despesas de funcionamento.

Daquilo que nós vemos no relatório, alguns pequenos projetos, por exemplo, para poupar energia no combate às alterações climáticas, que não passam de projetos piloto, nunca mais temos projetos realmente com impacto nestas temáticas.

Os projetos de modernização administrativa, digitalização e desburocratização também marcam passo. É referido um projeto de extrema importância que é o da modernização e digitalização do urbanismo, mas continua sem prazo, portanto, é um daqueles projetos que três em três meses é aqui apresentado e continua sempre na mesma. A referência a alguns investimentos, que são sempre os mesmos, e está aqui uma reciclagem desde o início do mandato, que vai passando para três meses, mais três meses e mais três meses, mas nunca mais estão feitos, nunca mais têm data, inclusivamente tivemos agora aqui uma notícia bastante difícil, que foi o abandono do pavilhão de Azeitão. Na Estrada Nacional 10, a remodelação continua a ser uma obra de Santa Engrácia, continua sem prazo para terminar e em termos de investimento privado relevante só foram mais três meses completamente perdidos. Não há qualquer menção, como é óbvio, de como não há investimento privado. Obviamente que, também, no relatório de atividade camarária não pode vir qualquer tipo de referência.

Também é de referir que, em termos de volume, aquilo que sobressai é em termos de investimento camarário, é a remodelação de habitações sociais, porque não há construção nova, nem de habitação social, nem de habitação a custos controlados, nem em renda acessível, portanto, o que se infere é que, neste momento, aquilo pelo qual este mandato vai ser recordado é por ser remodelador de habitações sociais e pouco mais. Esta é a nossa análise, então, ao relatório dos últimos três meses de atividade.

**Simão Calixto (CDU)** – Apreciando esta informação escrita do Presidente, são três meses de atividade municipal intensa, seja nas áreas da Cultura e do Desporto, seja também no desenvolvimento do nosso concelho com obras estruturantes a iniciarem-se e outras a concluírem-se e outras ainda em projeto e em fases diferentes daquilo que é uma obra pública.

Está aqui o senhor vereador a dizer-me que são mais de 100 obras a realizarem-se.

Quero destacar, naturalmente, e já foi aqui saudado hoje a inauguração do Convento de Jesus, os 10 milhões de investimento que representaram nestes últimos 10 anos nas 3 fases de obra, que permitiram não só a requalificação de todo o espaço do Convento, da Igreja, do largo exterior e ainda do Museu de Setúbal, que foi agora inaugurado e que estava encerrado desde 92 e que devolveu dignidade a um conjunto de exposições que lá estão agora e que merecem a visita de todos nós e de todos os setubalenses e outros que lá possam ir apreciar esta grande obra que os vários executivos CDU executaram ao longo do tempo.

Quero destacar, também, as obras que se iniciaram nestes últimos meses, nomeadamente o Centro Escolar Barbosa do Bocage, que vai permitir a construção de uma escola com mais salas de 1º ciclo e pré-escolar, o Centro de Saúde da Bela Vista com recurso a fundos do PRR, que também já está em construção, a reabilitação dos edifícios do Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia em Poçoilos, ou ainda a Estrada dos Ciprestes.

Não posso, também, deixar de destacar que vem neste relatório as obras adjudicadas para o novo Auditório Cultural de Azeitão, o novo Pavilhão Desportivo das Manteigadas e o novo Mercado Brejos de Azeitão. Entre outros, foi, também, possível entregar mais fogos reabilitados nas Manteigadas.

Já agora aproveito para responder ao senhor deputado Mário Aranha, se ficássemos conhecidos no mandato como o reabilitador de habitação social, de facto, não era pouco, porque muitas daquelas habitações já não levavam obras há mais de 20 anos e que são várias dezenas de milhares de cidadãos que estão ali e que, também, têm direito a habitações dignas e investimento nas suas casas.

Foi finalmente possível criar condições para realizar as primeiras escrituras no Bairro Grito do Povo, pondo fim também a encerras que ali havia já a uma data de anos com dívidas do IHRU e tudo o mais, também fruto da intervenção deste executivo e que já estão marcadas para janeiro novas escrituras daqueles terrenos que vai permitir que aquelas pessoas sejam, de facto, donas das suas casas.

Tudo isto significa cerca de 30 milhões de euros de investimento municipal que qualificam a nossa terra em prol dos que cá vivem, dos setubalenses e dos que escolheram vir para cá viver e que, de facto, promove a melhoria da qualidade de vida. Fica assim provado, mais uma vez, que a CDU tem projeto e que a CDU é futuro em Setúbal.

**Eunice Pratas (PS)** – Neste último relatório trimestral escrito do Presidente da Câmara, fica aqui sublinhado certas palavras, que são: a remodelação, a requalificação, a reinauguração e estas palavras são a reciclagem de programas eleitorais antigos ou até de certas atividades que já estavam esplanadas no relatório de atividades e que são sintoma de algo que tem acontecido nos últimos anos, que é a falta de visão e de ambição da CDU para o nosso concelho e os números falam por si.

Por exemplo, as freguesias periféricas têm sentido o constante desinvestimento deste executivo, fala-se desde o início deste ano em todos os relatórios trimestrais de um suposto início da construção do Parque Verde da Quinta da Amizade, hoje ficámos a saber, no período antes da ordem do dia, da paragem da construção do Pavilhão de Azeitão.

A verdade, como o meu colega de bancada disse, é que continuamos com uma cobrança imbatível de impostos, o IMI. Continuamos a ter despesas de 7,7 milhões em despesas correntes, mas a verdade aqui é uma, é que temos tido uma reciclagem de ideias e de investimento. Só para nós vermos, e eu falo como freguesa de uma freguesia da periferia, Gâmbia-Pontes e Alto da Guerra, que nos últimos anos, se calhar, o maior investimento que a CDU fez naquela freguesia foi a compra das ruínas do IMAPARK por 4,4 milhões de euros. Este foi o maior investimento da CDU nesta freguesia, apesar das verdadeiras questões deficitárias que aquela freguesia tem. Nas Pontes, por exemplo, não há uma zona de lazer e um espaço recreativo para os jovens.

Ainda hoje, constantemente de três em três meses vai sendo adiantado a inauguração do Parque Verde, também vai se falando nos arruamentos e na construção de passeios cicláveis na zona de Gâmbia e que os fregueses continuam há 4/8 anos com estas reciclagens de programa eleitoral, seja em que freguesia for, principalmente nas periféricas.

Posso registar que em dezembro de 2024 o maior investimento deste executivo da CDU, na minha freguesia, foi as ruínas do IMAPARK, seja com que visão for, elas estão lá e são 4,4 milhões de euros numa freguesia que ainda hoje ambiciona coisas como um passeio ou uma zona verde em todas as zonas da sua freguesia.

**Paula Soeiro (PSD)** – Desculpe esta segunda intervenção, mas há pouco tinha aqui algo que me falhou e que não queria deixar de destacar e que se prende com umas atividades que, no boletim informativo do Departamento de Recursos Humanos, deu destaque ao Dia Mundial da Saúde Mental, no dia 10 de outubro, com um conjunto de atividades para os trabalhadores do município. Também consta no relatório o Dia Mundial do Combate ao Bullying, e julgo que estamos no local certo para destacar aquilo que é positivo.

O que solicitávamos ao executivo é que não acontecessem estas atividades, nomeadamente para o Ambiente Escolar e Educativo, somente nos períodos dedicados aos dias mundiais. Realmente a saúde mental e, em particular, a saúde mental a nível dos nossos jovens têm tido impactos significativos e tudo o que se possa fazer no sentido de lhes proporcionar ferramentas e melhorar a sua prestação será bem-vindo.

**Luís Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra)** – Fui à casa de banho, mas ainda ouvi um pouco da intervenção da senhora deputada Eunice Pratas.

Quando diz que na freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, nos últimos 20 anos, o único investimento que foi feito foi no IMAPARK, compreendo perfeitamente, porque a senhora deputada ainda é bastante jovem, mas salientar aqui algumas coisas que são importantes. Por exemplo, o Partido Socialista tem falado muito no saneamento básico, o que é que o Partido Socialista fez de saneamento básico durante os 16 anos que teve na Câmara e na freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra? Fez mil metros, que foi do Bairro do Capador até à Estação Elevatória. A Estação Elevatória não, peço desculpa, foi a ETAR.

Em relação ao saneamento dizer que só em Gâmbia foram feitos, pela gestão CDU, 13 quilómetros de saneamento básico, duas estações elevatórias, uma ETAR, a recuperação integral da rede viária de 11 quilómetros de pavimentações novas e também 11 quilómetros de abastecimento público de água.

Ainda referir, também, que o Partido Socialista deixou a Escola de Gâmbia em péssimo estado, houve uma altura em que chegou a ter 14 crianças, prestes a fechar, e que foi a gestão CDU, Junta e Câmara, em primeiro lugar foi a Junta junto à Herdade da Gâmbia pedir terreno para ampliar o espaço para que depois mais tarde a Câmara Municipal pudesse fazer as obras que fez. Criou uma das melhores escolas do concelho

à sua dimensão que, neste momento, tem 80 e tal crianças, quase 90 crianças. Criou duas salas de pré-escolar, primeiro arrancou com uma, há 2 anos arrancou com a segunda.

Podemos falar em muito mais coisas, podemos falar que o Partido Socialista em relação à Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra nunca foi pai e nem mãe, porque até os loteamentos novos que aprovou na Quinta da Amizade, Vale Ana Gomes e Serralheira nem sequer exigiu, na altura quando aprovou os loteamentos, de deixar um espaço ao pé da escola para fazer uma ampliação da rede escolar.

Esqueceram-se que aquela escola tinha sido construída pela população a seguir ao 25 de Abril? Foi construída pela população com o apoio da gestão do Francisco Lobo da APU e que a escola foi construída à dimensão da população na altura, Alto da Guerra e Poço Mouro, que eram cerca de 800/900 pessoas.

Esqueceu-se que com a aprovação de três novos loteamentos com a dimensão que tinha, que aquela escola tinha de ser ampliada? Não deixaram terreno e este executivo tem andado às voltas, às voltas, às voltas, já houve quem lhe pedisse 4 milhões de euros para um terreno para se fazer a nova escola e, finalmente, arranjou-se uma solução.

Mas o mais engraçado nisto então, é que, por exemplo, o loteamento do Vale Ana Gomes é um loteamento que são caixotes, tirando a Praça Central, que tem estacionamento à volta, não existe estacionamento em mais lado nenhum. Não foi exigido aos promotores dos loteamentos que construíssem um Parque Infantil ou um polidesportivo em qualquer loteamento.

E podíamos falar aqui de um conjunto de coisas, podíamos desenvolver um grande conjunto de coisas por aqui a fora.

É verdade que a gestão da CDU, não somos perfeitos e sabemos perfeitamente que há muita coisa ainda por resolver, mas também isso tem sido reconhecido pelas populações do trabalho que tem sido desenvolvido nestes últimos anos.

Quando se diz que não se tem feito nada nos últimos anos, nos últimos tempos, portanto, aquilo que se tem feito neste mandato em termos de requalificação de espaços públicos, de espaços que ficaram abandonados pelos promotores, na altura, na Quinta da Serralheira, que aquilo que lá se fez se está a fazer na Quinta da Amizade e a requalificação da Praceta. Podia estar aqui mais meia-hora a elencar um conjunto de coisas, mas acho que não fica muito bem, porque o Partido Socialista foi Governo nesta Câmara durante 16 anos.

Já agora, o Partido Socialista fala muito na limpeza ou na falta de limpeza, mas deixar aqui uma nota que eu acho que é importante, quando o Partido Socialista estava na Câmara e estava na Junta de Freguesia também não tinha uma única pessoa a varrer na Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, não tinha recolha de monos, não tinha um espaço verde, não tinha um jardim, não tinha uma pessoa a fazer higiene urbana.

Há dificuldades, há, se calhar podia estar mais algumas coisas feitas, se calhar podia, mas, se calhar para estarem essas feitas, havia outras que não estavam, é uma opção política. Agora, dizer que a Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra não se tem desenvolvido, acho que é estar a passar um atestado de incompetência a todas aquelas pessoas que têm votado na CDU e têm votado pelo trabalho que tem sido desenvolvido ao longo destes anos.

**Flávio lança (IL)** – Quero fazer aqui uma questão relativamente ao relatório e sobre uma afirmação que o Sr. Presidente fez há pouco, em que dizia que *“era o maior orçamento de investimento de sempre”*, mas olhamos aqui para o relatório e para as despesas de capital de janeiro a novembro e temos 13 milhões no ano passado e este ano temos 16 milhões. Gostava que o Sr. Presidente explicasse um bocadinho o que é que é para si o maior orçamento de investimento de sempre e se isso já está refletido aqui nas despesas de capital ou se ainda veremos isso ainda mais para a frente e quando e em que montantes?

**Eunice Pratas (PS)** – Vou tentar ser telegráfica, até porque me resta pouco tempo.

Eu não disse que foi o único investimento, acho que houve uma deturpação do que eu disse, o que eu disse é que o maior investimento foi a compra do IMAPARK por 4,4 milhões de euros que, neste momento, com os juros está em cerca de 5,5 milhões.

A questão que deixo sobre o que poderia ter sido feito realmente de investimento naquela freguesia com este valor.

Obrigado pelo elogio, se calhar, sou uma das mais jovens nesta Assembleia de Freguesia, mas o Luís Custódio foi Presidente ainda eu tinha 6/7 anos e consigo-lhe dizer que com 6/7 anos tinha acesso a mais serviços no sítio onde vivia do que tenho agora com 32 anos. Na altura tinha Multibanco, tinha um sítio para brincar, coisa que os meus sobrinhos hoje não têm e, se calhar, tinha mais condições na freguesia que habito do que agora tenho.

Em relação às últimas intervenções, não falei só do passado, falei de um diagnóstico de um sintoma que é a falta de visão de alguém que para defender o que foi dito, quando eu disse maior investimento e não o único investimento, fala do passado. Fica aqui bem assente o sintoma de falta de visão, ambição e o de querer evoluir da CDU neste concelho, nomeadamente nas freguesias periféricas.

Sendo a minha última intervenção, desejo a todos um bom Natal e uma quadra feliz.

**Presidente da Câmara** – Apenas duas ou três notas sobre estas intervenções dos senhores deputados do Partido Socialista. O senhor deputado Mário Aranha já nos habituou nas suas intervenções, falar de qualquer coisa que não existe neste território.

Não sei como é que é possível alguém fazer afirmações aqui, nesta Assembleia, de situações que ninguém vê só o senhor deputado é que consegue ver, é assim, cada um tem a visão e a avaliação que entende.

Acho que o senhor deputado Simão Calixto enunciou aqui um conjunto de obras em curso, de projetos em desenvolvimento e muitos mais que ele não afirmou e que temos vindo a divulgar. Muitos deles os senhores aprovaram aqui os financiamentos desses projetos, portanto, são projetos que hoje estão em obras, umas a realizar e outras em concursos.

Não me vou alongar muito nisto, mas queria dizer, senhor deputado, que relativamente às questões da habitação se o Governo do Partido Socialista tivesse sido mais lesto na apreciação dos processos que nós apresentámos para a nova construção, neste momento esses projetos estariam em desenvolvimento. Infelizmente, arrastou os processos até que se acabaram as verbas do PRR para investir na habitação nova, isto é o resultado de um Governo que é do seu partido.

Foi o senhor que levantou a questão, não fui eu, mas fica também esta nota, porque para além de se fazer obras que o senhor não vê, também se esquece das responsabilidades que o seu partido teve enquanto esteve no Governo.

Relativamente à senhora deputada Eunice, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia já o referiu aqui, mas acho que também tem as mesmas dificuldades de observação e de visão em relação à sua freguesia que o senhor deputado tem em relação ao concelho ou à cidade, quando fala do investimento ou da falta dele por parte da CDU.

Quero dizer, senhora deputada, que por força da decisão do Partido Socialista de fazer uma concessão das águas e do saneamento a uma empresa privada, só no ano passado é que se iniciaram as obras de saneamento nas Pontes por iniciativa dos serviços, que por acaso é por iniciativa da Câmara Municipal, porque foi no lançamento dos Serviços Municipalizados. Está a decorrer agora um investimento superior a um milhão e duzentos mil euros que está em apreciação para visto do Tribunal de Contas..., já foi aprovado e vai começar em janeiro a obra. Uma obra de mais de um milhão e duzentos mil euros de investimento na resolução de um problema que a concessionária dizia que aquela intervenção não era rentável e por isso não a faria. Há documentos que eu já mostrei à população.

Isto são as decisões, os resultados e as consequências da política que o Partido Socialista teve aqui na Câmara Municipal, mas não foi só isto, é o que o Sr. Presidente da Junta já referiu, lançaram três urbanizações de cerca de 400 habitações, foi necessário andar a ver onde é que eram os sítios para pôr os contentores do lixo, que nem isso deixaram. Qual é a responsabilidade que o Partido Socialista teve enquanto dirigia o urbanismo nesta Câmara Municipal quando licenciou três urbanizações em que até estes problemas colocaram?

Como o Sr. Presidente da Junta já disse, não há uma escola, não há um espaço verde e está-se agora a fazer alguns equipamentos e é a própria Junta de Freguesia com o apoio da Câmara Municipal que está a desenvolvê-los. Este é o estado em que a gestão do Partido Socialista na Câmara Municipal deixou este território. Foi a senhora que falou da falta de investimento na sua freguesia. O parque verde na Quinta da Amizade tem um orçamento, neste momento, superior a 1 milhão de euros de investimento e que está em desenvolvimento. São várias obras e várias adjudicações que estão a decorrer, como a senhora bem sabe. Em termos de investimento nas pavimentações, são mais de 500 mil euros de pavimentações que já foram feitas exatamente naquelas urbanizações.

Não me vou alongar mais, até porque o tempo é escasso, mas é só para deixar claro que é preciso também não esconder ou não querer fazer esconder por razões político-partidárias aquilo que é a transformação profunda que tem vindo a acontecer nos últimos anos neste concelho e, em particular, neste mandato.

Relativamente ao senhor deputado municipal da Iniciativa Liberal quando me questionou sobre se este é o maior investimento, não me vou alongar muito nisto, mas se somos o 3º município do país que tem o maior valor em candidaturas aprovadas no PRR, isto tem algum significado. As candidaturas aprovadas têm um valor superior a 150 milhões de euros, naturalmente que as obras estão em desenvolvimento e como sabemos e tenho dito algumas vezes, nós estamos numa situação muito difícil em termos de contratação de empresas para fazer estes investimentos. Naturalmente, que a entrada destes valores no orçamento só acontece em função das faturas, do desenvolvimento das obras e nós temos várias obras cujos concursos ficaram desertos, temos outras que se arrastaram, porque quem ganhou o concurso não teve condições para apresentar a documentação e teve que se arrastar o processo e entregar essas obras aos segundos concorrentes.

São questões que se dilatam no tempo e que depois se traduzem naquilo que é a leitura que o senhor faz do orçamento, mas o que estou a falar é algo que se passa na Câmara Municipal, são dados e são decisões que são do conhecimento e que passam pela Câmara Municipal. O que eu lamento é que os senhores deputados da Assembleia Municipal não acompanhem a vida da Câmara Municipal, porque é disso que se trata.

Agora pedia à Sra. Vice-Presidente para falar aqui sobre a questão da candidatura ao Programa 2030 e sobre as questões que têm a ver com a saúde mental que referiu.

**Vice-Presidente da Câmara** – A deputada Paula Soeiro já falou do enquadramento, isto vem no seguimento dos programas para a promoção do sucesso escolar e nós tivemos uma candidatura no programa anterior e vamos dar continuidade a essa mesma candidatura.

Fizemos reuniões com a equipa do Ministério da Educação que faz a promoção do sucesso escolar, levamos a equipa a uma reunião com todos os senhores diretores e, baseado nos dados que temos do sucesso escolar dos nossos alunos, elaborámos este programa. Este programa não pode colar com o programa que já temos em desenvolvimento no âmbito das comunidades desfavorecidas e, por isso, este será vocacionado para o Agrupamento de Escolas Ordem de Santiago, a Escola Secundária Dom Manuel Martins e o Agrupamento de Escolas Luísa Todi, porque são aqueles que a nível do sucesso escolar, neste momento, nos merecem esta atenção. Retiramos todos os dois Agrupamentos da União de Freguesias de Setúbal, uma vez que já está na operação integrada. Os resultados, felizmente, dos outros agrupamentos e escolas secundárias são bons e, neste momento, preferimos aquilo que é, da nossa avaliação, podermos ter aqui mais recursos para estes agrupamentos que eu identifiquei.

Quanto a ações concretas, nós vamos intervir em relação às questões das ciências experimentais e das artes tal e qual como tínhamos vindo a fazer no programa anterior, vamos dar continuidade, vamos também ter ações na área da literacia digital e estas serão dirigidas a docentes, não docentes e a todos os alunos e também famílias, pais e encarregados de educação. Vamos ter, também, dirigido a toda a comunidade ações de disseminação desta própria operação para que as pessoas tenham conhecimento daquilo que se vai passar, vamos ter os nossos recursos municipais envolvidos nestas ações de capacitação e vamos contratar uma ação muito importante, dois mediadores socioculturais, um destinado à comunidade educativa do Agrupamento de Escolas Ordem de Santiago e outro dedicado à Escola Secundária Dom Manuel Martins.

São duas comunidades que recebem muitos alunos de nacionalidades diferentes e pareceu-nos, da avaliação que fizemos, que seria muito importante vocacionar. Claro que estas ações são específicas e são dirigidas, continuamos com todo o resto do nosso programa dirigido a todas as escolas, sem exceção, e aqui parece-nos que é importante identificar problemas e conseguirmos, de certa forma, ter ações que respondam a essas mesmas questões.

Relativamente às questões da saúde mental, esta é uma área que já falámos aqui algumas vezes, e na última reunião da Comissão Permanente esteve connosco toda a equipa que, neste momento, trabalha no Hospital de São Bernardo, na Unidade Local de Saúde, e que está direcionada para as questões da saúde mental nas crianças e nos jovens.

Foi constituído uma equipa, penso que já tinha falado aqui até no âmbito do PRR, que tem psicólogos, tem duas pedopsiquiatras, tem terapeutas, e esta equipa está em funções há cerca de 9 meses e já foi feito este contacto entre os senhores diretores, a Câmara Municipal e a própria equipa para podemos desenvolver um plano de trabalho. E isto é da exclusiva responsabilidade da equipa na intervenção junto das crianças, dos jovens e das famílias numa vertente de prevenção e profilaxia. É este o trabalho que estamos neste momento a desenvolver.

**Manuel Fernandes (PS)** – Na sequência da intervenção do Sr. Presidente da Câmara, há coisas que são ditas que têm de ter a sua devida responsabilidade e ter em conta que estamos aqui a fazer afirmações verdadeiras. Quero acreditar que a quantidade de anos que o Sr. Presidente da Câmara tem nesta mesma autarquia, que o que diz fá-lo de forma consciente sabendo o que está a dizer ou se o faz contrário àquilo que é a realidade, faz por lapso ou por desconhecimento, o que será sempre difícil assumir.

Senhor Presidente, eu quero retificar uma coisa que foi dita por si de forma categórica e é por esse motivo que preciso de o repreender. No artigo 43, do Contrato de Concessão das Águas do Sado, e contrariando aquilo que o Sr. Presidente aqui frisou, todos os trabalhos e ampliações e extensões referentes a novas canalizações e construções de novas obras com o objetivo de aumentar a capacidade produtiva dos sistemas ou de aumentar a capacidade de oferta de serviço são da responsabilidade do concedente. O concedente foi a autarquia, Sr. Presidente, portanto, não é verdade que fosse as Águas do Sado a impedir a expansão da rede, não é verdade. O artigo 43 é explícito, está claro, portanto, essa situação está clarificada. O Sr. Presidente tem de ter cuidado quando faz afirmações e esta é uma sessão pública.

Depois, também dizer que aquilo que foi frisado no passado e todos nós aqui assistimos a uma situação também nefasta, porque ainda hoje está por esclarecer até onde é que se poderia ter ido quando se detetou um conluio entre aquilo que era o Executivo da Autarquia com as Águas do Sado que serviram, na altura, para fazer exatamente o jogo político que o Executivo pretendeu fazer, quando anuiu àquilo que se poderia alterar no Contrato de Concessão, permitindo que obras feitas ao arrepio do que vem no Contrato de Concessão que todos os investimentos deveriam ser para...

**Presidente da Mesa** – Tem de concluir, senhor deputado.

**Manuel Fernandes (PS)** – Peço desculpa Sr. Presidente, mas isso é apenas uma retificação e agradeço a sua compreensão.

Aquilo que devo dizer e acrescentar, é que o conluio que existia foi aqui explícito quando foi detetada numa norma que pretendia alterar o facto das alterações feitas, através do financiamento no Contrato de Concessão, fossem para obras externas àquilo que é a expansão ou a melhoria na rede e a melhoria da qualidade da água. Isso foi detetado numa situação pouco digna, aliás, todos nós estamos recordados desse episódio com a Sra. Presidente Dores Meira, portanto, essa situação não abona a seu favor Sr. Presidente e aquilo que aqui disse não é verdade e merecia este corretivo.

**Luís Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra)** – Também no Contrato de Concessão estava lá explanado que nos primeiros três anos o executivo da Câmara, vamos lá, recebeu 17 milhões e meio de euros e nesses primeiros três anos de concessão o executivo do Partido Socialista podia ter aproveitado para fazer algumas obras na nossa freguesia.

**Presidente da Câmara** – Senhor deputado Manuel Fernandes, eu não aceito as suas retificações, tenho muita pena, mas o senhor não é lá da freguesia, mas a senhora sua companheira de bancada é lá da freguesia, e eu tive oportunidade de levar um e-mail escrito pelas Águas do Sado à população... eu arranjo-lhe esse e-mail, em que a Câmara Municipal... já explico, já explico.

O senhor é que tem de estudar melhor as coisas quando vier fazer retificações e deve ter cuidado naquilo que diz. Já lá vou.

O que eu quero dizer é que eu levei à população um e-mail das Águas do Sado a dizer que a intervenção que era para fazer nas Pontes não era rentável e que por isso a empresa não tinha aquilo como prioridade. Isso está escrito num e-mail que levei às populações e que mostrei.

A outra questão, o senhor deputado sabe que eu tive durante 10 anos o Contrato de Gestão das Águas do Sado, por parte da Câmara Municipal e o senhor vir ler o artigo 43, que agora não tenho aqui, o que lhe vou dizer é que a concessionária Águas do Sado apresentava um programa de investimentos e nunca vinha lá esse investimento. Era um programa de investimento em que apresentava à Câmara no mês de setembro, o que estou a dizer está no contrato, para que a Câmara avaliasse a proposta e para depois incluir as obras no seu orçamento. Nunca veio lá essa proposta e por isso é que a Câmara insistiu com as Águas do Sado para fazer aquela obra e o resultado foi aquele e-mail de que já lhe falei.

Isto é que é a verdade senhor deputado e quando fizer afirmações, primeiro tem de se informar e saber do que é que está a falar, agora, teve azar comigo, porque eu durante 10 anos tive o acompanhamento do Contrato de Gestão das Águas do Sado e aconselho-o, antes de fazer afirmações dessas, de primeiro ter a certeza daquilo que está a dizer.

**2. Informação de Alerta Precoce da DGAL, sobre a Taxa de Execução da Receita Prevista no Orçamento Inferior a 85% durante dois anos consecutivos (2022 e 2023) (conforme documento registado sob o n.º 40, arquivado em pasta anexa à presente ata)**

**Presidente da Mesa** – Este ponto e o ponto seguinte são de natureza formal, porque são obrigatoriamente de inclusão na ordem do dia na sessão ordinária seguinte por lei.

Este é a informação de Alerta Precoce em relação à execução das receitas do município, receitas que, naturalmente, os senhores deputados compreendem que dependem não só das taxas e impostos diretos do município, mas, sobretudo das transferências que se fazem ou não se fazem das participações do Estado, do Governo Central e quando elas não acontecem a realização das receitas cai e ela é anotada na DGAL e é comunicada depois aos órgãos municipais.

Estas deliberações são de tomada de conhecimento.

**Eduardo Pinto (PSD)** – Senhor Presidente, peço desculpa, apesar de ser uma informação, poderíamos intervir acerca das informações.

**Presidente da Mesa** – Está a pedir uma intervenção?

**Eduardo Pinto (PSD)** – Sim! Apesar de ser uma informação que é dada à Assembleia.

**Presidente da Mesa** – Nós não temos matéria para discutir, a questão é essa, é uma questão de facto. Um facto, há um dado que a DGAL comunica, os serviços comunicam à DGAL e a DGAL comunica depois, e a questão do orçamento é que não existe orçamento. Não se pode discutir o que não existe.

**Eduardo Pinto (PSD)** – Senhor Presidente, faço fé nas suas palavras, entendo que não é assim um tema tão leve para se encarar como uma mera informação, é um tema que tem alguma gravidade.

**Presidente da Mesa** – Na falta de matéria para discutir e deliberar, o que é que nós podemos fazer? Não me vai convencer que era melhor não ter cumprido a formalidade de incluir o ponto na reunião ordinária, que é a de novembro ou dezembro, que a lei manda.

**Eduardo Pinto (PSD)** – Senhor Presidente, eu acho que é um ponto que não é discutível, mas pelo menos que se dê aqui alguma opinião, porque isto põe em causa as finanças da Câmara para o futuro. Acho que a DGAL fazer uma interpelação ao município, por haver incumprimento de execução do orçamento, implica intervenções centrais a este nível, implica haver interdição a empréstimos e coisas do género.

**Presidente da Mesa** – Sim! Estou-me a referir à questão das Grandes Opções do Plano e Orçamento, não há orçamento.

**Eduardo Pinto (PSD)** – Estou-me a referir à DGAL, à informação da DGAL que é gravíssima e implica...

**Presidente da Mesa** – Todas as vezes que foi comunicada nos anos anteriores, variadíssimas vezes, foi grave, ninguém discutiu.

**Eduardo Pinto (PSD)** – Desculpe, são dois anos de seguida e o 2024 que ainda ninguém falou.

**Presidente da Mesa** – Então, o senhor deputado pretende fazer considerações sobre este ponto, é isso?

**Eduardo Pinto (PSD)** – Eu acho que a restante Assembleia poderia ter essa oportunidade.

**Presidente da Mesa** – Então, pede a palavra e fala sobre isso.  
Simão Calixto para um ponto de ordem à Mesa? Faça favor.

**Simão Calixto (CDU)** – Senhor Presidente, eu entendo e a bancada da CDU entende que nenhum destes pontos deve ser discutido, porque são informações. Aliás, a informação da DGAL até vem lá bem explanado o que é que quer dizer e, nos termos da lei, como é que ela aqui aparece e nesses termos não há discussão. Sobre a proposta de Orçamento não há proposta de Orçamento para discutir, portanto, não há discussão possível a fazer nesta Assembleia.

**Nuno Carvalho (PSD)** – Eu peço um esclarecimento à Assembleia, na figura do Sr. Presidente. Se estes pontos foram colocados sem tempos para discussão, porque nós temos uma regra que deriva daquilo que está no nosso Regimento que quando é colocado na ordem de trabalhos há períodos para discussão ou não há e na Comissão Permanente então diz que não há. Neste caso a minha pergunta é, não há período para discussão? Se não houver está arrumado o assunto, de acordo com o Regimento, e se sim, onde é que isso está previsto? Isso esclarece toda a gente, se nos souberem indicar que está sem tempos, está o assunto arrumado, se não, temos o tempo e avançamos.

**Presidente da Mesa** – Está entendido. Foi exatamente assim que foi colocado e que foi entendido na Comissão Permanente, que são dois pontos de mera informação, não têm conteúdo para discussão e não foi atribuído grelha de tempos. Foi assim que foi visto na Comissão Permanente e ninguém levantou objeções. O senhor deputado Rui Lamim estava na Comissão Permanente.

**Rui Lamim (PSD)** – Sim, Sr. Presidente, eu estive presente na Comissão Permanente e não foi isso que deduzi dessa mesma reunião. Ela foi colocada, é apenas uma informação à Assembleia, é legal e a informação está dada e nós podemos emitir a nossa opinião acerca da informação que foi apresentada, assim como o Sr. Presidente, com o devido respeito, o fez utilizando essa sua cadeira, porque deu uma interpretação acerca do que está aqui escrito e nós queremos dar a nossa interpretação acerca do que está aqui escrito. Não é para fazer uma avaliação para votação, é uma apreciação do que aqui está escrito, recebemos esta informação e interpretamo-la, se nos derem tempo, o meu companheiro o fará.

**Presidente da Mesa** – Não ponho objeções a isso, há um ponto que não tem conteúdo, é factual, mas pode ser apreciado, pode ser discutido, discute-se aqui tudo e mais alguma coisa, não sou eu que vou dizer que não pode haver manifestação das opiniões que os senhores deputados entenderem sobre o ponto.

Viu-se na Comissão Permanente que não tinha matéria para discutir, não sei que considerações o senhor vai fazer em relação ao orçamento que não há, não há proposta para deliberar, mas a Assembleia cumpriu o seu papel formalmente, porque é a reunião em que a lei prevê que deve ser colocado. Na reunião de Câmara não foi aprovado e até podia ainda haver uma reunião extraordinária em que viesse a ter um entendimento e uma aprovação de orçamento, não houve e o ponto ficou sem conteúdo, ficou sem matéria, mas não me oponho a que haja discussão.

Querem emitir considerações sobre estes pontos de informação, não tenho objeções a isso, mas se quiser pomos à apreciação das bancadas e resolve-se nos termos regimentais quando há uma diferença de opinião quanto ao funcionamento, a Assembleia, o plenário é soberano para decidir.

Acham que é necessário fazer-se esta discussão agora? Só em relação ao primeiro ponto. Então, vamos pôr à consideração do plenário se é um tempo de discussão na mesma grelha das outras matérias.

**Nuno Carvalho (PSD)** – Eu compreendo o recurso para o plenário, mas ainda assim quero perceber, porque um recurso para o plenário é um instrumento regimental, contudo, uma vez que isto foi colocado na ordem de trabalhos há aqui uma segurança que nós temos que respeitar no que diz respeito ao que aqui é posto. Portanto, se consegue perceber que, eventualmente, possa haver um entendimento que não tenha ficado escrito da parte de algumas pessoas que era sem discussão, mas houve claramente um entendimento de outras que era com discussão e como não ficou escrito em lado nenhum, a expectativa que é clara e evidente e podia ser para isto como para qualquer outro ponto, é que ia haver discussão e há um deputado municipal preparado para intervir sobre essa matéria.

Não me parece que o recurso para o plenário aqui possa ser feito sem antes entender claramente que se este ponto aqui foi colocado desta forma se ele, naturalmente, aqui não é tratado como os outros, com direito a tempo na grelha como os outros. Não está escrito em lado nenhum que é sem tempo.

**Presidente da Mesa** – Na forma como o senhor deputado está a colocar, resta ouvir os demais membros da Comissão Permanente para vermos como é que foi colocado.

**Paulo Lopes (PS)** – Efetivamente na Comissão Permanente foi decidido por todos os membros que não iria haver discussão, isto é factual, nem merece discussão na minha opinião, foi assim. Se entenderem agora, os elementos da Assembleia, que se deve discutir ou ter um tempo para discutir, o Partido Socialista é da opinião que não se deve discutir o Orçamento, porque ele não existe, não foi aprovado, aí não faz sentido nenhum estarmos aqui a discutir um documento que não foi sequer aprovado na reunião de Câmara e não veio à Assembleia, mas se entender-se discutir a questão da DGAL, porque é um dado relevante e é tão relevante que a lei obriga a que seja agendado e apresentado esta informação aqui na ordem de trabalhos e não no período de antes da ordem do dia, o Partido Socialista vê com bons olhos, se os restantes membros entenderem discutir só a questão da informação da DGAL, fazê-lo e estamos preparados para o fazer.

**Rui Lamim (PSD)** – De uma forma muito breve, estão aqui dois pontos e estamos a misturar duas coisas, o que foi dito exatamente na Comissão Permanente é que não havia discussão relativamente ao Orçamento, porque não foi aprovado em reunião de Câmara, isso foi clarinho. Agora, este trata-se da taxa de execução, é um assunto diferente e este é apresentado e nós temos opinião para apresentar. Quanto ao outro, o Orçamento não foi aprovado e foi dito claramente na reunião da Comissão Permanente que este não era discutido, isso está correto. Agora, os dois a mesma coisa, não, eu estava lá na reunião e vocês também estavam.

**Presidente da Mesa** – Não é a primeira vez, nem a segunda que há consensos na Comissão Permanente e que a seguir se faz de forma diferente. Já tem acontecido várias vezes e nunca me queixei, nunca reclamei disso, mas o melhor é passarmos a ter Atas com o registo das conclusões da reunião para não haver estas dúvidas.

**Eduardo Pinto (PSD)** – Senhor Presidente, desculpe estar a interromper, mas isto não tem nada a ver com Orçamento, isto é em relação a 2022/2023. De 2024 não temos resultado...

**Presidente da Mesa** – Eu sei, eu sei. Está bem, não mude o tema, agora estávamos no método, já vamos ao conteúdo. Eu estava a falar do método, foi assim que foi preparada a decisão do funcionamento.

**Vitor Rosa (BE)** – Só um pequeno aparte, quando estamos presentes numa reunião devemos estar presentes, de facto, na reunião. Se vamos à reunião e depois passado uma semana ou duas, viemos aqui com outras ideias ou porque interpretamos posteriormente um facto, então a coisa não funciona e chegamos a este debate que estamos a ter agora.

Na Comissão Permanente houve consenso de que este ponto seria apenas meramente informativo.

Ó Rui, peço desculpa, mas foi isto que aconteceu e, portanto, se calhar, temos de fazer aquilo que o Sr. Presidente está a dizer, passamos a ter Atas. Ao existir consenso ao nível da Comissão Permanente de que alguns dos pontos são tratados de uma determinada forma e depois chegamos hoje aqui e queremos uma coisa diferente. Não tenho nada a opor a que se discuta a informação da DGAL, acho é que o executivo poderia perfeitamente informar quais as razões que isto acontece, ponto final. Agora, termos aqui um debate em torno disto, eu tenho as minhas dúvidas, mas, por mim que se faça. Relativamente ao ponto do Orçamento, é de todo descabido que se discute aqui esse ponto.

**Simão Calixto (CDU)** – Só para corroborar aquilo que já foi dito, tanto pelo Paulo Lopes como pelo Vítor Rosa, de facto, na Comissão Permanente concordamos que estes dois pontos não iriam ser alvo de discussão, eram apenas uma informação.

Já agora, tem se tornado recorrente que consensualizamos coisas na Comissão Permanente e depois virmos para a Assembleia desconstruir tudo, porque nos dá mais jeito e isto, de facto, não é método de trabalho e acabamos por perder tempo aqui no plenário, o que não ajuda os trabalhos desta Assembleia.

A CDU considera que se deve manter as decisões da Comissão Permanente que foram consensualizadas, agora o plenário é soberano e estamos preparados para discutir o que quer que seja.

**Presidente da Mesa** – Agora o Sr. Eusébio Candeias, o Sr. Primeiro Secretário, que é quem faz as Atas na Comissão Permanente, e fá-las de facto, porque elas existem, só não tem havido este procedimento de as distribuir previamente à reunião do plenário, mas é melhor passar a fazê-lo para não haver estas dúvidas.

**Eusébio Candeias (CDU)** – É só para clarificar aqui que efetivamente aquilo que foi decidido sobre estes dois pontos, um era informativo, o outro nem sequer existia a aprovação do orçamento e, portanto, não eram para serem discutidos na Assembleia. O Sr. Presidente faria a informação quando chegasse a estes pontos, foi o que fez, e isso foi o que ficou decidido.

Quanto às Atas, em todas as reuniões da Comissão Permanente existe uma Ata que está assinada e está nos serviços. Perante estas situações que acontecem, e já não é a primeira vez que o PSD depois vem dizer que não se disse aquilo que se disse na reunião, penso que podemos passar a distribuir a Ata. A Ata é feita e podemos enviar a todos os membros da Comissão Permanente depois de ela estar assinada pelo Sr. Presidente e por mim, que é aquilo que é feito e estas dúvidas ficam esclarecidas.

Independentemente daquilo que o plenário decidir ou não sobre uma proposta que é feita, mas acho que fica muito mal nós estarmos a discutir uma coisa que na Comissão Permanente foi consensualizada e depois chegamos aqui e dizemos que não foi bem assim. Não, não foi, foi efetivamente assim.

Outra coisa é se há interesse em discutir isto, o plenário decide, mas, efetivamente, foi isto que aconteceu, consensualizamos que não eram discutidos estes dois pontos.

**Presidente da Mesa** – Senhores deputados do PSD sobretudo, isto é quanto ao método, porque quanto ao conteúdo da discussão é que parece, às tantas, que nós estamos a querer afastar uma discussão, a evitar uma discussão.

Quanto ao conteúdo, a informação do Sr. Presidente da Câmara tem, obrigatoriamente por lei, uma parte que é a informação financeira e nessa parte pode ser questionado tudo e mais alguma coisa, sobre o nível de receitas, sobre a execução das despesas ou das receitas, daquilo que for.

Os senhores deputados têm a oportunidade, na informação do Presidente, que é uma das partes que a lei diz que deve informar, que é para discutir e temos um período próprio para o fazer também.

Julgo que não é falta de oportunidade, nem vontade de não discutir, mas em respeito aquilo que foi o funcionamento das decisões dos órgãos de apoio e de suporte aqui às decisões da Mesa, nós estamos a cumprir aquilo que foi decidido. Se os senhores deputados do PSD propõem ao plenário decidir de forma diferente, eu ponho à consideração do plenário, sem problema.

**Rui Lamim (PSD)** – Senhor Presidente, isto é um tema que existe recorrentemente, ele pode ser tratado aqui hoje ou noutro dia ou noutro ponto. Podemos passar à frente, não tem questão, porque a mensagem irá ser transmitida de qualquer forma.

**Presidente da Mesa** – Que não fique esta ideia de que estamos a evitar uma discussão, não estamos a evitar uma discussão, escolhemos um método de trabalho, mas tudo bem.

A próxima reunião que houver, tomem isto em atenção, até haverá um tratamento especial na Comissão de Economia, Administração e Finanças que tem um acompanhamento e um interlocutor próprio e tem a recolha de informação do Executivo Municipal e tratá-la-á especificamente. Nós temos um trabalho em paralelo na Comissão de Economia, Administração e Finanças e há relatórios, ainda recentemente foi sobre o 3.º trimestre deste ano, e foram publicadas informações tratadas nesta Comissão de Economia, Administração e Finanças. A Assembleia, através dos seus órgãos, está a acompanhar o assunto das finanças e da gestão financeira.

Chegámos, finalmente, aqui a um entendimento e vamos avançar.

**3. Delib. CM n.º 678/2024 – Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2025 (2026/2027/2028/2029), rejeitada na reunião de câmara, em sessão extraordinária realizada no dia 28 de novembro de 2024**

**Presidente da Mesa** – Este ponto é relativo ao Orçamento e Grandes Opções do Plano que, por obrigação legal, tem de ser incluída na sessão ordinária de novembro ou dezembro e ele está cá mencionado, mas não tendo havido aprovação na Câmara Municipal, naturalmente não há proposta a debater e é um ponto que fica ultrapassado e só será efetivamente discutido e decidido quando e se na Câmara Municipal houver aprovação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano. É um ponto meramente informativo e para conhecimento.

4. Deliberação n.º 062/2024/AM – Delib. CM n.º 572/2024 – Alteração do Mapa do Pessoal de 2024, dos Serviços Municipalizados de Setúbal – Criação de 11 lugares em várias carreiras /categorias

**Afonso Luz (CDU)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 41.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões três Deputados Municipais, dois do PS e um do PPD/PSD.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 34 votos a favor, 17 da CDU, 8 do PS, 5 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do BE e 1 do PAN, e uma abstenção da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 42.

5. Deliberação n.º 063/2024/AM – Delib. CM n.º 573/2024 – Regulamento de Isenção de IMT na Primeira Aquisição de Habitação Própria e Permanente, por Jovens dos 18 anos até aos 35 Anos no Município de Setúbal

**Afonso Luz (CDU)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, PS, PPD/PSD, CH e IL, a abstenção do PAN e o voto contra do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 41.

**Francisco Cabral (PSD)** – Senhor Presidente, a aquisição da primeira habitação própria e permanente, à semelhança da compra do primeiro carro, da conclusão dos estudos, da constituição de família, é um grande salto, é um grande sonho e uma grande concretização dos jovens. Portanto, aquilo que hoje estamos aqui a discutir, talvez, e como já foi aqui também discutido, não seja a solução ideal para resolver todos os problemas de habitação no nosso país, da nossa cidade, mas é certamente um passo, é mais uma concretização através deste alívio da carga fiscal aos processos de aquisição imobiliária. E é precisamente isso que hoje estamos a discutir.

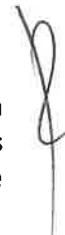
Tivemos a capacidade de ser audazes, inovadores, de sermos o primeiro município do país a aprovar essa isenção e este regulamento que vem hoje concretizar esta proposta que, na perspetiva do PSD, peca apenas por ser tardia. Relembro que esta proposta foi aprovada em reunião de Câmara no dia 22 de novembro de 2023, faz mais de um ano, e não adiemos mais os sonhos dos jovens da nossa cidade, vamos ajudar a concretizar a aquisição da primeira habitação.

**Paulo Lopes (PS)** – Como o Partido Socialista já o afirmou na sua intervenção no período antes da ordem do dia, através de uma saudação que o PSD apresentou sobre a mesma matéria, nós entendemos que esta solução não vai resolver um problema, pelo contrário, pode a médio e longo prazo agravar o problema, porque se a oferta é diminuta, e estamos a falar de oferta para este setor da primeira habitação, estarmos ainda a incutir mais procura e efetivamente a diminuição deste imposto é atrativo e vai induzir mais procura, provocando a subida do preço das casas e é o que está a acontecer neste momento.

Neste mercado o que está a acontecer é que há um escoamento muito grande, estou à vontade para falar sobre essa matéria, há um escoamento muito grande fruto desta medida que vai penalizar todos os outros que vêm atrás, porque o preço das casas vai aumentar. É uma pescadinha de rabo na boca.

Volto a referir, enquanto não aumentarmos a oferta de habitação pública, enquanto não aumentarmos a oferta de habitação mesmo privada a custos mais aceitáveis para a primeira habitação não vai ser possível resolver o problema do custo da habitação.

Dessa forma o Partido Socialista irá se abster, pois, não está contra a medida, mas entende que a medida tem um efeito nefasto a médio prazo.



**Vítor Rosa (BE)** – Este regulamento vem no seguimento de propostas anteriormente apresentadas pela IL na Assembleia de 29 de novembro de 2022 e pelo PSD em Assembleia de 27 de dezembro de 2023. Em ambas sempre manifestámos a nossa discordância política sobre os seus considerandos, conteúdo e parte deliberativa, o que em coerência novamente aqui o assumimos.

Mais uma vez reafirmamos que, mais que um regulamento, o que conta são os princípios sociais em que o mesmo assenta e a proposta deste regulamento com base na proposta do PSD, que justifica a isenção com o argumento da idade com que os jovens saem de casa dos pais, os baixos salários, os altos preços das casas não são respostas sociais ao problema da habitação para a faixa etária compreendida entre os 18 e os 35 anos.

Este não é o incentivo que resolverá os problemas de acesso à habitação própria dos jovens, desde a sua aprovação, no último ano, o preço da habitação subiu 10%, quem fica a ganhar com estas isenções são sobretudo a especulação imobiliária e a banca.

Não vemos uma única linha sobre a especulação imobiliária que alimenta esses preços.

Não vemos uma única linha sobre os lucros da banca com as altas taxas de juro sobre o crédito à habitação, sobre as dificuldades que essa mesma banca cria nas renegociações de créditos à habitação.

Não vemos uma única linha sobre as causas de precarização laboral e os baixos salários dos jovens.

Não olhando para a capacidade de endividamento destes jovens, apenas propondo a isenção do imposto como solução para todos os males na aquisição de uma habitação.

Não olhando novamente para critérios de quem pode ou não avançar para a aquisição destes valores, como seria feita a avaliação dos eventuais beneficiários abrangente com a isenção a pessoas com capacidades financeiras completamente dispares.

Perante o exposto, votamos contra.

**Mariana Crespo (PAN)** – O problema da habitação em Portugal é complexo e resulta de uma combinação de fatores sociais, económicos e políticos.

Sabemos que alguns dos principais desafios incluem a falta de acessibilidade financeira devido aos altos preços de compra e arrendamento, especialmente nas grandes cidades conjugado com os baixos salários médios.

Sabemos, também, que existe oferta insuficiente de habitação pública e social, em que Portugal, a nível europeu, tem uma das menores taxas de habitação pública e que persiste um demasiado elevado número de imóveis fechados ou devolutos sem os necessários incentivos à sua efetiva utilização.

As políticas de habitação têm falhado sucessivamente nos seus objetivos e aquele que é um direito humano, o direito à habitação digna, permanece por alcançar, em particular para os jovens, famílias de baixos rendimentos e idosos. A solução passará sempre por uma estratégia concertada com a colaboração entre o Governo, as autarquias, o setor privado e a sociedade civil integrando o incentivo à reabilitação de imóveis e diminuição do elevado peso burocrático destes processos, a melhor regulamentação do mercado de arrendamento, o aumento da habitação pública e a promoção de programas que favoreçam o acesso à habitação por parte dos jovens e famílias vulneráveis.

Neste sentido, consideramos que a isenção de pagamento do IMT pode ter impactos significativos, procura-se a facilidade do acesso à habitação através da redução dos elevados custos iniciais, beneficiando assim, os jovens em início de carreira, motivo pelo qual iremos acompanhar o presente documento. Contudo, não se pode deixar de realçar aquela que tem sido a tendência crescente de fomento da especulação imobiliária com o aumento da procura e dos preços que anula este potencial benefício para os compradores. Como exemplo, numa pesquisa realizada hoje, foram encontrados à venda no concelho de Setúbal 2.033 imóveis, destes 2.033 imóveis apenas 228 tinham condições de habitabilidade e um preço até 200 mil euros. Temos então de considerar que esta medida terá sempre um impacto limitado, pois, sem um pacote de políticas que inclua mais oferta habitacional, controlo de rendas ou apoio ao crédito à habitação, a isenção pode ter um impacto marginal na resolução da crise habitacional.

**Luís Maurício (CH)** – O Partido CHEGA congratulou-se com este tipo de iniciativa para os jovens, sabemos a dificuldade que existe para comprar a primeira casa e achamos que esta iniciativa para os jovens é uma mais-valia. Por isso vamos acompanhar a proposta.

**Francisco Cabral (PSD)** – Senhor deputado Paulo Lopes, sei que é arquiteto, portanto, permita-me também aqui a analogia. Imaginemos o problema da habitação como uma pia entupida e olhemos, por exemplo, para as políticas públicas como uma caixa de ferramentas, podemos sim tentar desentupir a pia apenas com uma ferramenta, eu não o sei fazer, também não acredito que seja apenas com uma ferramenta, com isto, quer dizer que não será apenas com a isenção de impostos que conseguiremos resolver os problemas da habitação pública e da habitação para jovens em Portugal.

Temos outras ferramentas nesta caixa de ferramentas que é a política pública em Portugal, o desenvolvimento de políticas e a concretização de políticas. Podemos, por exemplo, aumentar salários, podemos cumprir o Plano Nacional para o alojamento no ensino superior, algo que o PS prometeu, 14 mil camas e que o Governo não as entregou.

Podemos, também, construir habitação pública, mas nestes últimos anos de Governo do PS também não aconteceu. Portanto, será esta a analogia, penso que compreenderá que com apenas uma ferramenta não vamos lá, mas sim com um conjunto delas.

**Afonso Luz (CDU)** – Este regulamento já não é o primeiro, portanto, já no ano passado tínhamos aprovado este regulamento e iremos votar favoravelmente novamente. Para além de já não ser uma questão nova, é uma questão que consta da Lei do Orçamento de Estado e esta isenção, digamos assim, está garantida, embora penso que ainda falta regulamentação.

Algumas das intervenções, de facto, têm razão na questão de saber quem irá beneficiar, quantos já beneficiaram e quantos irão beneficiar desta medida que nos parece uma medida bastante inócua face às questões reais na habitação.

**Paulo Lopes (PS)** – Só quero frisar duas coisas, primeiro, também acho que não se resolve o problema da habitação com uma medida, de todo, são um conjunto de várias medidas que se vão lentamente desenvolvendo, porque também não se constrói milhares de casas de um dia para o outro, é um somatório de vários fatores. Por isso, o Partido Socialista aqui na Assembleia e na vereação não votou contra, achamos que isto pode ser uma medida interessante para explorar, no entanto, e o que eu quero voltar a frisar, é que a médio prazo o aumento da procura produziu um aumento do preço da habitação e estamos já a sentir isso. E mais, é que não são os jovens que vão comprar casas que têm esse problema, toda a classe média que compra as casas um pouco mais baratas dentro deste setor, que está fora dos 35 anos sofre com esse aumento, porque esses não têm a isenção do IMT. Também é preciso ver isto como um todo, não podemos ver isto de forma estanque que é, agora vamos ver a habitação só para os jovens, agora vamos ver a habitação só para a 3ª idade e agora a habitação só para os outros e para os pobrezinhos e desgraçadinhos. Não! Temos de ver isto num todo.

Quando faço esta intervenção, é estar preocupado por achar que efetivamente há pessoas com possibilidade de comprar e isto ajuda, sem dúvida alguma, uma casa de 200, 250 mil euros tem uma redução de IMT de 10, 12 mil euros, é significativo, é expressivo e ajuda, claro que sim. Mas com o aumento da procura o preço subiu, porque a oferta não consegue acompanhar, é essa a questão e por isso é que temos de ter mais medidas para aumentar a oferta, é aqui o ponto nevrálgico.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 27 votos a favor, 17 da CDU, 6 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL, um voto contra do BE e 9 abstenções do PS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 43.

6. Deliberação n.º 064/2024/AM – Delib. CM n.º 580/2024 – CD-ARICD, Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento – Associação de Municípios – Alteração aos estatutos e introdução de quota referente ao ano de 2024

**Afonso Luz (CDU)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 41.

**Manuel Fernandes (PS)** – Nós tivemos a oportunidade de na Comissão de Economia, Administração e Finanças nos pronunciarmos um pouco acerca desta matéria e tínhamos a presença do senhor vereador, Carlos Rabaçal, que não se sentiu muito confortável em comentar esta matéria, porque não estava muito dentro do assunto.

No entanto, foram lá colocadas algumas questões que eu voltaria a colocar aqui também, se agora o senhor vereador ou alguém do executivo estiver habilitado a dizer mais qualquer coisa.

Normalmente, permita-me este preâmbulo, quando se faz uma pergunta aberta permitimos à pessoa que está a ser interrogada dissertar, mas eu iria pedir que fosse dado algum dado objetivo no sentido das questões que tenho aqui, que são meramente informativas.

Nós aderimos a esta rede intermunicipal em 2010, nós Setúbal, se fosse hoje o Partido Socialista certamente votaria da mesma forma, portanto, não vemos que isto traga alguma coisa de mal, antes pelo contrário, poderá efetivamente ajudar através de uma rede internacional de apoios, até inclusivamente a linha de financiamento, a aderir a alguns projetos que ajudem ao desenvolvimento sustentável, quer em termos ambientais, sociais e económicos.

Portanto, há alguns projetos e se nós olharmos aqui para os objetivos da Associação eles são bastante nobres e qualquer um de nós subscreverá, da direita à esquerda.

Estamos a falar de melhorar o acesso aos serviços sociais básicos, melhorar condições na educação, promover o trabalho em rede aprofundando a articulação de cooperação entre os membros, isto são objetivos nobres. A questão que se coloca e era aqui, Sr. Presidente, que eu gostaria de colocar ênfase, tendo por base que esta Associação permite a participação na apresentação de candidaturas a programas e linhas de financiamento. Uma vez que já pertencemos a esta rede intermunicipal desde 2010, a questão que se coloca é que tipo de projetos é que Setúbal já beneficiou? Acho que estamos já em condições, estamos há 14 anos de participação nesta rede. Que tipo de projetos é que já foram financiados, conseguidos? Que tipo de linhas de financiamento ou que tipo de apoios, que tipo de desenvolvimento é que nós já tivemos? Eu faço estas perguntas de forma genuína e meramente por desconhecimento.

Senhor Presidente, gostava que pudesse dizer alguma coisa, de que forma é que Setúbal beneficiou, tendo até por base que não há mal nenhum em pertencemos mesmo sem ter grande valia em termos de monta, quer em termos de projetos ou programas, tendo por base que a quota que se paga é de 1.105 euros, se não me falha a memória, penso que é isso que está aqui até porque foi agora retificada. A quota é bastante irrelevante, a questão que se coloca é mesmo esta, em termos de avaliação, Sr. Presidente, que tipo de projetos, que tipo de linhas de financiamento e de que forma é que Setúbal já beneficiou desta rede?

**Vice-Presidente da Câmara** – Esta rede, como indica o nome, foi criada para a cooperação. Esta cooperação não visa nenhum benefício direto aos membros que a integram, mas sim, a cooperação internacional, designadamente com países de expressão portuguesa e têm sido diversas as atividades que têm sido feitas em prol dessas comunidades.

Esta rede funcionou, até agora, sem qualquer tipo de orçamento, não existia quota, esta quota que aqui trazemos é a quota que foi vista com todos os municípios e com os critérios que também estão aí e porquê? Porque sempre foi uma rede que funcionou na informalidade.

Os municípios na informalidade, porquê? Porque não havia nem a assunção de quotas, nenhum município era obrigado a pagar quotas, nem havia a formalização de um orçamento e como isso não acontecia esta rede não geria valores financeiros, geria vontades e boas intenções. Tem uma parceria muito importante com o Instituto Camões, porque é o Instituto Camões que tem essa responsabilidade e essa competência através do Ministério dos Negócios Estrangeiros e com o Instituto Marquês Vale Flôr, que tem sido um parceiro muito importante nestas missões, nomeadamente na Ilha de São Tomé, na Ilha de Príncipe, Cabo Verde, Guiné, etc. Posso até dizer que fruto desta cooperação, há pouco tempo veio aqui à Câmara Municipal um apoio para que fosse enviado um autocarro do Barreiro, não foi diretamente com esta rede, mas esta rede também funcionou para poder ser enviado para o município do Tarrafal. Portanto, há aqui uma série de questões.

Temos trabalhado nesta rede muitos objetivos de desenvolvimento sustentável, foi feita uma exposição também com o apoio do Instituto Marquês Vale Flôr e que circulou no país. As questões da água e da escassez de água também têm sido trabalhadas, numa perspetiva mais educativa, pedagógica e de apoio a estas comunidades. Como esta rede funciona sem orçamento e como não tem contas aprovadas, por não existir orçamento, também não existia a possibilidade de concorrermos a fundos comunitários ou a outros fundos. No fundo, esta rede estava muito limitada, porque o seu plano de atividades dependia das atividades de cada município e daquilo que cada município pudesse efetivamente oferecer à rede.

Sei que há municípios, por exemplo, que têm um projeto muito interessante e que puderam contribuir financeiramente para a construção de um liceu na Ilha de Príncipe, nomeadamente o Município de Oeiras, o Município da Amadora e o Município de Lisboa. É um projeto que já tem há muitos anos e que, também, tem a ver com as relações com algumas cidades geminadas, no nosso caso uma forte cooperação que temos com o Município do Tarrafal, mas estas outras cidades com muitos outros temas. Sei que, por exemplo, houve um município, penso que foi Vila Nova de Poiares, que apoiou as questões da vacinação. Há sempre assim uma série de projetos que passam por esta rede.

A rede teve de se definir, porque o Tribunal de Contas impõe, e nós mandávamos para lá a informação e como o Tribunal de Contas veio dizer, ou a Associação tem cotização ou a Associação não pode funcionar, porque os municípios não podem assumir responsabilidades que não estão diretamente vertidas na Associação. Tendo em conta esta questão do Tribunal de Contas, a Associação passou aqui por uma introspeção se havia de continuar e foi vontade dos municípios decidirem uma cotização que quase que é simbólica, tendo em conta aquilo que pode ser o trabalho, poderem ter um orçamento e poderem desenvolver estas atividades.

No fundo é isto, estamos a falar de uma rede que tem 22 municípios e que já funciona há algum tempo e que faz o melhor que pode relativamente a estas questões da cooperação.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões três Deputados Municipais, dois do PS e um do PPD/PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 44.

**7. Deliberação n.º 065/2024/AM – Delib. CM n.º 610/2024 – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) do ano de 2024 – Aplicação da taxa do IMI Familiar**

**Afonso Luz (CDU)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 41.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões dois Deputados Municipais, um do PS e um do PPD/PSD.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria, com 27 votos a favor, 17 da CDU, 5 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 9 abstenções do PS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 45.

**8. Deliberação n.º 066/2024/AM – Delib. CM n.º 611/2024 – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) do ano de 2024**

**Afonso Luz (CDU)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, PS, PPD/PSD, CH e IL, e duas abstenções do BE e PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 41.

**Mário Aranha (PS)** – Não é uma intervenção, é um pedido, porque vai haver dupla votação. Na página 5, onde diz que o IMI para os prédios urbanos é 0,37, nós queremos fazer uma proposta de 0,36 e queremos submetê-la. Se esta proposta de 0,36 for aprovada, não faz sentido aprovarmos o que, neste momento, está em cima da mesa que são os 0,37, mas se a de 0,36 for rejeitada, votaremos a de 0,37. É a única alteração que queremos fazer a este documento.

**Presidente da Mesa** – Está a propor uma alteração à proposta, tudo o resto é igual, apenas a taxa é que muda, então temos de votar a alteração à proposta.

**Nuno Carvalho (PSD)** – A proposta que o Partido Socialista está a fazer, é uma proposta para que a Assembleia se pronuncie para admitir que a mesma possa ou não ser submetida a votação? É isso que não percebi, então pedia esse esclarecimento.

**Presidente da Mesa** – A Câmara aprovou uma proposta com 0,37, a bancada do Partido Socialista está a dizer que no âmbito da discussão na Assembleia faz uma proposta alternativa para 0,36, que altera a proposta da Câmara.

Só há aqui uma questão a apurar, neste momento, é se esta proposta depende da proposta da Câmara ou não, porque se ela depende da proposta da Câmara pode ou não ser alterada em Assembleia, portanto, não me recordo se esta matéria não possa ser votada com forma diversa na proposta da Câmara e se pode ser alterada.

**Paulo Lopes (PS)** – Só para dizer que, de acordo com o artigo 25º da Lei 75, que determina quais as propostas apresentadas pela Câmara que não podem ser alteradas na Assembleia Municipal, não estão incluídas a afixação do IMI, pelo que sou da opinião que a Assembleia Municipal pode alterar, aliás, no passado já o fizemos várias vezes aqui com propostas de alteração à Assembleia. Aquilo que o Partido Socialista está a propor é uma alteração a esta proposta que é aceite ou não e não sendo aceite, vota-se a proposta inicial.

**Nuno Carvalho (PSD)** – Vou voltar a referir, até como disse o deputado Paulo Lopes e bem, não está em causa, tal como a Lei estipula, qualquer partido poder apresentar aqui uma proposta sobre o IMI ou até sobre outro tipo de taxas. Há limitações, por exemplo, sobre o orçamento, que até nem está à discussão, e não poderíamos como dita a mesma Lei.

A nossa pergunta é outra, considerando que isto é uma deliberação da Assembleia Municipal sobre uma taxa, se esta deliberação não tem de seguir os mesmos trâmites que outras? Ou seja, lembro-me quando nós já a apresentámos no passado e remetemo-la para a ordem de trabalhos e tem de entrar na ordem de trabalhos para ser deliberada, como é evidente, caso contrário não pode ser deliberado, porque é uma proposta de alteração...

**Presidente da Mesa** – Estou a perceber a dúvida, a diferença é uma proposta nova que não foi incluída na ordem do dia e tem de ser admitida para a ordem do dia no plenário, outra coisa é a matéria que está em discussão sofrer alterações, portanto, a matéria já está em discussão, no caso ainda não houve discussão, houve uma intervenção que veio logo a seco e que diz que a proposta deles é de 0,36. É a mesma matéria, é a matéria do valor do IMI que está em apreciação e o que o PS está a propor é que se abaixe o valor para 0,36. A matéria já está em discussão, está admitida, não é matéria nova para incluir um ponto novo, é essa a diferença no meu ponto de vista.

Primeiro, o método de deliberação, nós temos aqui uma proposta de deliberação sobre o Imposto Municipal de Imóveis no ano de 2024 e esta proposta contém as taxas que foram aprovadas na Câmara a serem propostas à Assembleia e aqui neste debate há um Grupo Municipal que diz que não concordam com a taxa proposta pela Câmara e propõem outra, e temos que a votar.

O senhor deputado agora quer a defesa da justificação dessa proposta, faça favor.

**Mário Aranha (PS)** – Nós defendemos em reunião de Câmara e temos defendido já há vários anos a descida do IMI em Setúbal, que é um valor que continua extremamente elevado. Só para termos uma noção, mesmo com os 0,36 vamos continuar a ser dos concelhos, aqui da Península, com o IMI mais elevado.

Para vermos a diferença de um concelho governado pelo PS, o Barreiro tinha 0,38 e baixou para 0,35. E aqui mesmo ao lado, em Palmela, onde é governado pela CDU, mas em coligação com o PS, o IMI é 0,31%. Almada também é 0,35%, curiosamente um concelho da CDU, Seixal, é de 0,33 e meio, Montijo é 0,34 e Alcochete é 0,35.

Mesmo com os 0,36, estamos a ser pouco ambiciosos, mas tendo em conta as despesas e a responsabilidade que sempre guiou o PS nestas matérias, queremos uma descida gradual. Não é isto que vai impedir a Câmara de investir, não é isto que vai impedir a Câmara de conseguir realizar os seus objetivos. Como nós vimos o IMI, felizmente, neste mandato tem descido sempre e as receitas, nomeadamente até em impostos diretos onde isto aqui tem mais implicação, não param de subir a 2 dígitos, como nós vimos ainda nesta Sessão da Assembleia Municipal e, neste momento, até já estão a subir 13%, cerca de mais 5 milhões.

Nós pensamos que descer o IMI tem um efeito muito positivo, somos uma cidade de pequenos proprietários de casas, portanto, o que irá beneficiar a esmagadora maioria da população e, por isso, consideramos que é uma proposta extremamente válida e responsável.

**Nuno Carvalho (PSD)** – Gostava de começar por referir que esta matéria para o PSD, no que diz respeito ao IMI, onde o Partido Social Democrata tem estado ao lado daquilo que é a redução gradual deste imposto, como de resto não é uma ambição deste mandato, é uma ambição que tem se vindo a expressar ao longo de vários mandatos anteriores, é uma matéria fundamental e está intimamente ligada àquilo que é a ideia do PSD para a redução de rendimentos, aliás, o aumento de rendimentos para os setubalenses e azeitonenses. Essa matéria é revelada naquilo que foi a proposta do PSD para o IRS, para o IMI, para o IMI familiar, tal como na matéria da derrama para as microempresas até a uma faturação no valor de 150 mil euros. Tal como também se evidencia essa mesma matéria sobre aquilo que são os apoios fundamentais na área dos transportes, da alimentação nas escolas e efetivamente este bolo é um bolo fundamental para que o rendimento dos setubalenses possa continuar a ser maior, mais disponível no final de cada mês.

Esta é uma matéria que o PSD tem vindo a insistir e quando se gerou a crise inflacionista, cujos impactos ainda hoje vivemos, já não de uma forma tão acentuada, se torna cada vez mais importante. E aplicar medidas como, por exemplo, o IRS que incide sobre um conjunto alargado de trabalhadores, são medidas fundamentais, são medidas muito importantes e que poupam às famílias setubalenses e azeitonenses milhares de euros, acrescido àquilo que é o IMI familiar em função do número de dependentes e acrescido àquilo que é a redução do IMI.

Para nós, para o Partido Social Democrata, as mudanças não devem estar guardadas na gaveta ou à espera em função de termos ou não a Câmara Municipal connosco, de termos ou não um Presidente de Câmara Municipal que seja do PSD, de termos ou não o apoio do partido A, B, C, D, o PSD avança com respostas, discute, debate e espera que elas consigam alcançar um bom objetivo. E têm vindo a alcançar



sistematicamente ano, após ano, e tem permitido poupar milhares e milhares de euros às famílias dos setubalenses, onde o IMI não é exceção.

Neste quadro não podemos analisar um programa para a cidade, como é aquele que nós avançamos e propomos e que, felizmente, temos contado com o apoio dos partidos nesta Assembleia Municipal e na Câmara Municipal para afunilar apenas uma visão para o IMI e, esse mesmo sentido, este ano, também, propusemos uma taxa que mantém a redução do IMI. Dentro deste contexto em que, efetivamente, não se resume tudo ao IMI, mas a uma política mais vasta, pensando precisamente na mudança que quisemos fazer e queremos fazer e esperando, evidentemente, que possamos à mesma contar com o apoio para as outras propostas que lançámos para a cidade e que no seu cômputo geral, voltamos a referir, foram fundamentais. Foi um sinal de mudança de que não só devíamos ter tido em Setúbal um cenário sem maioria absoluta há mais tempo, como, provavelmente, esperemos naquilo que é a nossa visão que os setubalenses e azeitonenses possam olhar cada vez mais para os partidos que fazem jus àquilo que é o seu programa e são coerentes com o seu trabalho diário e árduo, para aquilo que é a missão e o cumprimento dos seus objetivos que é precisamente fazer com que os setubalenses e azeitonenses possam viver melhor.

O IMI, nesta matéria, é um entre vários impostos e várias medidas ativas de apoio onde o PSD tem conseguido que essas medidas vinguem a favor dos setubalenses e dos azeitonenses. Nesse mesmo sentido, manteremos a nossa coerência, porque não podemos estar a baixar em todo o lado, temos essa consciência, mas naquilo que podemos e até onde podemos esticar a corda, naquilo que é a nossa visão de devolver os rendimentos aos setubalenses e azeitonenses, assim o continuaremos a fazer.

**Vítor Rosa (BE)** – Sobre esta matéria, ao longo dos anos, o Bloco de Esquerda em várias intervenções apresentadas nesta Assembleia sempre defendeu a redução do IMI, considerando que houve condições para o executivo da CDU, nos seus cinco mandatos, dar um sinal político, claro e inequívoco aos setubalenses e azeitonenses da intenção de minorar a sua carga fiscal, baixando os valores da taxa de IMI em todo o concelho.

Quando falávamos de uma redução, fosse ela qual fosse, o argumento apresentado para a recusa por parte da CDU foi sempre o cumprimento do Contrato de Reequilíbrio Financeiro, e o argumento, entretanto, encontrado a partir do início deste mandato foi o de não pôr em causa as contas certas do município. Ora nos últimos 2 anos, temos assistido a uma vitimização da CDU sobre a perda de receitas do IMI, que punham em causa investimentos sérios no concelho. Certo é que aquilo que, nos últimos dois anos, colocava em causa esses investimentos já não os coloca agora com a aprovação pela CDU e PSD desta proposta com os mesmos valores de 0,8% e 0,37.

O mesmo se passa com o PSD, que tão depressa critica a má gestão financeira do executivo e era a favor da descida do IMI, como agora se junta ao executivo para aprovar os mesmos valores do ano transato e dessa forma dá uma no cravo à CDU, mas também dá uma na ferradura ao não aprovar o seu orçamento para 2025.

A proposta de deliberação apresentada para o IMI, sustentada no apoio do PSD e CDU, mostra bem o quanto pesa a aproximação de eleições em que todos querem ficar bem na fotografia. A não existência de orçamento para o ano 2025 e os condicionalismos que daí advêm, leva-nos a não acompanhar esta deliberação, optando pela abstenção.

Entendemos que, face às dificuldades das pessoas e aos valores de diminuição das receitas do IMI com a taxa atual, que se comprovou não serem fatores decisivos para uma gestão de investimentos que só não existem por más opções de gestão financeira e política, que era possível continuar um caminho de redução do valor do IMI, tal acionou o que quiseram CDU e PSD.

Como em 2023 disse sobre esta matéria, e pegando nas palavras do Secretário-Geral do PCP, Paulo Raimundo, quando disse que as contas certas do Governo desacertam as vidas dos portugueses, seria uma boa altura para que este executivo usasse as palavras do seu líder e dizer também que não é o valor que esta Câmara deixa de receber que põe em causa as contas certas, mas que é mais importante não desacertar as vidas dos setubalenses e azeitonenses.

**Luís Maurício (CH)** – A descida de impostos tem sido uma das principais bandeiras do Partido CHEGA, refletida sob política de alívio fiscal para todos.

A redução dos impostos, como o IMI, traduz-se diretamente em mais dinheiro disponível para as famílias de Setúbal e Azeitão, promovendo uma melhoria no poder de compra e qualidade de vida. Esta medida constitui uma mais-valia significativa para todos, reforçando a economia local e beneficiando os municípios. Com isso, nós vamos acompanhar esta proposta.

**Afonso Luz (CDU)** – O que está a ser discutido é a proposta de alteração?

**Presidente da Mesa** – O que está a ser discutido é a proposta apresentada pela Câmara e concomitantemente a alteração que a bancada do PS propôs. A votação será, primeiro a alteração na especialidade naquele ponto, que é o ponto 1. b) da parte deliberativa da proposta e se for aprovado é alterado, se não for aprovado, vota-se como estava inicialmente aprovada na Câmara.

**Afonso Luz (CDU)** – Relativamente a esta proposta de alteração em concreto, entendemos que isso faz parte da estratégia que o Partido Socialista já tem há muito tempo, de asfixiar financeiramente a Câmara Municipal e com isso colocar em causa os investimentos e a própria prestação de serviços às populações.

Estamos aqui a falar de um imposto que tem a ver apenas com os rendimentos dos setubalenses, dos proprietários de casa e, para além disso, estamos a falar de muitas empresas proprietárias de imóveis que, essas sim, acima de tudo irão ser beneficiadas com esta baixa constante do IMI.

Só para terem uma noção, das 50 entidades que mais pagam IMI no concelho, apenas existe um particular, o resto estamos a falar de grandes empresas, de bancos, são estes que, efetivamente, irão beneficiar destas descidas do IMI. Para o restante da população de Setúbal e de Azeitão isto, em termos anuais, resume-se a meros trocos. Entretanto, beneficiando empresas, beneficiando bancos e é a esses que estamos a dar esta benesse tendo, como contrapartida, a redução da receita da Câmara Municipal.

Depois é o mesmo PS que vem mostrar-se muito preocupado com a situação financeira da Câmara, é disto que estamos a falar. Evidentemente que o PSD tem razão quando diz que esta questão do IMI tem de ser vista no conjunto dos impostos cobrados pela Câmara e não como uma questão pontual que é apenas um autêntico fetiche esta redução do IMI. É um fetiche que o PS tem com esta questão como se isto fosse...

Está mais alguém a intervir?

**Presidente da Mesa** – Peço alguma contenção nos comentários, não sei se é das bancadas, se é da plateia, mas peço a todos contenção.

Senhor deputado faça favor de concluir.

**Afonso Luz (CDU)** – A CDU está contra esta alteração que é agora proposta, e mais, até entendemos que esta proposta apresentada aqui nesta Assembleia Municipal, por parte do Partido Socialista, é um autêntico mostrar de um cartão amarelo aos seus vereadores na Câmara Municipal que aprovaram uma determinada taxa e eles vêm aqui propor uma alteração e isto é desresponsabilizar os seus eleitos na Câmara Municipal.

**Paulo Lopes (PS)** – Quero corrigir o deputado Afonso Luz, é que os vereadores do PS votaram contra a proposta, não há aqui nenhum desalinhamento entre a bancada dos deputados e a dos vereadores.

É só para repor a verdade, mais nada.

**Presidente da Câmara** – A minha intervenção vai, exatamente, no sentido de tornar claro aquilo que vem sendo, desde o início deste mandato, a postura do Partido Socialista relativamente a um executivo que é minoritário. É verdade, e aproveita-se dessa situação para trazer aqui propostas que, como também já tive oportunidade de referir bastas vezes, estão a pôr em risco a capacidade da Câmara Municipal de executar o seu programa, de desenvolver o nosso concelho, de continuar a criar qualidade de vida para as populações de Setúbal e Azeitão.

Já referi que as propostas de redução de receitas na Câmara Municipal, que o Partido Socialista tem a dianteira nesse processo, tem uma estimativa de redução de mais de 20 milhões de euros no final deste mandato.

Poderíamos considerar que desses 20 milhões de euros, uma boa parte serviria para pagar faturas em atraso, que os senhores vêm aqui tanta vez questionar porque é que a Câmara Municipal tem pagamentos em atraso.

Depois continuam com esta política cega de não saber fazer a diferença em cada situação, como comparar Setúbal com Palmela ou com um outro município qualquer, é, naturalmente, ter uma visão estreita tipo avestruz que mete a cabeça na areia e não é capaz de avaliar do que é que estamos a tratar em cada situação. Temos de olhar para a situação da Câmara Municipal Setúbal, tal como ela é, não é comparando-a com outras situações que são diferentes nos resultados da receita e também da despesa.

Os senhores vereadores do Partido Socialista disseram aqui que o Sr. Presidente tinha dito que há um défice nas receitas do município, mas o que verificamos é que relativamente à cobrança de impostos ela continua a subir. Os senhores deputados só vêm a cobrança de impostos, não são capazes de olhar para a outra parte do orçamento, que são os custos de funcionamento, que alguém já hoje aqui falou.

Qual é o aumento significativo dos custos dos salários dos trabalhadores da Câmara Municipal? Qual é o aumento que tem acontecido nos últimos anos, senhores deputados? Os senhores não querem ver, mas ainda hoje no almoço com os trabalhadores do município tive oportunidade de explicar.

Em 2021, quando tomámos posse aqui nesta Câmara Municipal, tínhamos cerca de 1.600 trabalhadores, hoje temos cerca de 2.400 trabalhadores, só não vê quem não quer, senhores deputados.

Ó senhores deputados, os senhores metem a cabeça na areia, procuram enganar os setubalenses com as vossas propostas, que são sempre propostas irrealistas que não tem em conta a realidade dos factos e isso põe tudo em causa, como aconteceu com a votação que fizeram no orçamento municipal para 2025.

O que temos afirmado é que vamos denunciar essa postura junto das populações e os vamos acusar pelo atraso na capacidade de investimento que a Câmara Municipal tem no pagamento das faturas em atraso que continua a aumentar, porque continuamos a desenvolver uma política que tem como objetivo central servir melhor as nossas populações como temos feito desde 2002 quando entrámos aqui nesta Câmara Municipal e tivemos de suportar um Contrato de Reequilíbrio Financeiro, por força da política que os senhores fizeram aqui durante 16 anos.

Isto é que são os factos e é necessário que as populações deste concelho continuem a ter a informação correta com os dados corretos e não como os senhores que metem a cabeça na areia como faz a avestruz e só olham para o lado que lhes convém em cada momento.

**Presidente da Mesa** – Senhor deputado Mário Aranha, se reparar o Sr. Presidente já tinha pedido a palavra há muito tempo, e procurei que os deputados do plenário fizessem primeiro as suas intervenções.

A proposta vem da Câmara, quem representa a Câmara é o Sr. Presidente e quem no final, em cada uma das deliberações que tomamos, está a ser julgado em relação à proposta que traz é a Câmara, é o Executivo através do Presidente e normalmente é a sua intervenção que encerra a discussão e nós estamos sempre a tentar repetir a discussão.

Não estou a impedir contraditório nenhum, estou a chamar para esta metodologia que nós devemos assumir, mas também não estamos a dizer que ninguém pode intervir depois do Presidente. Peço que considerem como termo, porque o senhor vai-me dizer que vai pôr argumentos novos ou vai dizer os que disse há bocado? Normalmente é isso que acontece.

Os argumentos estão postos em cima da mesa, depois é só estender o tempo, mas eu não o estou a impedir, estou-lhe a chamar a atenção que não havendo argumentos novos, consigamos conter o debate dentro do essencial das intervenções, porque não é só este ponto que está em discussão, são muitos outros.

**Mário Aranha (PS)** – Vou aqui citar a atual líder do Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República numa intervenção que ela fez em 15 de março de 2016 sobre o IMI. O PCP propôs e foi aceite diminuir a taxa máxima de 0,5 para 0,45, segundo a Paula Santos, esta proposta tem um enorme alcance, porque milhares de famílias verão reduzidos os impostos, neste caso o IMI, sendo esta a diferença que marca a proposta do PCP do que foi prática do PSD e do CDS, que impuseram aos portugueses um brutal aumento de impostos. O que o PCP propôs foi a exoneração desses mesmos impostos, neste caso concreto do IMI para as famílias. Isto era a posição do PCP em 2016, aqui em Setúbal que é poder e que tem hipótese de baixar o IMI para as famílias, não o quer.

Na altura, em 2016, isto é um imposto municipal e pelos vistos não teve essa preocupação com as finanças das várias câmaras, porque a preocupação, e bem, foi desonerar as famílias e essa é também a nossa preocupação. Até porque, mais uma vez, a realidade o que demonstra é que, apesar de algumas baixas de impostos que a oposição, e bem, tem feito a nível camarário, as receitas correntes não deixam de subir. Portanto, não só a Câmara cada vez consegue cobrar mais impostos e até de montantes bastante significativos e isso não têm feito.

Agora se a Câmara, se o Executivo não está a fazer o trabalho de casa, que nós já temos referido há dezenas de anos, que é ter uma estrutura mais leve, desburocratizar, investir para poupar, arranjar novas fontes de receita que não onerem os setubalenses, como, por exemplo, investir em habitação e em habitação de renda acessível. A CDU tem outras prioridades, pois é normal que o nível de receitas não aumente muito mais, mas 13% de aumento de receitas não é suficiente? Acho que há aqui mais do que margem para baixar o IMI.

**Vanessa Silva (CDU)** – Quero só prestar um esclarecimento à Assembleia, especialmente ao senhor Mário Aranha, sobre as declarações da nossa deputada na Assembleia da República, nossa líder parlamentar de bancada, que é, aliás, a posição do PCP.

A proposta que fizemos de alteração das taxas de IMI insere-se numa política mais global e num conjunto global de propostas que, também, tem uma questão central que o senhor preferiu omitir, que é que a participação dos municípios nas receitas do Estado sobe exponencialmente face àquilo que os deputados do PS na Assembleia da República, entre outros, defenderam.

Portanto, a nossa proposta não foi uma proposta isolada, foi uma proposta global e se houvesse aumento das receitas, da participação nas receitas do Estado por parte dos municípios, os municípios não perdiam receita, que é, aliás, algo que nós temos bastante cuidado de fazer quando apresentamos as propostas. Podia-lhe falar de um conjunto alargado de número de propostas em sede de alterações à Lei das Finanças Locais, mas vou ficar por aqui que é para me situar na citação que fez.

**Nuno Carvalho (PSD)** – Só deixar uma última nota sobre toda esta discussão, até porque o Sr. Presidente da Câmara Municipal falou aqui no orçamento. Primeiro, é um orçamento que, claramente, não tinha condições para o PSD dar o seu voto a favor e até havia um conjunto de objetivos que compreendemos que eram fundamentais para o nosso concelho, como era o caso da habitação, que não ficam prejudicados com este orçamento.

Em segundo lugar, deixa-nos bastante claro aquilo que foi a nossa crítica sobre aquilo que é algo que se revela fundamental quando se desenha qualquer orçamento, que é depois olhar para a sua execução.

Efetivamente quando olhamos para o conjunto de despesas que aqui são indicadas, como aquelas que ficam impossibilitadas de serem aplicadas e de serem gastas, por via da falta de arrecadação de impostos, nós olhamos precisamente para aquilo que é a dimensão do orçamento e da sua execução. Para quê tanto dinheiro se não se executa como é suposto executar?

Conseguimos perfeitamente compreender que também temos visões bastante distintas no que diz respeito àquilo que é a nossa visão pós-desenvolvimento socioeconómica da cidade. Mas são visões diferentes do PSD para a CDU e são visões diferentes, possivelmente, também para os outros partidos. O certo é que hoje temos aqui uma Assembleia Municipal que está a deliberar, que está a tomar decisões importantíssimas para as famílias azeitonenses e setubalenses e temos, de facto, propostas no que diz respeito ao IRS, ao IMI, ao IMI Familiar, à Derrama e que todas elas reduzem impostos e que o PSD propôs estas mesmas taxas.

De facto, creio que, da parte do Grupo Municipal do PSD, dá-nos um sentimento de compromisso e de execução daquilo que é a nossa missão e do nosso programa. Inclusive, fomos além do nosso programa e é importante focarmo-nos numa coisa, até quando se houve aqui algumas vozes do Partido Socialista, em que há uns tempos ouvia-se um conjunto de vozes que se manifestavam sobre as posições do PSD e ainda bem que se manifestaram e ainda que se manifestam e é bom que o façam.

Só vos digo uma coisa, até porque tenho pouco tempo e aproveito para não por palavras minhas, ponho palavras de Óscar Wilde, *“Aqueles que não fazem nada estão sempre disponíveis para criticar quem trabalha.”* Não é por apresentar uma proposta de uma taxa do IMI que os senhores têm legitimidade, se calhar, para conseguir olhar os vossos eleitores como o PSD pode olhar os seus.

O que desejamos para vocês é que, efetivamente, no próximo ano de 2025 consigam ir além do IMI e lançar propostas que estão no vosso programa, mas que nunca conheceram a luz do dia aqui a nível autárquico.

**Afonso Luz (CDU)** – A propósito do que foi afirmado pelo senhor deputado Mário Aranha em que nos informa aqui que o aumento de impostos foi de 13%, mas há mais receitas e este aumento de 13% deve-se exclusivamente ao IMT, nada tem a ver com o IMI que estamos aqui a discutir.

Ainda há pouco na informação da Câmara Municipal, no capítulo da informação financeira podemos ver que o total de todas as receitas correntes aumentaram apenas 11% e as receitas de capital estão até inferiores a 59% relativamente a 2023.

Por outro lado, há aqui um facto que está a ser ocultado, que são as implicações que têm tido o processo de descentralização para os municípios e que levam todo este aumento de receita e muito mais.

Podemos verificar aqui, também, nesta informação financeira relativamente a novembro e a comparação com o mesmo período de 2023, que enquanto as transferências correntes, o que a Câmara recebe do Estado, aumentou 1.900 mil euros, só em despesas com o pessoal para fazer face às novas exigências aumentaram 2.600 mil. Se alguém quer saber para onde é que vai a receita, é para aqui e não chega e este processo desastroso de descentralização teve a aprovação de partidos que não foram a CDU.

**Paulo Lopes (PS)** – A minha intervenção é um pouco em resposta à intervenção do Sr. Presidente da Câmara, que acusa a baixa do IMI e o Partido Socialista de irresponsabilidade e que coloca em causa as contas do município.

Estamos a falar de uma décima, porque os senhores já aprovaram 0,37 e para 2025 estão a aprovar 0,37 e estão a dizer que essa décima é responsável pelos mais de 55 milhões do total da dívida da autarquia.

Acho que têm de explicar, fazem um acordo com o PSD, para o PSD vir aqui fazer este número e depois vêm dizer que o 0,36 que o PS apresenta como alternativa que é a desgraça e que traz a ruína da Câmara. Então os senhores estão a aprovar 0,37 e depois vêm dizer que isto está a pôr tudo em causa, mas os senhores estão a aprovar, são os senhores que propuseram no passado e este ano até foi o PSD que fez esse serviço por vós, manter a taxa e não baixar.

Sim, porque se o PSD pode dizer que não temos legitimidade para olhar nos olhos os nossos votantes, eu também tenho autoridade para dizer isto, desculpem lá. O Sr. Presidente falou como quis, o senhor deputado do PSD falou como quis e eu também falo como quero e a responsabilidade das minhas intervenções são minhas.

Dizer que há um défice de 20 milhões quando os senhores aprovam 0,37 e nós estamos a propor 0,36, não, não há um défice de 20 milhões, quanto muito poderia haver um défice dessa diferença, é que os senhores estão a aprovar os 0,37 e depois vêm-se vitimizar, nós aprovamos, estamos a favor, mas, afinal, somos contra porque isto põe... Decidam-se! O que é que querem fazer? Digam lá, são contra baixar, mas baixam pouco e nós achamos que deviam baixar mais. Em 2021, o IMI era de 0,4, havia a maioria absoluta, agora não, tiveram de baixar. Lembram-se desses tempos? Desses tempos tenebrosos do Reequilíbrio Financeiro, mas vocês vão deixar uma dívida maior do que a que herdaram em 2001. Essa é que é a verdade.

Vamos ver em 2025 qual vai ser a dívida e vamos ver como é, se calhar, as contas de 2001 que herdaram não eram as contas que se falava, se calhar, ainda vão ter que falar muito sobre isso, sobre o passado, mas não é o passado de há 30 anos, porque, quando se pega num ciclo e diz-se que nós estamos a fazer a partir de 2022. Não, não! Os senhores estão aqui desde 2001 e têm de prestar contas sobre esse percurso todo. Agora parece que não interessa, mas tem de interessar, para todos, para os que cá estiveram e que querem voltar, para os que estiveram e já não vão cá estar e para aqueles que hão de vir.

Em minha opinião, é que, quando se tenta fazer o papel de “não nos deixam trabalhar”, já parece o Cavaco, e, sinceramente, não quero ofender de maneira nenhuma o Sr. Presidente da Câmara fazendo também a minha analogia, porque eu também não gostaria, mas não utilize essa expressão, nem utilize esse papel que eu acho que não lhe cai bem.

**Presidente da Câmara** – Esta minha intervenção é só no sentido de clarificar algumas meias-verdades que são ditas e que naturalmente me cabe também clarificar.

Relativamente à afirmação que o senhor deputado faz, de que cada vez temos um maior valor de impostos cobrados e isso se deve ao desenvolvimento da atividade económica no nosso concelho e isso deve-se à criação de condições para que os privados invistam cá no concelho, ao contrário do que os senhores tanto dizem para se declarar quais são as empresas que vão investir, quais são os nomes das empresas, sabem que eu não faço isso, que não tenho de fazer isso.

Naturalmente que os senhores sabem as empresas que vão investindo, que têm em construção, neste momento, mais de mil fogos em construção de habitação, só como exemplo. Os senhores não vêm, não querem ver, mas isto é a atividade económica e que tem como resultado uma maior cobrança de receitas.

Mas aquilo que os senhores não querem ver são os custos do funcionamento da Câmara Municipal hoje e os custos da Câmara Municipal hoje têm a ver com custos de pessoal e com custos de funcionamento. E uma boa parte dos custos de pessoal e de funcionamento, têm a ver com as políticas que o seu Governo tomou e que têm como consequências, em todas as câmaras, mas no caso da Câmara Municipal de Setúbal com a política de transferência de competências na área da Educação, desde abril de 2022 até junho de 2024.

Os resultados aprovados em relatório da Comissão de acompanhamento das transferências, não é da Câmara Municipal, não é nenhum técnico da Câmara Municipal que fez estas contas, é da própria Comissão de acompanhamento das transferências. Como se sabe, tem um conjunto de entidades que aprovaram, são 3.750 mil euros até ao 1º semestre de 2024. De quem é a responsabilidade, senhores deputados? De quem é a responsabilidade?

O que é que 530 trabalhadores, que impacto é que têm numa Câmara Municipal que tinha 1.600 trabalhadores? Que impacto têm? Aos senhores essas contas não lhes interessam fazer e é isto que eu quero chamar a atenção e quero clarificar. Porque os senhores deputados só olham para o lado que lhes convém, não são capazes de terem uma visão de conjunto e terem em conta o impacto que isto tem no desenvolvimento do nosso concelho e na qualidade de vida das nossas populações.

Por outro lado, também queria chamar a atenção, porque para os senhores qualquer coisa serve e então trouxeram aqui uma intervenção que uma senhora deputada do PCP fez na Assembleia da República a dizer que os partidos do PSD e do PS não queriam baixar os impostos. Exatamente aquilo que eu tenho vindo a defender aqui na Câmara Municipal, é que aprovem as propostas que os partidos da CDU têm apresentado para baixar os impostos na Assembleia da República, porque nós também consideramos que há impostos a mais e na Assembleia da República, onde é o sítio certo, nós apresentamos as propostas e não são aprovadas, porque o PS e o PSD votam contra essas mesmas propostas.

Porque é que é aí que eu digo que se deve fazer essa diferença de baixar os impostos? Porque aquilo que os senhores fazem é errado, já disse há pouco e volto a referir, os senhores não podem andar a comparar o município A com o município B e com o município C, em termos das taxas que cobram, porque são realidades diferentes e não se podem comparar realidades diferentes para justificar decisões que são abstratas só por uma questão de dizer que baixamos os impostos.

Baixem os impostos no sítio certo e os senhores deputados é que têm os vossos partidos no poder, baixem os impostos aí e nós apoiaremos. Aqui, na Câmara Municipal de Setúbal, cabe-nos a nós gerir e cabe-nos a nós defender os interesses das nossas populações e é disso que nós tratamos e falamos. Nós somos a favor de baixar os impostos, agora na Câmara Municipal é preciso saber os termos e até onde é que nós podemos ir. Como os senhores muito bem sabem, é verdade que não podíamos baixar os impostos enquanto esteve em vigor o Contrato de Reequilíbrio Financeiro e enquanto não houve uma pronúncia do Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, os senhores sabem isso muito bem.

Mas a partir daí a CDU, na gestão da Câmara Municipal, embora com maioria absoluta teve uma postura de baixar os impostos, designadamente o IMI. Nós, quando chegámos aqui em 2021 o IMI era 0,44, e nós apresentámos uma proposta para 0,43, isto é uma visão da situação financeira que a Câmara Municipal de Setúbal tem e que tem há muitos anos e, naturalmente, nós temos de ter em conta aquilo que são os fornecedores da Câmara Municipal.

Os senhores sabem muito bem que recebemos um valor de uma garantia bancária da concessionária Águas do Sado, de 12 milhões e meio de euros e no final de 2022 decidimos que não era para fazer investimento, decidimos que era para pagar faturas em atraso, porque temos consciência da importância que têm aqueles que trabalham connosco e da confiança que precisamos que tenham na nossa gestão. É assim que nós fazemos, os senhores são irresponsáveis, porque o vosso argumento continua a ser que têm de aumentar as receitas e o resto não conta.

Senhores vereadores e senhores deputados municipais do Partido Socialista, acho que deveriam ponderar melhor na vossa estratégia política.

**Presidente da Mesa** – O que está aqui em causa é que, como dizia o senhor deputado Paulo Lopes, vale pouco, vale uma décima, que é igual para cima e que é igual para baixo. Essa décima de diferença da proposta de alteração consta na proposta da Câmara no ponto 1, alínea b) da parte deliberativa, em que o Partido Socialista propôs que nos prédios urbanos em vez de 0,37, seja 0,36.

Então vamos votar essa alteração e a seguir votamos a proposta com ou sem a alteração.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do PS.

A proposta de alteração (0,36), apresentada pelo PS, foi rejeitada por maioria e em minuta, com 23 votos contra, 17 da CDU e 6 do PPD/PSD, uma abstenção do BE e 13 votos a favor, 9 PS, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL.

**Presidente da Mesa** – Mantêm-se a proposta original.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 27 votos a favor, 17 da CDU, 6 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL, 9 votos contra do PS e uma abstenção do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 46.

#### **9. Deliberação n.º 067/2024/AM – Delib. CM n.º 612/2024 – Participação Variável de IRS para o ano 2024**

**Afonso Luz (CDU)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor do PS, PPD/PSD, CH e IL, a abstenção do PAN e os votos contra da CDU e BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 41.

**Manuel Fernandes (PS)** – Vou tentar fazer um esforço para não perder o discernimento, tendo em conta a longevidade que já tenho, porque também já tenho alguns cabelos brancos.

Relativamente ao ponto da participação variável do IRS, tenho aqui uma intervenção que tinha escrito, mas antes da intervenção escrita tenho de fazer aqui um preâmbulo, tendo por base que a argumentação que irá ser utilizada pelos membros do executivo, nomeadamente pelo Sr. Presidente, certamente será exatamente a mesma que foi utilizada no ponto anterior.

Não querendo abusar da minha ousadia, mas tentando me antecipar, obviamente que compreenderei o mal-estar ou o desconforto do Sr. Presidente face à votação que foi feita em reunião de Câmara com os vereadores da oposição a contrariarem aquilo que é a pretensão do executivo.

Nesse sentido, eu gostaria, antes de mais, dizer que o Sr. Presidente há bocado fez aqui uma afirmação, uma vez mais, e penso que a noite não lhe deve estar assim a correr tão bem, que ao longo do mandato o Partido Socialista é responsável por retirar uma receita na ordem dos 20 milhões, tendo por base a redução dos impostos e com isso comprometer o pagamento aos fornecedores. Foi isso, mais ou menos, que o Sr. Presidente disse.

Senhor Presidente, quando tinha a taxa máxima de IMI e a participação variável do IRS no máximo, o Sr. Presidente tinha a maior dívida a fornecedores desta casa, portanto, lamento, mas uma vez mais não é verdade aquilo que o senhor aqui afirmou. Lamentavelmente, dívidas a fornecedores têm acompanhado os executivos e as maiorias absolutas das quais o senhor tem feito parte.

Se no início deste mandato ainda subsistiam dúvidas sobre a composição política da Assembleia Municipal de Setúbal, uma dúvida pelo menos já ninguém tem, com a perda da maioria absoluta da CDU o peso dos impostos municipais é hoje menor no bolso dos setubalenses e azeitonenses a cada ano que passa. Julgo que quanto a isto não há dúvidas nenhuma e é preciso recordar.

As sucessivas propostas para reduzir a participação variável do IRS, trazidas esta Assembleia pelo Partido Socialista, ao longo dos anos, esbarraram-se sempre, mas sempre nas maiorias absolutas da CDU, sendo o chumbo o único destino anunciado.

A inversão desse caminho só se deu a partir de 2021, tal como o Sr. Presidente aqui afirmou, que já nos mandatos da CDU se tinha invertido o caminho dos impostos mais altos. Não, não é verdade, Sr. Presidente, foi só a partir de 2021, foi quando Vossa Excelência perdeu a maioria absoluta, foi só nessa circunstância. Lamento, mas esses argumentos, enfim.

Foi logo no primeiro ano de mandato que se registou o primeiro alívio na participação variável do IRS, mas se ficar ainda alguma dúvida na cabeça dos contribuintes que pagam impostos em Setúbal, olhemos em caso doutrinário para os outros concelhos que são liderados também pela CDU. Aqui lamento Sr. Presidente, mas tenho mesmo de fazer comparações, porque são os concelhos liderados pela CDU que não dão algum desconto, nenhum desconto no IRS aos seus contribuintes. Falo de Sesimbra, do Seixal, Palmela e Grândola, onde a CDU é poder e não deu qualquer desconto aos seus contribuintes, cobrando a totalidade da receita fiscal em sede de IRS. Assim seria também em Setúbal, tendo por base a decisão dos eleitos da CDU em reunião de Câmara.

A Câmara Municipal de Setúbal tem o dever de dosear a carga fiscal que de si depende, aplicando taxas consentâneas com as suas necessidades financeiras, sim, mas que ainda assim não se consubstanciem numa reiterada perda do poder de compra das famílias setubalenses e azeitonenses, permitindo que estas injetem esse dinheiro na economia local. Mais liquidez na economia local permite mais investimento, melhor desenvolvimento e que, a médio prazo, esse mesmo percurso provocará o aumento das receitas da Câmara Municipal.

O Partido Socialista vem defendendo, há vários anos, a redução progressiva da participação variável do IRS pela Câmara Municipal de Setúbal, em coerência assim será este ano e acompanhará a proposta de redução definindo para o exercício fiscal de 2024 a taxa de 3,3%.

**Rui Lamim (PSD)** – São 23h40 e estamos aqui a tratar, neste momento, de um assunto que é bastante importante, estamos a tratar da participação variável do IRS para o próximo ano.

O IRS, o rendimento das pessoas singulares, cujo município tem ao seu dispor 5% desse imposto que todos nós que trabalhamos, os reformados, etc., todos pagamos e 5% é do município. O município pode prescindir de nada ou dos 5%. Este município tem feito um caminho, um caminho correto, a proposta que aqui tenho na mão e que foi aprovada em reunião de Câmara, recentemente, foi proposta pelos vereadores do PSD, Fernando Negrão e Sónia Leal Martins, em que propõem que a participação seja de 3,3%. Concretamente significa que o município irá devolver 1,7% do IRS a cada um dos contribuintes individuais do município. É dinheiro do trabalho, maioritariamente, nós somos uma cidade e um concelho onde o rendimento das pessoas é maioritariamente vindo do trabalho.

Estamos a aliviar a carga fiscal e estamos a devolver aquilo que, no final de contas, é o dinheiro das pessoas, e o dinheiro custa a ganhar. Isto é muito importante. Este 1,7% que vai ser devolvido à população, as pessoas hão-de saber onde o empregar e irão empregá-lo bem, se calhar, vão empregá-lo melhor que o município. Nós temos aqui de ter uma posição de equilíbrio entre aquilo que são os impostos captados na população e as receitas do município. Tem de haver um equilíbrio, não é o desejável, porque o desejável seria fazer como outros municípios de devolver muito mais, mas ficamos para o próximo ano com 1,7 que é o equilíbrio possível entre a manutenção da receita de impostos do município para o seu funcionamento e a oposição está a dar as ferramentas necessárias para que esta gestão no próximo ano possa funcionar de forma correta, mas também a aliviar um pouco a carga fiscal dos setubalenses e devolver-lhes um pouco do dinheiro por via do IRS. Acho bem mais justo, socialmente, devolver dinheiro por via do IRS do que pela via do património, são 1,7%, é isto que está aqui em cima da mesa.

**Vítor Rosa (BE)** – Relativamente a esta deliberação reiteramos em coerência os argumentos apresentados em anteriores votações sobre esta matéria, a participação variável de IRS.

Os 5% do IRS são uma comparticipação num imposto para o município, é entendimento do Bloco de Esquerda, sendo este um imposto sobre o rendimento do trabalho, não deve o mesmo ser alterado no seu valor de receita para o município, porque os trabalhadores devem pagar este imposto pela sua condição e não pelo local onde habitam.

Como sempre, esta medida de devolver uma percentagem deste imposto só favorece quem mais recebe, nunca sendo uma verba significativa, pelo contrário, a verba global permite a sua redistribuição por todos, sendo aplicada nas funções do município. Votamos contra esta deliberação.

**Afonso Luz (CDU)** – Relativamente a esta proposta, a CDU continua contra esta redução da participação variável, para já, porque é uma redução que não beneficia aqueles que mais necessitam, pelo contrário, favorece aqueles com maiores rendimentos, porque, infelizmente, mais de metade da população não paga IRS e isto vai beneficiar apenas aqueles que mais têm. Por outro lado, isto é mais uma medida que faz parte da tal estratégia que já foi aqui referida, a asfixia financeira e, por isso, iremos votar contra.

Aproveito para fazer uma correção ao que foi dito pelo deputado Manuel Fernandes, já no mandato anterior o IMI tinha descido até 2 vezes. Sim, mas desceu e não foi necessário perder a maioria absoluta para que isso acontecesse, portanto, não é verdade que o IMI se tenha mantido no máximo durante mandatos anteriores em que tivemos a maioria absoluta.

**Manuel Fernandes (PS)** – Apenas um breve esclarecimento. Senhor deputado Afonso Luz, o que é que é considerado um rico ou uma pessoa com mais posses para a bancada da CDU? Não paga IRS quem tem vencimentos semelhantes ao salário mínimo, paga IRS quem tem vencimentos acima do salário mínimo. Acima do salário mínimo, estamos a falar em quase 50% da população, entre o salário mínimo e o salário médio, estamos a falar em cerca de 46% da população.

Para pagar IRS não precisa ter salário mínimo, não precisa de ter rendimentos altos, basta ter um rendimento superior ao salário mínimo. É rico um trabalhador que ganha menos de mil euros por mês? Menos de mil euros por mês, é uma pessoa rica? Essa pessoa já tem de pagar IRS, porque é uma pessoa com posses? É essa a perspetiva de riqueza da CDU? Não pode haver classe média para a CDU?

**Nuno Carvalho (PSD)** – Serei muito breve. Em primeiro lugar, reforçar aquilo que disse o meu colega deputado municipal Rui Lamim, no que diz respeito à importância de reduzir este imposto e, também, concordar com esse mesmo tom que foi indicado por parte do senhor deputado Manuel Fernandes.

Para nós, é tão importante contar com o apoio do Partido Socialista aqui, como é importante contar com o apoio dos outros partidos em quaisquer que sejam as propostas.

Esta intervenção, que quero que seja breve, apenas estipula que quando temos como missão apoiar aquilo que consideramos que é fundamental e a política é fundamental para aquele determinado momento. Não é porque o Partido Socialista se abstém ou vota contra ou, neste caso, votará a favor, esperemos nós, que estaremos coligados com o Partido Socialista. E esta forma de discutir política, se acharmos que, de repente, dois partidos votam no mesmo sentido a mesma proposta que estão coligados, como ouvimos nas intervenções anteriores, é uma forma de transformar a política numa paródia e foi o que aconteceu anteriormente.

Eu louvo a intervenção do senhor deputado Manuel Fernandes, que se focou no objetivo da proposta. Porque nós já vimos o Partido Socialista e o PSD a terem votações diferentes e a CDU. Ainda há poucos dias o Partido Socialista votou e viabilizou o orçamento em freguesias da CDU e isso são posições que são legítimas e que nós podemos concordar ou discordar. Daí extrair e extrapolar para as palavras que aqui ouvimos e é, efetivamente, transformar a política numa paródia, é uma discussão que não é séria.

Julgo que, efetivamente, aquilo que foi dito aqui por parte do Partido Socialista é fundamental, o apoio é importante e nós, obviamente, queremos que o IRS baixe mesmo que, neste caso, possamos não vir contar com o apoio de outros partidos, mas o fundamental é que toda a oposição se una e aprove esta proposta.

**Afonso Luz (CDU)** – Relativamente àquilo que foi afirmado pelo deputado Manuel Fernandes, gostaria que se soubesse aqui quanto é que beneficia, com esta medida, aqueles trabalhadores que têm vencimentos baixos e que já são atingidos pelo IRS? Se calhar, estamos a falar em 2 ou 3 euros por ano relativamente a esses trabalhadores.

Volto a afirmar, isto é uma medida que só beneficia quem tem altos rendimentos e quase não beneficia quem tem menos rendimentos e muitos deles, porque não têm IRS se quer, porque recebem o ordenado mínimo e menos que o ordenado mínimo, e não vão ser beneficiados com esta medida.

Volto a reiterar aquilo que afirmei há pouco.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões dois Deputados Municipais, um da CDU e um do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 18 votos a favor, 9 do PS, 6 do PPD/PSD, 2 do CH e 1 da IL, 17 votos contra, 16 da CDU e 1 do BE, e uma abstenção do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 47.

#### **10. Deliberação n.º 068/2024/AM – Delib. CM n.º 613/2024 – Medidas de Apoio – Derrama**

**Afonso Luz (CDU)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, PS, PPD/PSD, CH, BE e IL, e a abstenção do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 41.

**Paula Soeiro (PSD)** – Eu consigo entender a sua hesitação, porque isto é já no seguimento das outras intervenções anteriores, é dentro da mesma matéria, de qualquer forma permita-me aqui uma intervenção breve.

Esta proposta, para além de representar um alívio fiscal, é um reconhecimento da importância das micro e pequenas empresas no tecido económico local e na sustentabilidade das famílias e assim propomos, à semelhança do ano anterior, uma medida de isenção do pagamento da derrama sobre o lucro tributável de 2024 para as empresas, cujo volume de negócios não ultrapasse os 150 mil euros.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões três Deputados Municipais, dois do PS e 1 do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 34 votos a favor, 17 da CDU, 8 do PS, 6 do PPD/PSD, 1 do CH, 1 do BE e 1 da IL, e uma abstenção do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 48.

**Rui Lamim (PSD)** – Quero olhar para o relógio e dizer que faltam 5 minutos para o dia de amanhã e ainda temos bastantes pontos para tratar e estamos bastante cansados, como podemos ver a votação teve de ser repetida duas vezes. A proposta é suspendermos esta reunião hoje e continuarmos na próxima data regimental.

**Presidente da Mesa** – Quer dizer que agora vai aceitar uma reunião a 31 de dezembro?

**Luís Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra)** – Desculpem-me, mas acho que tem havido aqui um bocadinho de brincadeira a mais nesta Assembleia e que era altura de levarmos isto um bocadinho a sério e levarmos a Assembleia até ao fim.

**Paulo Lopes (PS)** – Mas eu não lhe reconheço autoridade para dizer isso, é falta de seriedade não continuar a Assembleia? Falta de seriedade é apresentar 20 propostas numa Assembleia. Mais valia estar calado, desculpe lá que lhe diga.

**Presidente da Mesa** – Estou cansado e estou a perceber que muitos dos senhores deputados também estão cansados e não fazemos isto por crer, nem por maldade, é porque nos desconcentramos.

Tomem atenção, não é a primeira vez que fazemos uma reunião e que terminamos à uma ou às duas da manhã, agora, não vamos deixar de votar o orçamento dos Serviços Municipalizados.

Nós com mais 30 ou 45 minutos terminamos esta sessão.

Recordo que houve aqui uma barragem séria, uma pressão séria para que a Assembleia não fosse feita na semana do Natal e Ano Novo, o executivo conseguiu antecipar as suas decisões e podia ter havido orçamento, não houve, mas fez-se a tempo de nós conseguirmos fazer a Assembleia a 20, agora chega-se à meia-noite e os senhores não querem continuar. Ainda não dei a palavra a ninguém, vamos lá ver.

Não temos muito calendário, vamos entrar na semana entre o Natal e o Ano Novo. Vou dar a palavra ao líder de cada Grupo Municipal que se irá pronunciar sobre até onde é que nós vamos, mas com um ponto de partida que eu julgo que não devemos abdicar, vamos deixar o orçamento dos Serviços Municipalizados aprovado, no mínimo isso.

Não estou a ver agora em pormenor o Orçamento e Plano, o Revisor de Contas, depois mais à frente vem o Mapa de Pessoal dos serviços, o Mapa de Pessoal da Câmara... A condição que devemos impor é a continuação noutra reunião desta sessão e tem de ser, deve ser antes do final do ano. Nós estamos na sessão ordinária de dezembro, não estamos na sessão de janeiro, portanto, podemos escolher aqui os pontos mais importantes...

Vamos ouvir o líder de cada Grupo Municipal sobre qual é a opinião para a melhor solução.

**Flávio Lança (IL)** – A nossa posição é que efetivamente são muitos pontos, estamos todos cansados e acho que não dignificamos o trabalho se discutirmos os pontos todos. Agora, há pontos que são realmente relevantes, têm de ficar aprovados, e acho que deliberávamos aqui sobre esses pontos e faremos a outra sessão ainda em dezembro, mas numa data posterior.



**Mariana Crespo (PAN)** – Eu partilho a opinião de que será então prioritário votar os documentos que têm de ser votados hoje, contudo, coloco aqui a questão se não é possível solicitar uma reunião extraordinária para janeiro com os restantes pontos. Porque não podemos esquecer que, de facto, é uma quantidade considerável de pontos para qualquer reunião que fosse. Também há aqui, parece-me, alguma desorganização neste tipo de trabalho, não se trata só da reunião de hoje, mas para qualquer outra reunião seria pouco exequível analisar com cuidado e com calma 20 pontos.

**Vítor Rosa (BE)** – Julgo que também teremos de questionar o Sr. Presidente da Câmara relativamente a alguma destas matérias que estão aqui, se são ou não necessárias a sua aprovação em termos de prazos e da sua publicação junto do que é obrigatório.

Quanto ao resto, penso que há aqui matérias que poderíamos dispensar, aliás, eu já vinha preparado relativamente ao Plano Estratégico de Desenvolvimento do Desporto, mas acho que é uma matéria que poderíamos discutir posteriormente em janeiro. Deixo isso em questão.

Agora, há aqui outra que coloco um pouco em cima da mesa, porque temos aqui pessoas que ainda se mantêm relativamente à questão do regulamento do ruído e, também, tenho essa dúvida se hoje não fazemos esta discussão, se é ou não obrigatória a aplicação deste regulamento no prazo imediato. Caso não o sendo se podemos passar este conjunto de decisões para janeiro, em vez de estarmos aqui a fazer um sacrifício sem necessidade, se não houver essa urgência.

Contudo, há aqui matérias que, de facto, penso que são obrigatórias. Relativamente ao ROC, é ou não obrigatório hoje essa decisão? E aí terá de ser o Executivo a decidir. Relativamente aos mapas de pessoal, relativamente ao orçamento dos SMS, são matérias que eu acho que deveríamos fazer aqui um pequeno esforço no sentido de fazer essa discussão e quanto às outras não vejo inconveniente em que pudessem passar para outro dia, se assim o for permitido.

**Luís Maurício (CH)** – Como eu referi na Comissão Permanente, isto ia acontecer, eram muitos pontos para uma Assembleia Municipal e falámos que deveria ser feito em duas vezes ou deveria ter havido uma em novembro.

Já que estamos nesta situação e temos de ver o que é o melhor, e o melhor agora será mesmo procurarmos quais são mesmo os pontos essenciais e ver os que podemos passar ou para o dia 27, que é sexta-feira, ou para janeiro.

**Presidente da Mesa** – As datas possíveis são dia 27 ou 30. A sessão ordinária é em novembro ou dezembro.

**Rui Lamim (PSD)** – Temos duas hipóteses, ou suspendemos agora e temos uma reunião ainda este ano e continuamos esta ou decidimos quais são os pontos sobre os quais temos que decidir impreterivelmente este ano e remetemos todos os outros pontos para 2025.

**Presidente da Mesa** – O que é obrigatório é obrigatório até ao final de dezembro, portanto, se nós fizermos uma reunião a 27 ou a 30, fazemos uma reunião da sessão de dezembro ainda e está tudo dentro da lei. Agora, temos 6 ou 7 pontos aqui que são imprescindíveis.

**Paulo Lopes (PS)** – Senhor Presidente, na Comissão Permanente fui um dos críticos da ordem de trabalhos, porque achava que era um exagero e ficou mais ou menos assente que iríamos ter isso em atenção e fazer uma ordem de trabalhos mais curta, para não estarmos aqui a meio da ordem de trabalhos e estarmos 5/6 horas aqui dentro.

Eu acho que não faz sentido e, também, fui um dos críticos e solicitei para que não se fizessem assembleias a 27 de dezembro, portanto, eu tenho de ser coerente, não vou votar a favor de uma situação que nos atire para uma assembleia a 27 de dezembro. Vemos o que é urgente votar hoje e retomarmos em janeiro e proponha 10 de janeiro, por exemplo, que é uma sexta-feira.



**Presidente da Mesa** – E se for a 30 de dezembro?

**Paulo Lopes (PS)** – A 30 de dezembro, eu sou contra, prefiro acabar a assembleia hoje a vir para aqui entre feriados, o que não faz sentido. Solicitei encarecidamente que não se voltasse a repetir uma Assembleia Municipal, como aconteceu no ano passado a 30 ou 29, algo assim, em que já estamos todos com o chip a pensar noutras coisas menos nisto e não faz sentido eu agora vir alterar a posição. Ou acabamos hoje ou há reunião em janeiro, na semana entre o Natal e o Ano Novo não faz sentido absolutamente nenhum.

**Simão Calixto (CDU)** – Estamos em condições de terminar hoje e já estamos nesta discussão há 20 minutos, acho que já podíamos ter aprovado um ou dois pontos.

Em segundo, acho que não temos condições de na semana entre o Natal e o Ano Novo fazer nenhuma sessão, porque isso é absolutamente impossível para a maior parte da bancada da CDU, porque as pessoas têm planos e têm férias nesta altura festiva. Ou terminamos hoje, que eu acho que é a melhor solução e ficamos despachados, ou adiamos para a segunda semana de janeiro.

**Presidente da Mesa** – Temos aqui três saídas, três propostas, terminar hoje com tudo ou com o indispensável até ao final do ano e marcar uma extraordinária em janeiro para a meia dúzia de propostas e isso implica identificar o que é que tem de ser deliberado hoje, ou fazer ainda este ano.

Vamos ver caso a caso o que é que tem de ficar deliberado hoje.

Peço atenção aos técnicos da área da contabilidade, dirigentes que dê um aceno para uma opinião sobre isto, o Revisor Oficial de Contas tem de ser decidido agora ou pode ser decidido em janeiro? Era conveniente fechar, porque em janeiro tem de estar o contrato feito.

Estamos a ver o indispensável. O indispensável é que esteja até ao final de dezembro. Isto é a ratificação da nomeação do Revisor para o ano de 2024. O Sr. Presidente se quiser pronunciar-se sobre estas coisas, esteja à vontade. Pode ficar para janeiro a proposta do Revisor?

**Presidente da Câmara** – Nesta questão do Revisor Oficial de Contas, trata-se de um contrato e se isto passa para meados de janeiro tem as suas consequências na relação que temos com as pessoas.

Relativamente às questões dos orçamentos, são questões que quanto mais depressa estiverem resolvidas, mais depressa se dá andamento a estes processos e passar isto para meados de janeiro não faz sentido nenhum, aliás, em relação aos orçamentos nem sequer se pode fazer isso. A questão do Mapa de Pessoal é a mesma situação, é uma questão que está fora do orçamento, porque o orçamento não foi aprovado, portanto, é uma questão que também implica estar aqui e ser votado hoje.

**Presidente da Mesa** – O Orçamento e Plano têm de ser agora, o Mapa de Pessoal tem de ser agora, a abertura dos procedimentos concursais para os dirigentes, pode ser depois, o ajuste direto para a prestação de serviços de auditoria para 2025/2026.... Até ao Regulamento do Ruído devíamos de ir e depois só sobram três ou quatro.

Esta do revisor, o contrato é para começar em janeiro, é óbvio que temos de deliberar. Isto não tem muita discussão e já perdemos o tempo de três ou quatro deliberações.

Vamos lá avançar até conseguirmos resistir.

**11. Deliberação n.º 069/2024/AM – Delib. CM n.º 658/2024 – Nomeação de Revisor Oficial de Contas, para os anos de 2025 e de 2026 – Ratificação da Nomeação de Revisor Oficial de Contas, para o ano de 2024 – SMS**

**Afonso Luz (CDU)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, PS, CH, PAN e IL, e as abstenções do PPD/PSD e BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 41.



**João santos (PSD)** – A deliberação 69 remete para e está relacionada com a deliberação 73, a auditoria externa, a Revisão Legal de Contas e o Revisor Oficial de Contas são realizadas pela mesma empresa sob convite direto. É realizado um ajuste direto no valor de 1.400 mil euros, porque não foram convidadas mais empresas? Porque é que existe o ajuste direto? Não existirá aqui um conflito de interesses? Não existirá, pelo menos, um conflito ético?

**Vítor Rosa (BE)** – Não entendi esta intervenção da parte do PSD, uma vez que estamos a falar da nomeação do ROC, certo? É que o senhor deputado está a falar sobre a adjudicação, não trocou no meio desta discussão os pontos?

**João Santos (PSD)** – Estamos a falar sobre a deliberação 69, mas ela também está relacionada com a deliberação 73.

Estamos a falar da auditoria externa, da Revisão Legal de Contas e do Revisor Oficial de Contas, é a mesma empresa que sob convite direto irá realizar essa função.

**Presidente da Mesa** – Mas um é para a Câmara e o outro é para os Serviços Municipalizados e há um para o ano 2024 e outro para o ano 2025 e 2026 na Câmara e nos Serviços. Há três situações diferentes.

**João santos (PSD)** – Aqui diz o ano 2025/2026 nas duas deliberações.

**Presidente da Mesa** – É 2025/2026 para a Câmara, 2025/2026 para os Serviços Municipalizados e 2024 para os Serviços.

**João Santos (PSD)** – Sim! Por que razão é a mesma empresa a fazer o mesmo trabalho? Não há um conflito de interesses? Não foram ouvidas ou auscultadas outras empresas?

**Presidente da Câmara** – Na proposta de deliberação número 69, estamos a falar de uma nomeação para os Serviços Municipalizados. A proposta de deliberação 73 é para a Câmara Municipal, são entidades diferentes. O que se trata aqui é conveniente que seja a mesma empresa a fazer as contas das duas entidades, da Câmara e dos Serviços Municipalizados, mas são procedimentos diferentes.

**João Santos (PSD)** – Mas é um ajuste direto, por que razão é que foi um ajuste direto?

**Presidente da Câmara** – Mas é nos termos da Lei.

**Presidente da Mesa** – Ó senhor deputado, conhece algum fundamento legal que impeça este contrato? Era mais fácil assim.

**João Santos (PSD)** – Fundamento legal não conheço, mas pode haver aqui um fundamento ético.

**Presidente da Mesa** – Mas pode, pode tudo, quer dizer, ou há ou não há, ou tem conhecimento ou não tem conhecimento.

**João Santos (PSD)** - É uma consideração. Legalmente não há nada que objete que a realização seja feita, mas eticamente poderá haver.

**Presidente da Mesa** – Não podemos tomar deliberações no pressuposto pode acontecer isto, pode não ser legal, ou sabemos se é ou não é. Quem fez, quem preparou a proposta foi seguindo, certamente, os trâmites legais da contratação pública para os revisores de contas, agora, se o senhor deputado acha que não foi legal o procedimento tem de dizer objetivamente em que ponto.

Há um ajuste direto, é um procedimento legal do Código dos Contratos Públicos, da Contratação Pública, é um dos procedimentos que é frequentemente usado, se o senhor tem uma dúvida é informar-se antes, se conhece algum impedimento legal ou alguma norma não cumprida é indicá-la. Não podemos é tomar deliberações no, talvez haja aqui qualquer coisa, no parece que. Não conseguimos fundamentar deliberações assim, ou há ou não há.

Há alguma ilegalidade nestas contratações? Se houver é bom dizê-lo para não cairmos nela, é preciso não fazer as coisas tortas, se não houver...

**João Santos (PSD)** – A questão é porque é que é só uma entidade? Porque é que há um ajuste direto?

**Presidente da Mesa** – Porque as contas são consolidadas. A Lei prevê que pode ser a contratação para o procedimento de contratação para a mesma, conjuntamente Câmara e Serviços Municipalizados. E tem toda a vantagem em ser, porque os Serviços Municipalizados integram, consolidam com as contas da Câmara e há vantagem, em termos de auditoria, que elas sejam conjuntamente e não por duas entidades diferentes com metodologias que podem ser diferentes, com verificação de aspetos que podem não ser ligados de um serviço para o outro. Acho que, em termos de senso comum, é fácil de entender porque é que é a mesma entidade.

**João Santos (PSD)** – Fiquei esclarecido, muito obrigado.

**Presidente da Mesa** – Estou-lhe a dar uma explicação não técnica, nem jurídica, porque o senhor não me identificou nenhuma objeção jurídica. Estou-lhe a dar uma interpretação de senso comum a partir do ponto em que a Lei prevê que pode ser, até se pode interpretar como recomendação, o mesmo auditor para a Câmara e para os Serviços Municipalizados.

**Afonso Luz (CDU)** – Só porque foi referido aqui um valor de 1 milhão e tal de euros e eu quero esclarecer que não é nada disso, estamos a falar que para os Serviços Municipalizados é de 13.200 mais IVA, por ano, e a outra é de 19.500, por ano, é disto que estamos a falar, não estamos a falar de 1 milhão e tal.

**Paula Soeiro (PSD)** – Talvez no meio de diversas perturbações não tenha sido audível. O que o deputado João Santos referiu é que este valor tem a ver com o montante global que aparece no Relatório de Atividades que foi o ponto um da nossa ordem de trabalhos, em que tem o número de procedimentos e o montante que já foi por ajustes diretos e é sobre esse valor que o deputado João Santos fez a intervenção, dando, como exemplo, que estes seriam mais dois ajustes diretos e que estariam também contemplados ali.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões três Deputados Municipais do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 24 votos a favor, 17 da CDU e 7 do PS, 11 abstenções, 6 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 49.

**12. Deliberação nº 070/2024/AM – Delib. CM nº 676/2024 – Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados de Setúbal 2025 – SMS**

**Afonso Luz (CDU)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com o voto a favor da CDU e as abstenções do PS, PPD/PSD, CH, BE, PAN e IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 41.

**Óscar Santos (PS)** – O ano 2024 está quase no fim e a urgência na mudança de comportamentos na gestão de resíduos alinhada com as metas da União Europeia é cada vez mais urgente, se é que me permitem o pleonasmo.

Setúbal continua a incumprir as metas de reciclagem definidas pela União Europeia e pela legislação nacional e muito se deve ao que não foi feito no passado. Nos últimos 4 anos da concessão das Águas do Sado esta rendeu ao município cerca de 24 milhões de euros.

Questionamos, quanto desse valor foi investido em ações de sensibilização para a gestão dos resíduos e para a promoção da reciclagem? Qual a quota parte deste orçamento para a promoção da diminuição de resíduos a enviar para aterro? Ora aqui chegados e olhando para este orçamento, gostaria de endereçar três questões, Sr. Presidente.

Primeira, que ações têm em vista para que aumentemos, enquanto município, os números de embalagens recicladas? Relembramos que, à semelhança do que temos vindo a dizer noutras assembleias, é urgente explicar aos munícipes que ao reciclar não estamos apenas a ajudar o ambiente, estamos também a reduzir os resíduos enviados para aterro e consequentemente baixar a taxa de resíduos sólidos.

Recentemente passei ali no Mercado de Natal e vi uma campanha muito interessante dos Serviços Municipalizados cujo slogan era “*carregar nos erres*”, os erres da reciclagem, da reutilização e pareceu-me uma ideia bastante interessante. Sugeriria levar esta campanha com este slogan, inclusive, porque diz bem com a cidade e com o nosso sotaque para as escolas, para os bairros e para que as pessoas tenham cada vez mais presente esta ideia de que é preciso aumentar a reciclagem.


Segunda questão, quando é que teremos ao serviço a recolha de resíduos biodegradáveis para compostagem implementado em todo o município?

E a terceira questão, ao abrigo do regime geral da gestão de resíduos, a partir de 1 de janeiro de 2025, os municípios estão obrigados a ter um sistema para a recolha de resíduos têxteis e mobiliário, está o município preparado para cumprir esta obrigação daqui a 15 dias?

**Mário Aranha (PS)** – Relativamente aos Serviços Municipalizados, dizer que este é o último orçamento que vai ser apresentado pela CDU, tanto na versão pura e dura, como na versão botox, porque para 2026 o próximo orçamento já vai ser apresentado pelo Partido Socialista e vai apresentar muitas e melhores mudanças relativamente a este aspeto.

Sobre este orçamento não há assim grande coisa a referir, já se começa a notar algumas das opções erradas da CDU em termos de gestão, com aumentos de ineficiência, uma estrutura cada vez mais pesada, um investimento global que começa a ser algo insuficiente, contudo, nós reconhecemos que isto ainda é das poucas áreas da Câmara onde há investimento, ainda vai havendo algum movimento. Nós aqui consideraríamos, em termos de notas de 0 a 20, dávamos aí um 11/12 assim esticadinho.

Nós já sabemos que o vereador Carlos Rabaçal vai aproveitar aqui este tempo para demonizar a AMARSUL, já sabemos os argumentos, com muitos dos argumentos concordamos com eles, mas relativamente aqui ao orçamento, temos aqui também algumas questões. No documento que nos foi distribuído, a linha que vem com o valor de que os Serviços Municipalizados vão ter de pagar para o ano, em termos de resíduos sólidos urbanos, está a zero. Não sei se foi uma gralha, mas gostava de ser esclarecido, porque tivemos à procura no orçamento quanto é que seria o valor e tendo em conta as queixas que não só Setúbal tem feito, deve ser um valor bastante elevado, mas o que é certo é que a linha no orçamento que vem sobre isso está a zero.



Referir que o investimento na recolha de biorresíduos, para nós é muito insuficiente, como foi referido aqui também pelo meu colega de bancada, é que se temos de falar abertamente com as pessoas, quando estamos a fazer recolha de biorresíduos, estamos a ganhar por várias vias.

Primeiro, em termos de valor a AMARSUL cobra zero quando faz a recolha de biorresíduos e estamos a ganhar, porque como não vão resíduos para aterro poupamos na taxa e poupamos na tarifa que pagamos à AMARSUL e ainda esses biorresíduos depois vão ser transformados ou em composto ou em biogás, ou seja, mais lucro e não nos podemos esquecer que a nossa Câmara é o 4º maior acionista da AMARSUL, além de que tudo o que sejam verbas a mais no ano a seguir baixam a tarifa.

Tem sido muito referido este problema, inclusivamente, alguns municípios aqui da península também se têm queixado e nós acompanhamos, mas também há aqui um valor que é muito pouco falado e que gostaríamos que fosse aqui debatido. Da mesma forma que temos o tripé, que são as águas e os resíduos, também temos o saneamento básico. O saneamento básico é depois gerido em alta pela SIMARSUL, a qual também é uma empresa com algumas características, por ser talvez uma empresa detida ainda pelo Estado e esperemos que para sempre, e tem aqui algumas características curiosas.

Essa empresa já acumulou 70 milhões de euros de lucro, é o que está expresso nas contas, e nunca desse lucro reverteu ou para os seus acionistas municípios ou para baixar as tarifas e, inclusivamente, o valor do qual nós pagamos mais é do saneamento, não é a água, não são os resíduos, mas o saneamento e sobre isso não vejo absolutamente nenhuma posição da nossa Câmara. Da mesma maneira que é veemente com a AMARSUL, também devia ser um pouco mais veemente com a SIMARSUL, ou para baixar tarifas ou, pelo menos, para os dividendos serem distribuídos e assim conseguir-se financiar o sistema.

Nós temos sido bastante cooperantes e colaborativos em tudo o que tenha a ver com os Serviços Municipalizados e com aquilo que foram as questões que têm sido apresentadas, tanto aqui pelo meu colega Óscar, como por mim e por outros colegas de bancada, e vamo-nos abster.

**Vereador Carlos Rabaçal** – Eu não vou demorar muito tempo, não vou aproveitar para diabolizar ninguém, estamos a discutir uma proposta concreta e é sobre essa proposta e as questões colocadas que me vou referir na medida em que eu considero que a matéria dos resíduos, da água e saneamento são demasiado sérias para uma conversa rápida e vou propor, mais tarde ou mais cedo, mais cedo que tarde, uma reunião específica para debater estes assuntos.

No quadro, quer de AMRS, quer ao nível da AML, estamos a trabalhar em conjunto com todos os municípios na avaliação da situação dos resíduos ao nível da região, envolvendo sistemas em alta, seja a TRATOLIXO, seja a VALORSUL, seja a AMARSUL, e envolvendo todos os municípios.

Há grupos de trabalho que estão a trabalhar, há estudos que foram feitos, há estudos que estão a ser feitos, houve um estudo feito pela AMRS e há de haver um momento em que todos esses dados vêm para cima da mesa e creio que muitos dos deputados municipais que aqui estão, e como tenho ouvido falar, vão concluir que não tenho estado a falar em vão e que os dados objetivos que aí vêm confirmam muito daquilo que tem vindo a ser dito aqui.

Nós temos, neste momento, elementos que indicam que a tarifa da AMARSUL em Setúbal, se fosse entre os 30 e os 40 euros estaria bem, mas ela está em 77 euros, explicaremos isso na altura certa para se perceber o que é que estamos a falar e quanto ao negócio dos resíduos, em que ponto é que está e quem beneficia com ele e quem está a apropriar-se do valor gerado pelo resíduo. O resíduo é dinheiro, e neste momento o valor do resíduo está a ficar nos embaladores dos sistemas em alta e está a deixar de fora os municípios e os munícipes, em particular os munícipes que deviam de ser ressarcidos do esforço que fazem para a separação, seja com redução de tarifas e até já com uma remuneração concreta contra depósito de seletivo e isso não está a acontecer e está a criar dificuldades sérias na relação dos munícipes com os resíduos.

É uma questão mais funda, mais complexa do que parece e não há conversa que se possa fazer que resolva este problema de fundo, que é saber para onde é que vai o valor gerado pelos resíduos e na nossa tese o valor gerado dá para todos, dá para os embaladores, para o sistema em alta, dá para os municípios e dá para os munícipes. Isso tem de ser resolvido, isso implica uma alteração da governação dos resíduos em Portugal e implica uma alteração profunda de toda a lógica financeira do sistema.

Dito isto, não me vou alongar, como vêm há muita matéria para debater e creio que tem de ser com calma e com tempo, hoje não vai dar para isso.

Respondido às questões colocadas, a questão dos reciclados é mesmo da AMARSUL, é uma responsabilidade estrita da AMARSUL, o atraso nos reciclados está relacionado com o facto de as pessoas ao reciclarem não verem a tarifa baixar, mas verem a tarifa na mesma a subir e dizer que não quer reciclar. Nós temos equipas no terreno, contactamos com quase 40 mil municípios por causa dos biorresíduos e tivemos muitos municípios a dizer que não querem reciclar e que quem ganha o dinheiro que trate disso. É um problema muito sério, apesar de haver muitos milhares de municípios que estão a aderir, de qualquer maneira estão a aderir por razões ambientais, consciência ambiental, mas um pouco aborrecidos, porque lhes foi dito há uns anos atrás para reciclar que baixa a tarifa. O que aconteceu foi que se reciclou e aumentou a tarifa, portanto, as pessoas têm uma reação deste género.

A AMARSUL, neste momento, é que trata da reciclagem, ficam a saber que em Portugal e em Setúbal a reciclagem estagnou, porque isto está tudo errado e vai continuar estagnado enquanto isto não se resolver. Não há dinheiro, pode-se pôr milhões e milhões em cima da comunicação que as pessoas não querem saber. É um problema muito sério que tem de ser resolvido e é de fundo e é estrutural, não é de conversa, é de atos e de ações de carácter financeiro.

A AMARSUL é que é a responsável dessa área e nós estamos interessados que isso seja feito aqui no nosso concelho. Já agora ficam a saber que saiu legislação nova, até agora tudo o que era reciclado tinha que estar num estado de pureza quase de laboratório, porque se não, não era considerado para a reciclagem, qualquer plástico, qualquer metal, qualquer cartão com uma sujidade ia para aterro, porque dá jeito ir para aterro e o Regulamento da ERSAR vai nesse sentido, mas a partir de 2025 deixa de ser assim. Porquê? Porque está decidido que os embaladores têm de pagar também as embalagens que estão no indiferenciado e que estão à volta dos contentores mesmo contaminadas, e isso, de acordo com a AML, representa na nossa região de Lisboa 300 milhões de euros, é muito dinheiro.

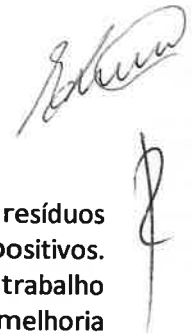
É uma matéria que vamos ver como é que vai acontecer e como é que depois, as entidades vão resolver o problema. Houve uma melhoria dos valores de contrapartida e isso, mesmo assim, não deu resultados de baixa de tarifa no nosso caso.

Posso dizer-vos, referindo a questão do tarifário da AMARSUL, que recebemos uma carta muito entusiasmada da Administração da AMARSUL dizendo que a receção de valores de contrapartida num patamar mais elevado levou a que a tarifa fosse baixar 10 euros, o que era ótimo, passava de 77 para 67€. Houve uma reunião do Conselho Consultivo, em que afinal se disse que a baixa da tarifa não era 10€, era 15€ e que por causa dos biorresíduos a tarifa ia baixar 5€, havia uma redução de 20€, era uma baixa fantástica, depois a AMARSUL apresentou contas de possíveis gastos disto, daquilo e daqueloutro e anulou os 20€ e a tarifa ficou igual.

É assim que isto funciona, sem qualquer fundamento económico, sem qualquer justificação económica que se perceba e não foi explicado, foi feito um PowerPoint a dizer que se poupou aqui e agora têm este gasto, aquele gasto e mais este gasto. A onde? Em que contas? Ninguém sabe. A tarifa ficou igual para 2025.

Em relação à TGR, nós achamos que ela devia de acabar de todo ou haver um período de carência de um ano, dois, três ou quatro anos, em que ela fique no município para garantir o investimento, sobretudo na região de Lisboa em que não há fundos comunitários para resíduos, ao contrário de outras regiões. Nesse caso, se houvesse um período de carência a TGR ficaria para investimento, enfim, vamos ver o que é que vai acontecer.

Estamos a preparar um procedimento concursal para uma empresa explorar a recolha de têxteis, estamos a trabalhar nisso, embora também seja uma coisa complicada, nós não queremos brigar com os operadores que estão no terreno, particularmente os sociais, temos de encontrar aqui uma parceria e estamos a trabalhar com eles neste sentido.



Em relação a campanhas, fizemos 4, 5 ou 6 campanhas, já não sei, uma para os oleóis, outra para os resíduos em Azeitão, temos feito campanhas, sobretudo, campanhas porta a porta e com alguns resultados positivos. Creio que era bom que fosse conhecido que há uma avaliação positiva das pessoas que se deram ao trabalho de dar opinião sobre os Serviços Municipalizados, do que está a acontecer nos resíduos, há uma melhoria nos resíduos e há essa opinião expressa pelas pessoas.

Também temos um trabalho muito próximo com as juntas de freguesia, e a apreciação das mesmas é que o trabalho melhorou, melhorou a limpeza, a lavagem, a recolha, etc., mas há muito trabalho para fazer, sobretudo, no comportamento dos nossos cidadãos e aquilo que estamos a tentar fazer é uma boa máquina técnica e humana de recolha para depois pedirmos aos nossos cidadãos que nos ajudem. Também estamos a trabalhar no recrutamento de fiscais e temos mais dois fiscais que vão entrar no início do ano para acompanhar mais de perto o processo de fiscalização.

Campanhas, estamos nesta linha. Nos biorresíduos, Setúbal é na região o 2º município mais avançado a seguir ao Seixal. Não estamos muito bem, mas fizemos um grande trabalho na restauração da zona da Baixa com resultados muito bons em relação aos biorresíduos e estamos a trabalhar no conjunto da população. Não estamos nada de especial, mas somos os segundos no conjunto e os terceiros estão a quilómetros, porquê? Porque os biorresíduos exigem um esforço tremendo de equipamentos, de meios, de recursos, de contactos, etc., que não está ao alcance financeiro de qualquer um.

Nós tivemos apoios comunitários para comprar viaturas, mas não temos apoios comunitários para contratar trabalhadores, nem para os consumíveis e isso é algo que sai muito caro. Temos feito um esforço muito grande e a nota que queria deixar sobre os biorresíduos, que o senhor deputado municipal tem insistido e até podemos conversar mais em pormenor porque não dá para explicar aqui tudo, é que há aqui muita coisa que se podia dizer com mais cuidado.

Em relação ao tratamento de resíduos, zero no orçamento dos Serviços Municipalizados, na medida em que a fatura e o contrato do tratamento está na Câmara, portanto, temos aí uma briga com a ERSAR que quer que a entidade contabilística Serviços Municipalizados reporte à ERSAR dados da entidade contabilística Câmara, isso é ilegal. A ERSAR anda um bocado baralhada com isto. Entretanto, nós damos a informação e dizemos que a informação da Câmara e o valor será tanto, mas não pomos nas nossas contas, porque não podemos pôr, é uma coisa ilegal do ponto de vista da entidade contabilística. O valor não está por essa razão, multiplicando o valor da tarifa pelo valor das toneladas dá qualquer coisa como 5 milhões e meio, o tratamento.

Em relação ao saneamento, a questão que foi colocada sobre a SIMARSUL tem a sua importância na medida em que é o nosso principal fornecedor de serviços, são 5 milhões por ano que nós pagamos à SIMARSUL. Essa tarifa global de 5 milhões anuais tem incorporado o tratamento, mas também tem incorporado o investimento e até agora o investimento da SIMARSUL é zero. Nós já fizemos uma reunião com a SIMARSUL, colocando essa questão e eles invocaram dificuldades de aprovação dos seus documentos por parte do Estado, e é verdade, mas de qualquer maneira já foi aprovado e agora acabou-se a conversa. Precisamos, urgentemente, que a SIMARSUL invista em Setúbal, se não, temos de ter outro tipo de conversa com a SIMARSUL, porque estamos a pagar muito dinheiro e, sinceramente, em Setúbal teríamos condições de fazer a gestão da alta pelo mesmo preço ou até mais barato. Agora, fomos obrigados por lei a ir para a SIMARSUL, mas temos é que nos entender para ter o máximo de proveito para Setúbal no quadro da SIMARSUL.

As questões colocadas, creio que foram estas, eu até adiantei um bocadinho mais.

Em relação à nossa proposta, parece-me que está bem explicada, está bastante explícita, não é preciso estar aqui a explicar mais do que está na proposta.

**Afonso Luz (CDU)** – Só porque fiquei com a ideia de que o deputado Mário Aranha questionou o facto de a SIMARSUL não ter ainda distribuído dividendos, se percebi bem.

Pronto, era só para esclarecer, mas tanto quanto sei há aí um problema que tem a ver com a própria concessão. A concessão tal como está feita, a ERSAR não permite essa distribuição de dividendos, porque existem perto de 60 milhões de euros de défice tarifário proveniente ainda da dupla concessão que havia aqui em Setúbal das Águas do Sado e da SIMARSUL, e que está agora a ser recuperada desde que Setúbal

entrou e enquanto esses 60 milhões não forem recuperados por parte da SIMARSUL, a própria empresa não está autorizada a distribuir dividendos.

**Vereador Carlos Rabaçal** – Senhor deputado Mário Aranha, é que a entrada de Setúbal na SIMARSUL foi decidida por Decreto-lei específico e a razão por que o foi, e foi a partir de 1 de janeiro de 2023, é que a não entrada de Setúbal que estava no EVEF desde o início, bloqueava a empresa a partir de 2023. Nós tivemos mesmo de entrar em qualquer circunstância, aliás, o que estava decidido por lei é que mesmo havendo Águas do Sado Setúbal tinha que entrar, porque isto tem a ver com o equilíbrio da empresa e daí esta questão que disse agora o senhor deputado Afonso Luz em relação à não distribuição de dividendos.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 17 votos a favor da CDU e 20 abstenções, 9 do PS, 6 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 50.

### **13. Deliberação nº 071/2024/AM – Delib. CM n.º 677/2024 – Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Setúbal 2025 – SMS**

**Afonso Luz (CDU)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, PS, CH, BE, PAN e IL, e a abstenção do PPD/PSD, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 41.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do PS.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 21 votos a favor, 17 da CDU, 2 do CH, 1 do BE e 1 do PAN, e 16 abstenções, 9 do PS, 6 do PPD/PSD e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 51.

### **14. Deliberação nº 072/2024/AM – Delib. CM n.º 679/2024 – Abertura de procedimentos concursais – Cargos de Dirigentes Intermédios de 2.º grau e designação da composição do respetivo júri de recrutamento**

**Paula Soeiro (PSD)** – Para uma interpolação, por favor.

Foi entendimento aqui da nossa bancada que os pontos que careciam de votação, eram o 11, o 12 e o 13.

**Presidente da Mesa** – Não sei qual foi o entendimento da vossa bancada, sinceramente. O 11, o 12 e o 13? Então e o Mapa de Pessoal para 2024? Pelo menos vamos chegar ao Regulamento do Ruído e depois logo se vê. São três propostas. A Assembleia está a funcionar e já se perdeu esse tempo todo a discutir o que se aprova ou não e com esse tempo já tínhamos votado três ou quatro deliberações.

**Afonso Luz (CDU)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, PS e PAN, as abstenções do PPD/PSD, CH e IL, e o voto contra do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 41.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões três Deputados Municipais, dois do PS e um do PPD/PSD.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 17 votos a favor da CDU, 1 voto contra do BE, e 17 abstenções, 8 do PS, 5 do PPD/PSD, 2 do CH 1 do PAN e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 52.

**15. Deliberação n.º 073/2024/AM** – Delib. CM n.º 688/2024 – Ajuste direto n.º 198/2024/DAF/DICOMP/SECOMP para prestação de serviços de auditoria externa e revisão legal de contas individuais e consolidadas para os anos de 2025 e 2026 – Adjudicação

**Afonso Luz (CDU)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, PS e PAN, as abstenções do PPD/PSD, CH e IL e o voto contra do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 52.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões dois Deputados Municipais, um do PS e um do PPD/PSD.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 17 votos a favor da CDU, 1 voto contra do BE e 18 abstenções, 9 do PS, 5 do PPD/PSD, 2 do CH 1 do PAN e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 53.

**16. Deliberação n.º 074/2024/AM** – Delib. CM n.º 691/2024 – 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal Aprovado para o ano de 2024

**Afonso Luz (CDU)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 41.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões três Deputados Municipais, dois do PS e um do PPD/PSD.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 34 votos a favor, 17 da CDU, 8 do PS, 5 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do BE e 1 do PAN e uma abstenção da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 54.

**17. Deliberação n.º 075/2024/AM** – Delib. CM n.º 694/2024 – Regulamento do Ruído Ambiental do Município de Setúbal – Consulta pública

**Rui Lamim (PSD)** – A Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal emitiu parecer favorável por maioria, com as abstenções do PS, PPD/PSD, CH, BE, PAN e IL, de notar que o senhor deputado Simão Calixto, em representação da CDU, não votou, uma vez que se ausentou da sala antes da votação, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 55.

**Rui Lamim (PSD)** – Já é tarde, vou tentar ser conciso e claro relativamente a este assunto.

Existe uma lei geral sobre o ruído e existe um regulamento municipal, regulamento esse que tem problemas de aplicação, ou tem tido problemas de aplicação e suponho que esta nova versão, que é uma melhoria do regulamento existente, vai continuar a ter alguns desses mesmos problemas.

É certo que esta cidade tem uma dinâmica e um desenho que já é muito antigo, como muitas outras, referente a sítios que são mais residenciais e outros que são mais de vida boémia, chamemos-lhe assim, e o ruído, tirando as atividades correntes, tem também uma outra nuance que tem a ver com as atividades que são esporádicas, para as quais são emitidas as licenças especiais de ruído a entidades particulares, privadas, mas também entidades públicas, o que faz com que exista um nível elevado de conflitualidade que não é de todo razoável que exista.



Primeiro, porque a lei tem de ser clara e passível de ser aplicada e o regulamento municipal tem de ser claro e passível de ser aplicado, que haja efetivamente uma fiscalização sobre essas condições para que no final possamos todos viver em comunidade de uma forma pacífica e respeitando-nos uns aos outros. Respeitando o direito ao descanso, respeitando o direito ao divertimento, respeitando uns aos outros.

Este regulamento tem, em nosso entendimento, um problema que já tinha no anterior e que tem a ver com algo para a qual... Eu sei que aquilo que eu vou falar existe em vários outros regulamentos municipais de ruído, mas não é curial e por existir nos outros lados não quer dizer que seja bom, e tem a ver com esta questão dos 40 dBAs. No artigo 10º, nos limites de exposição máximo ao ruído nos centros históricos, nas zonas sensíveis, o regulamento impõe um valor superior que extravasa a lei, são os 40 dBAs. E 40 dBAs é sussurrar, é estarmos aqui a impor um nível de ruído máximo que nem a própria lei o exige, o que significa que fiscalizar tal ponto será extremamente difícil.

Nós temos de ter um regulamento que seja passível de ser aplicado e aqui temos e acho que não há maneira nenhuma de fiscalizar este aqui como está, não há maneira nenhuma de isto poder ser algo que vai dirimir e acabar com os conflitos entre as fontes de ruído, das pessoas que fazem ruído ou as atividades que fazem ruído e aqueles que se queixam do ruído em excesso. O regulamento tem de ser claro e fácil de aplicar.

Este regulamento, que nos vamos, obviamente, abster, ele vai passar a incluir um ponto que é fundamental naquilo que diz respeito com o acabar com os conflitos no que respeita ao ruído. Foi o objetivo e acho que é capaz de ser concluído com sucesso e que tem a ver com a fiscalização, a qual passa a ser uma fiscalização automática, com os limitadores de ruído. A sua instalação permitirá identificar quais são as fontes efetivas de ruído em excesso e com isso conseguir fazer com que o regulamento seja aplicado, seja fiscalizado e nós possamos a ter uma diminuição do conflito no que diz respeito ao ruído.

Não é bom para quem tem as atividades recreativas, não é bom para quem se sente incomodado, não é bom para este município que não consegue fiscalizar, nem será bom para nós que publicamos este tipo de textos. Falta aqui ainda fazer algum trabalho para que o ruído na cidade de Setúbal, que existe e continuarão a existir atividades ruidosas, possa ser acomodado dentro da malha urbana, em especial, nas zonas chamadas zonas de diversão nos horários que são adequados, tendo em conta que há aqui um alçapão muito grande que tem a ver com a emissão das licenças especiais de ruído, que todos nós sabemos que são uma das grandes fontes de problemas no que diz respeito à sã convivência entre os cidadãos deste município, sejam eles os cidadãos que se vão divertir, sejam eles os cidadãos que têm direito a estar em paz na sua casa.

**Presidente da Mesa** – O senhor deputado estava a sussurrar quando disse quantos decibéis são e eu não percebi.

**Rui Lamim (PSD)** – São 40 DBAs, que é o som que aqui é aplicado como limite máximo no art.º 10.º nas zonas sensíveis e este limite de 40 dBAs, expresso no indicador LN, que é o indicador de ruído noturno é um excesso e sai fora daquilo que é a Lei Geral.

Entendemos que isto não deverá estar aqui, além de ser um excesso à Lei Geral, é extremamente difícil de fiscalizar e tornar-se-á, eventualmente, no futuro mais uma fonte de problemas e nós não queremos problemas, queremos que isto seja uma medida eficaz, uma ferramenta eficaz para tornar a nossa convivência em sociedade mais saudável.

**Vítor Rosa (BE)** – Este é um regulamento que através das suas alterações procura responder a um equilíbrio difícil de estabelecer, nomeadamente em determinadas áreas da sua aplicação, o caso da zona de bares da Avenida Luísa Todí e zonas limítrofes, bem como outras em que há acumulação de espaços de hotelaria, restauração, residencial e bares, o exemplo do Largo da Ribeira Velha.

Este é um regulamento que vale, acima de tudo, pela tentativa da sua regulamentação de procurar formas que permitam encontrar o ponto de equilíbrio entre o direito ao descanso e o direito ao negócio no sentido mais lato.

Contudo, e não inviabilizando a sua aplicação, o mesmo enferma, em nossa opinião, de carências da sua aplicação que consideramos ser importantes na sua avaliação. A saber, temos dúvidas quanto à efetiva capacidade de fiscalização da Câmara na verificação da sua aplicação, quer nos meios de recursos humanos, há pouco o Sr. Presidente falava aqui da dificuldade em arranjar fiscais, quer nos cursos técnicos, quer de uma efetiva articulação com as autoridades policiais.

O regulamento, em si, está limitado pelas obrigações legais de cada uma das partes quanto à fiscalização, Câmara e forças policiais, caso não exista um efetivo e saltar a articulação entre elas para a aplicação efetiva e imediata do fim do ruído provocador de mal-estar contínuo em zonas habitacionais, através de reclamação no próprio momento da sua existência. A aposta num contínuo ciclo de turismo assente, acima de tudo, na hotelaria, restauração e lazer noturno e de licenciamento de Alojamento Local em áreas coincidentes, são fatores que afetam o equilíbrio pretendido com este regulamento. Como diz o povo, não podemos querer sol na eira e chuva no nabal.

Deixo como nota final para o futuro, a reflexão sobre a redução de horários de funcionamento deste tipo de estabelecimentos na nossa cidade.

**Maria João Palma (PS)** – Agradecer, antes de mais, a vossa presença depois de terem feito a vossa introdução no momento do “Público”, agradecer aos representantes da Associação por estarem connosco até uma hora destas para obter a vossa resposta ou, pelo menos, se sentirem minimamente esclarecidos. Muito obrigada.

Dizer que quando se produz um regulamento ou a revisão de um regulamento, como é o caso deste documento que nos é apresentado hoje, pretende-se através desse mesmo regulamento harmonizar os direitos para que se evitem conflitos relativamente às partes. Neste caso, por um lado garantir o direito à discordância, à qualidade de vida constitucionalmente previstos, mas também permitir que os estabelecimentos possam funcionar em pleno desde que sejam observadas determinadas regras.

Aquilo que este regulamento nos traz de mais acentuado, é a introdução da insonorização dos espaços a funcionamento com portas e janelas fechadas para prevenir a propagação do som. A estes soma-se a instalação de limitadores de som com registo.

Foi-nos transmitido, para quem não leu o regulamento e não sabe do que se trata, uma espécie de caixas negras em que se pode aferir quando existe identificação da promoção de um ruído, se efetivamente ultrapassou os limites legais e os limites regulamentares ou não. Esta medida, que é comum a vários municípios, poderá efetivamente implementar-se no nosso município também e promover essa harmonização entre os vários intervenientes nesta circunstância.

A nossa questão prende-se, principalmente e depois de algumas propostas de alteração à versão inicial deste regulamento por parte do Partido Socialista que foram aceites, com a dúvida relativamente aos investimentos que têm que ser feitos pelos promotores e a capacidade que estes terão ou não de fazer este investimento dentro do timing que é previsto e que são os 180 dias criados através de uma média entre outros municípios que também já utilizam estes meios e estas ferramentas de medição de ruído. Criando-se essa média, aquilo que nos foi justificado foi na aplicabilidade deste regulamento, o timing de 180 dias.

Uma vez que não sabíamos muito bem se os valores apresentados para o investimento que podem rondar os 5 mil euros e que o tempo previsto são aos 180 dias, tendo em consideração que este regulamento a ser aprovado hoje terá, efetivamente, medidas de aplicabilidade de cerca de um mês e já passaram 30 dias relativamente a isso, se estes tempos e estes valores foram ponderados. Daí residir algumas das nossas dúvidas relativamente à aplicabilidade de alguns destas questões que aqui coloco.

**Mariana Crespo (PAN)** – Segundo a Agência Portuguesa do Ambiente, o ruído é uma das principais causas da degradação da qualidade do ambiente urbano, sendo ainda referido que mesmo na ausência de danos para o sistema auditivo os efeitos mais frequentes da exposição ao ruído traduzem-se em perturbações psicológicas ou fisiológicas associadas a reações de stress e cansaço.



O ruído interfere com as comunicações e provoca perturbações no sono, na capacidade de concentração e hipertensão arterial. O ruído é um problema de saúde pública e o controlo do ruído requer o empenho de todos. Assim sendo é de parabenizar o novo regulamento do ruído, considerando que veio regulamentar um conjunto de situações ainda não devidamente previstas. Contudo, como aliás, também, foi referido por outras entidades, o grande problema que surge quando sabemos da dificuldade deste executivo em fiscalizar as eventuais situações desconformes ao regulamento, este é um problema que carece da devida análise e resolução sob pena deste regulamento ser apenas um manual de boas intenções.

Além disto, o presente regulamento é omissivo quanto a certas atividades de produção de ruído acima dos limites para a saúde humana e animal, a saber, a utilização de fogo de artifício. Para contexto, gostaria de recordar que esta Assembleia Municipal, a 29 de abril de 2022, votou favoravelmente por maioria, uma recomendação pela utilização de fogos de artifício silenciosos, em que uma das deliberações seria a eliminação do uso de segmentos de fogo de artifício mais ruidosos que são normalmente utilizados no início e no final das celebrações, visando a redução do limite máximo de decibéis utilizados.

O atual regulamento limita a exposição ao ruído a 65 decibéis, de acordo com o artigo 8, o que claramente é abaixo do que ocorre no fogo de artifício. Refere, depois, o artigo 26.º, relativo à isenção de licença especial de ruído, que não carece de licença especial de ruído o exercício de atividade ruidosa temporária promovida pelo Município de Setúbal, ficando a mesma sujeito aos valores-limite fixados no artigo 8.º do presente regulamento, ou seja, os 65 decibéis em zonas mistas.

Recordo que o limite de decibéis para a saúde humana está assente em 85 decibéis e o fogo de artifício facilmente ascende aos 120 decibéis, praticamente o dobro dos 65 decibéis referidos no artigo 8.º, o que nos parece ser uma contradição deste regulamento e que nos impedirá de votar favoravelmente o mesmo.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões três Deputados Municipais, um do PS, um do PPD/PSD e um do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 17 votos a favor da CDU, 1 voto contra do PAN e 17 abstenções, 9 do PS, 5 do PPD/PSD, 1 do CH, 1 do BE e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 56.

**18. Deliberação nº 076/2024/AM – Delib. CM n.º 579/2024 – Desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno, sita na Rua Ariovisto José Valério, em Setúbal**

**Afonso Luz (CDU)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 41.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões três Deputados Municipais, um do PS, um do PPD/PSD e um do CH.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 57.

**19. Deliberação nº 077/2024/AM – Proposta n.º 01/2024/IL – Resolução para esclarecimento do aumento do IMI em terrenos para construção no Concelho de Setúbal**

**Simão Calixto (CDU)** – Tem a ver com a proposta que o PSD entregou e que ainda não admitimos, podemos não admitir e não discutir sobre esta questão, porque ou é uma ou é outra, não creio que devemos ter duas comissões a discutir este problema, acho que não ajuda aos nossos trabalhos.

A Iniciativa Liberal propõe uma coisa e o PSD propõe outra, ainda que sobre o mesmo tema. Se não admitirmos a proposta do PSD ficamos com o problema resolvido, se admitirmos temos de ver.

**Rui Lamim (PSD)** – A matéria é a mesma e são 01:14h. A minha proposta tem a ver com a agilização deste tema. As duas propostas não são incompatíveis, elas são complementares ou se calhar quase a mesma coisa, pelo que esta nossa proposta tinha de ser colocada a votos a sua admissão e depois ser discutida.

Eu iria propor o seguinte, vou indicar qual é a nossa intenção, aliás está aqui expressa, a nossa intenção é pretender detalhar qual é o processo que leva o município e as finanças a aplicar um aumento tão grande nos terrenos para construção, o que é contrário a toda a nossa intenção que é fazer com que haja melhor e mais construção de prédios novos no Município de Setúbal.

Nós precisamos de saber exatamente o detalhe do processo e propusemos a Comissão de Economia, Administração e Finanças, mas pode ser a Comissão de Urbanismo que detalhe o processo de aplicação do Imposto Municipal sobre terrenos destinados a construção pela auscultação dos responsáveis municipais nas áreas do urbanismo, fiscal e jurídica.

Esta pequena frase que aqui está no meio, que é a proposta de resolução, eu propunha que fosse incluída, se o proponente da Iniciativa Liberal assim o entender, na proposta da Iniciativa Liberal e assim nós prescindíamos desta proposta e da sua admissão e agilizávamos o processo, visto que, meus caros companheiros, é 01:16h da manhã.

**Presidente da Mesa** – Como é que se introduz a frase, senhor deputado?

**Flávio Lança (IL)** – Diria que se incluísse mais um ponto deliberativo na proposta, se estiverem de acordo, a solicitar, efetivamente, como é que será feito o cálculo, se percebi bem, do IMI relativamente a estes termos.

**Rui Lamim (PSD)** – Seria exatamente a inclusão deste parágrafo “*detalhe do processo de aplicação... fiscal e jurídica.*”

**Presidente da Mesa** – Então o senhor deputado Rui Lamim vai propor um aditamento à proposta da Iniciativa Liberal, é isso? Se este aditamento for incluído é votada com o aditamento, como fizemos há pouco, se não for incluída é votada a da Iniciativa Liberal, mas a sua proposta fica retirada.

**Flávio Lança (IL)** – De acordo. Ia explicar, mas acabou por ficar um pouco esvaziado, porque o deputado Rui Lamim explicou e o nosso entendimento é o mesmo, há vários municípios que se têm queixado dos valores de IMI que pagam, há aqui algo que nos está a escapar, porque aquilo que aprovámos nos regulamentos de taxas não é compatível com aquilo que as pessoas têm aqui indicado.

É para que a Comissão de Urbanismo e Mobilidade, efetivamente, faça aqui uma análise a este tema e que apresente à Assembleia o que é que se está aqui a passar.

**Afonso Luz (CDU)** – Não consigo entender bem este tema, que é mesmo assim, ser levantado aqui na Assembleia, porque a única intervenção que a Câmara tem neste processo é comunicar a AT dentro da obrigação que tem, tudo o resto, como o agravamento da taxa, a liquidação do imposto e o recebimento, decorre nas Finanças e decorre da Lei. Não consigo entender, sequer, qual é a questão aqui que é colocada, porque a Câmara Municipal não tem aqui intervenção nenhuma.

Há um agravamento da taxa que está prevista na Lei e, salvo erro, no artigo 112.º, que é aplicada a terrenos para construção com aptidão para uso habitacional, quando localizado em zona de pressão urbanística. Portanto, havendo detentores destes terrenos que não apresentam depois na Câmara um processo de licenciamento para obras, etc., ficam sujeitos a isto na lei, nem sei qual é a discussão sobre isto.

**Paulo Lopes (PS)** – Eu acho pertinente a questão, até porque, quando foi a aprovação desta matéria aqui na Assembleia Municipal, lembro-me que a bancada do Partido Socialista dividiu-se no voto, houve alguns membros que votaram favoravelmente e houve outros que se abstiveram, porque entendiam, especialmente aqueles que se abstiveram, que o que tinha sido aprovado na altura iria promover uma dificuldade acrescida para que investidores no futuro venham para Setúbal construir loteamentos. Porquê? Porque os loteamentos e os prédios demoram tempo a serem construídos, vou dar um exemplo, um loteamento com 10, 15, 20 lotes não se constroem todos ao mesmo tempo, vai-se construindo faseadamente de acordo com as vendas, etc., e como agora o deputado Afonso Luz disse e bem, os lotes que não tiverem projetos ao darem entrada na Câmara começam a taxar e o IMI começa a subir exponencialmente, podendo ir aos 900. Ou seja, isto é uma medida que, em princípio e em teoria, promove o combate à especulação, claramente, mas também é uma medida que tem como efeito secundário tornar pouco atrativo o investimento de novos empreendimentos que, depois, não havendo novos empreendimentos não existe, obviamente, lotes para construção. É uma pescadinha de rabo na boca.

O que eu acho que esta proposta é interessante é, no seu ponto número 2, antes da parte deliberativa, perceber quais são os critérios utilizados para a definição das zonas de pressão urbanística.

O que nós aprovámos aqui é que a zona de pressão urbanística era praticamente toda a ARU (Área de Reabilitação Urbana) que é a cidade praticamente quase toda. Curiosamente, os sítios onde há maior especulação em Setúbal, na minha opinião, é junto ao rio e que estão fora destas zonas de proteção e, por isso, todos aqueles armazéns na zona da Praia da Saúde não estão a ter estes aumentos. Pelo menos, as pessoas que se queixaram não se queixaram que esses terrenos tinham tido esses aumentos.

Isto para dizer que eu acho que era interessante perceber como é que se pode manter a decisão, mas não ser alargado de uma forma quase indiscriminada a quase toda a cidade e que torne, efetivamente, pouco atrativo ou pode tornar pouco atrativo o investimento na cidade.

Efetivamente há casos, que já foram explanados, o aumento do IMI é de 900% ao fim de 4 anos, ou 5 anos, e isso é incomportável, chega-se a pagar mais de IMI do que o custo do terreno, não faz sentido. Nestas medidas tem de haver algum equilíbrio e tem de se analisar se existe aqui algumas situações de injustiça. De injustiça não direi, mas que o remédio mata o paciente em vez de ajudar na cura.

Acho muito interessante que se baixe a uma comissão para se poder perceber qual o impacto e se está a ser bem aplicado ou se está a ser por excesso e nessa vertente ser prejudicial para o desenvolvimento da cidade.

**Flávio Lança (IL)** – Já vai tarde e estamos todos cansados, mas só quero dar aqui uma resposta ao senhor deputado Afonso Luz. Na prática esta proposta tem o objetivo de analisar o problema, porque há aqui instrumentos que são da responsabilidade da Câmara, como foi falado nas zonas de pressão urbanística, a taxa do IMI e é entender de que forma é que estes instrumentos podem ser alterados ou não, ou podem não fazer sentido, de modo que este problema possa ser mitigado. Se fizer sentido mitigar e não estamos aqui à procura de dar respostas, estamos à procura de conhecer o problema de uma forma mais aprofundada.

**Presidente da Mesa** – Vamos votar este aditamento que consiste na transposição para aquele que será a alínea d) da parte resolutiva desta proposta, que é com este parágrafo final daquilo que estaria no texto do PSD “*detalhe do processo de aplicação do Imposto Municipal...*” E consideramos a apreciação e à votação a proposta com este aditamento, que está adotado pelo autor.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões três Deputados Municipais, um do PS, um do PPD/PSD e um do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 58.

**20. Deliberação n.º 078/2024/AM – Delib. CM n.º 663/2024 - Plano Estratégico de Desenvolvimento do Desporto do Município de Setúbal**

**Simão Calixto (CDU)** – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais emitiu parecer favorável por maioria, com os votos favoráveis da CDU e do PPD/PSD e as abstenções do PS, do CH, do BE, do PAN e da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 59.

**Mário Aranha (PS)** – Eu acho que a melhor metáfora do estado em que o desporto está no nosso concelho e da importância que os executivos da CDU têm dado a esta temática, melhor era impossível, portanto, estamos a discutir um documento de 250 páginas à 01:26h da manhã. Tivemos menos de 24 horas para analisar o documento, só soubemos, também, enquanto deputados municipais que este documento veio muito atrasado e, portanto, melhor metáfora era impossível.

O plano em si, é um plano do qual foi feito muito trabalho por parte dos clubes e da divisão de desporto e é melhor do que nada. Obviamente que o PS não se revê nesse plano, o qual é um plano absolutamente minimalista. No próprio documento refere que, neste momento, a maior carência, o maior problema que os nossos clubes têm é a falta de instalações desportivas e este plano, de facto, não endereça esse gravíssimo problema.

Recordar que o último pavilhão construído no concelho foi em 2008 em Azeitão, para ser mais específico, porque o último pavilhão foi construído em 1998 na União e Progresso. Já tivemos aqui a notícia que o novo ficou para as calendas. Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra não vai ter campo de futebol onze, vamos continuar com os campos pelados, fechados, não vamos ter o Pavilhão Multiusos e se quisermos ver a Final Four de Futsal ou se quisermos ver a Seleção Nacional de Basquetebol vamos ter de nos deslocar para fora do concelho.

As equipas dos nossos clubes vão ter de continuar a jogar fora do concelho, porque não têm campos para jogar, por exemplo, a equipa de Sub17, Sub19 e Sub15 do Vitória, muitas vezes têm de ir jogar a Águas de Moura, porque Setúbal não tem campos disponíveis. Podia continuar aqui a dar dezenas e dezenas de exemplos e, infelizmente, parece-nos claramente que não é este plano diretor que vai interessar.

Como já foi aqui dito, vai reciclando sempre os mesmos velhos projetos, pelo menos o pavilhão das Manteigadas vai ser concretizado. Não sou religioso, mas como estamos próximo do Natal, diria Aleluia. Esse pavilhão, mesmo antes de já estar construído, já está com uma ocupação de 5%, tendo em conta a procura que existe e a falta de equipamentos. De qualquer das formas, o que nós temos a referir relativamente a este documento é que no primeiro dia, em setembro/outubro de 2025, a prioridade total vai ser melhorar este documento, dar dignidade e dar a importância que o desporto merece.

Não vou maçar, façam só uma pequena pesquisa dos inúmeros benefícios que o desporto traz à vida das pessoas, não só em termos de saúde mental, em termos de saúde física, como, inclusivamente, há dezenas de estudos que comprovam que crianças adolescentes que praticam desporto vão ter hábitos de vida saudável, são melhores alunos e, inclusivamente, também há estudos bastante interessantes que antigos atletas, federados mesmo que não sejam profissionais, que em termos de produtividade são 14% mais produtivos em média do que um colaborador normal. Há várias outras metas extremamente interessantes.

Só para finalizar, há uma entrevista espetacular do antigo Presidente do Comité Olímpico Português sobre os benefícios do desporto, o subinvestimento a nível de Estado Central, mas também o sub- subinvestimento que existe a nível local, por exemplo, aqui em Setúbal. Ele não refere esse tema, mas nós podemos transportar aqui para o nosso concelho.

**Vítor Rosa (BE)** – Considerando que este documento aprovado em reunião de Câmara a 20 de novembro e que o mesmo só chegou aos membros da Assembleia no passado dia 13 deste mês, considerando a qualidade do documento enviado, quer digitalmente, quer em papel a preto e branco com vários gráficos de diferentes cores são de baixa qualidade.

Considerando, também, a dimensão do próprio documento, considerando que a Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais só reuniu para a sua análise no dia 17, ou seja, há 3 dias, entendemos que a importância e relevância do plano apresentado merece uma análise profunda e cuidada por parte de quem, em última instância, decide a sua aprovação.

A sua discussão feita nestas condições, leva-nos a votar pela abstenção neste momento, porque consideramos que aprovar este documento nestas condições, não é valorizar o trabalho feito para a sua elaboração.

**Simão Calixto (CDU)** – Estamos aqui perante a discussão e a aprovação de mais um documento de trabalho importantíssimo para o desenvolvimento do nosso concelho, em particular, no desporto.

É uma estratégia que faz diagnósticos junto dos agentes desportivos e, a partir daí, define linhas de ação para agir. A estratégia que está aqui plasmada contou com centenas de participações de munícipes, clubes e do Movimento Associativo que só o tornaram mais rico e com linhas de ação melhor dirigidas para onde faz falta.

Sobre esta questão da participação, não posso deixar de fazer notar que em relação à intervenção do deputado Mário Aranha, ficamos todos tristes que só tenham a oportunidade de melhorar em 2025, porque, de facto, podiam tê-lo melhorado agora na discussão pública e também não é em 2025 que vão ter a oportunidade, porque a CDU está cá para continuar o trabalho que tem desenvolvido.

Fica aqui, mais uma vez, provado que a CDU constrói esta cidade e este concelho com as populações e quem através do desporto procura também a afirmação deste território. É, também, mais um documento estratégico para o futuro que a CDU vai continuar a construir.

**Eunice Pratas (PS)** – Devido ao adiantado da hora, vou tentar ser completamente telegráfica sobre este assunto.

Gostava aqui de levantar dois pontos, que penso serem bastante importantes e que são os seguintes: 1º ponto, não é a primeira vez que um documento de extrema importância, até porque revela no seu pedido, que um plano estratégico seja apresentado, por exemplo, à comissão que o discutiu, cerca de 30 horas antes, a 16 de dezembro à uma da tarde para ser discutido a 17 de dezembro às nove da noite, para depois ser discutido aqui dia 20 de dezembro, neste caso já dia 21.

Um documento com 215 páginas, que faz diagnóstico de situações do nosso concelho e que apresenta medidas estratégicas. Por exemplo, uma das medidas que gostava aqui de analisarmos seriamente, é como é que nós podemos propor a construção de um campo de futebol praia quando a época de futebol praia sazonal coincide com a época banhar e que temos um problema de acesso às praias? Gostava de saber como é que se faz um diagnóstico deste, fala-se de uma construção, não vou falar da reciclagem de ideias e de medidas que são sempre as mesmas e que se vai construir e o que é que já se faz e continua-se a fazer. É proposto uma nova medida e já sabemos que temos problemas de acesso às praias e fazemos lá uma época de futebol praia com o acesso, com os fãs e com os clubes.

Mas eu quero falar aqui, acho que já foi falado várias vezes, nós não podemos continuar a apresentar documentos com o nome de Plano Estratégico, seja o Plano Municipal da Ação Climática, seja o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Juventude, seja o Plano Estratégico do Desporto Municipal, não podemos continuar a apresentar documentos com duzentas e tal páginas, a cerca de 30 horas, as pessoas trabalham e ainda por cima à uma e meia da noite é que estamos a discutir, acho que deve haver mais respeito pela democracia e por todos os que foram eleitos.

Um dos pontos que está no regulamento da Assembleia Municipal é a fiscalização dos documentos apresentados pelo executivo e nós temos de sair daqui de consciência tranquila e com a nossa honra, como eleitos, de que fizemos o papel para o qual fomos confiados e hoje não sinto, quando for votar este documento, que o meu papel foi devidamente atribuído.

**Paula Soeiro (PSD)** – Julgo que os colegas deputados não levarão a mal, mas quer a intervenção do deputado do Bloco de Esquerda, quer agora, também, a última intervenção do Partido Socialista por parte da deputada Eunice, expressa bem aquilo que nós também conversámos na Comissão de Educação e Questões Sociais. Julgo que todos nós gostaríamos que este Plano Estratégico que tem uma missão digna e que deu, através dos diversos e centenas de testemunhos e associações que participaram nele, que deveria ter tido a mesma dignidade e poder ser observado e analisado com a mesma dignidade que esta estratégia que assim remete para o município.

Por isso, também, algumas resistências a que fosse debatido nesta sessão, e consideramos também que o executivo gostaria que houvesse unanimidade nesta assembleia relativamente a este plano, mesmo sabendo que poderemos ter aqui algumas divergências relativamente a algumas das medidas ou aos eixos de intervenção ou aos prazos de calendarização ou até, inclusive, aos montantes que estão em causa.

Recordo-me, também, da estratégia da Educação, neste caso, o Plano Municipal de Educação que levou bastante tempo e este também demorou o seu tempo. Teve um tempo de monitorização diferente da Carta Educativa, será monitorizado anualmente pelo Conselho Municipal do Desporto, através também, dos serviços da Câmara Municipal, mas não é claro o modo como isso será transmitido a esta Assembleia.

Não me vou alongar muito mais, reforço que este documento e o trabalho que está realizado por todas as entidades que estiveram envolvidas para a sua elaboração e até os contributos através da consulta pública, tinham merecido um tempo mais adequado de análise por esta Assembleia.

**Presidente da Câmara** – Face às intervenções dos senhores deputados relativamente a este assunto, eu sugeriria que a proposta fosse retirada e viesse na próxima sessão da Assembleia Municipal que terá lugar, provavelmente, ainda durante o mês de janeiro, no sentido de os senhores deputados poderem dar os seus contributos aqui.

Já os podiam ter dado durante a discussão pública, mas é mais um contributo que é importante os senhores deputados poderem-no fazer no sentido de também contribuírem como contribuíram as associações e os clubes para a elaboração final deste documento. Era isto que tinha para propor Sr. Presidente.

Já agora para não utilizar mais a palavra, tendo em conta também o avançado da hora, se me permite era só dar esta informação. A Câmara Municipal participou numa ação de solidariedade a favor dos Bombeiros Voluntários de Setúbal e adquirimos um conjunto de garrafas que um produtor aqui da região possibilitou que, através da venda dessas garrafas, apoiasse os Bombeiros e há uma garrafa aí fora para cada um dos senhores deputados e senhoras deputadas poderem levar e também aproveitar para desejar umas boas festas e um bom Natal.

**Presidente da Mesa** – Ia sugerir uma solução de compromisso, que em sede de Comissão de Educação se analisasse o documento e, portanto, na próxima Assembleia faremos, então, o encerramento formal da apreciação.

Quero referir que quando foi comunicado aos membros da Assembleia e convocada a Comissão, foi convocado por razão de urgência e foi logo dito que houve lapso dos serviços, que ficou parado na transição dos serviços para chegar à Assembleia, não foi culpa do executivo, nem do pelouro e nem da Câmara.

**Paulo Lopes (PS)** – No âmbito ainda da proposta que foi retirada pelo Sr. Presidente do documento do Plano Estratégico, quero só dizer que eu sou o representante da Assembleia Municipal no Conselho Municipal do Desporto, tenho ido a todas as reuniões e tenho feito um esforço para estimular alguma discussão.

Infelizmente, não por culpa da Câmara obviamente, mas pelos seus intervenientes, mas uma das coisas que eu tinha solicitado até no seguimento da intervenção da senhora deputada Paula Soeiro, para saberem o que se passa lá dentro, eu tinha solicitado que as atas dessas comissões fossem distribuídas a todos os elementos da Assembleia Municipal, também para irem acompanhando a discussão que lá ocorre.

Foram feitas algumas propostas para incluir de alteração ao Plano Estratégico e eu acho que há pessoas que vão ali para aquele plano um pouco para cumprir o calendário, infelizmente.

Acho que era importante estimular mais a participação, porque ter uma visão crítica sobre os documentos é muito importante e era esse também o desafio que eu deixo ao senhor vereador com o pelouro para que as reuniões possam também ser mais produtivas e para que elas possam espelhar, de alguma forma, aquilo que é o nosso tecido associativo e desportivo, que tem vigor e que são presentes, mas depois na reunião parece que têm pouca intervenção.

Aproveitar, também, para desejar um bom Natal e um bom Ano Novo a todos, em nome da bancada do Partido Socialista.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta retirada por solicitação do Sr. Presidente da Câmara para permitir mais tempo de apreciação, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 60.

**Presidente da Mesa** – Desejo os votos de um santo e feliz Natal, cheio de sorte, saúde, um bom Ano e até janeiro.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovado por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando era uma hora e quarenta e quatro minutos do dia 21 de dezembro, de dois mil e vinte e quatro.

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão de ordinária de vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, contém setenta e cinco folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Presidente e pelo Primeiro Secretário da Mesa.

O Presidente da Mesa da Assembleia,

O Primeiro Secretário da Mesa,

Manuel J. Pisco Lopes

Eusébio Manuel Candeias

*Transcrição da gravação áudio e composição por: Helena Cabrita Rosa e Susana Bernardo.  
Redação das minutas e revisão do texto integral por: Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa.*